

DECISÕES DO GOVERNO ACENTUAM URGÊNCIA DE SOLUÇÃO DA CRISE

Decisões recentes do Governo demitido do eng. Nobre da Costa tornam urgente uma solução democrática para a crise. As desintervenções de empresas, com a consequente entrega aos antigos patrões, e a devolução de mais terras da zona da Reforma Agrária aos latifundiários, são medidas incompatíveis com a natureza e os limites de actuação do actual Governo.

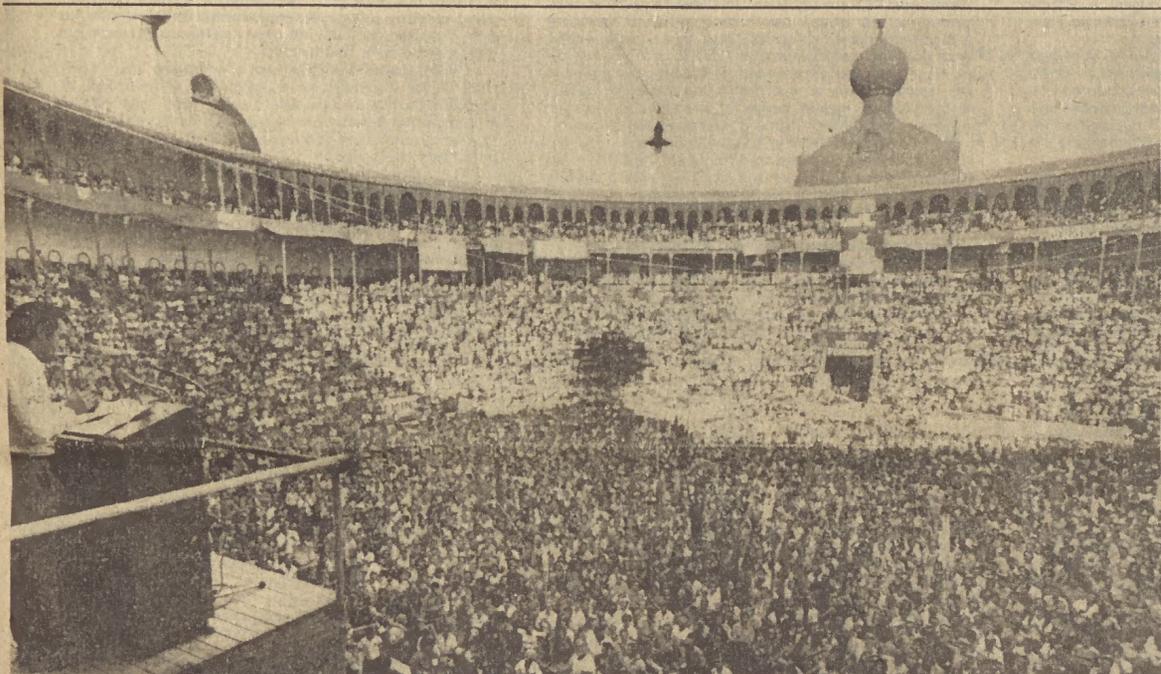
Gestão eficiente e solução para os problemas correntes da governação do país impõem-se ao Governo demitido — exorbitar desses limites com medidas fortemente controversas é agravar a crise e aumentar a desestabilização da situação nacional. Uma alternativa democrática para a crise governativa está na ordem do dia.

Pág. 2

Leis democráticas e constitucionais aprovadas na AR

A Assembleia da República aprovou, com os votos do PS, do PCP, da UDP e de quatro independentes ex-PS, as novas leis relativas à Comissão Nacional de Eleições e ao sistema eleitoral para a AR. São leis democráticas e constitucionais, que deitam por terra as pretensões do PSD e do CDS.

Pág. 4



Em Lisboa (à esquerda) e no Porto, dezenas de milhares de trabalhadores participaram em grandes jornadas de luta, unidade e confiança

Grande adesão em todo o País às comemorações do oitavo aniversário da CGTP-IN

Pág. 7



reunião
da c. central
(alargada)
30.9 - 1.10.78

UJC: em frente!

A Comissão Central da União da Juventude Comunista, reunida em sessão plenária alargada, divulgou no final dos trabalhos um documento em que são abordados os seguintes pontos:

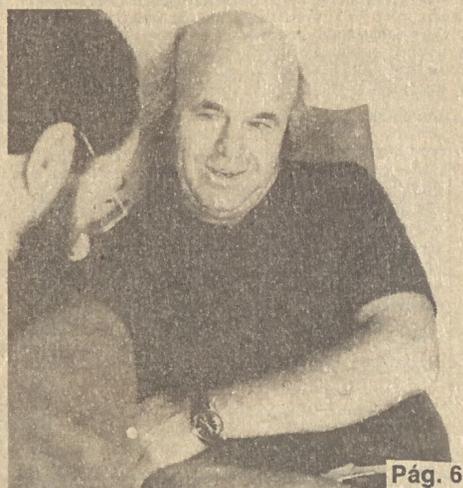
A juventude, a situação política e a saída para a crise • Os problemas da juventude trabalhadora • O movimento juvenil • Unidade da Juventude • A União da Juventude Comunista

Pág. 3



A RDA foi criada
há 29 anos

Pág. 12



Pág. 6

Um alentejano em Moscovo

É um alentejano que trabalha em Lisboa. Comprou a EP e foi à festa com a mulher. Passados quinze dias leu o «Avante!» e descobriu: Vou a Moscovo ver os Jogos Olímpicos!

Entrevista com Luís Carlos Prestes

Pág. 12

Editorial

SECTARISMO INCOMPATÍVEL COM SOLUÇÃO DA CRISE

Alguns actos recentes e arbitrários do Governo demitido de Nobre da Costa projectam uma nova luz sobre os perigos da situação actual. Esses perigos tendem a aumentar à medida que se arrasta a formação de um novo governo.

A solução da crise governativa deve procurar-se em duas direcções fundamentais:

— Uma, neutralizando os factores de agravamento económicos e sociais através de uma gestão eficiente dos negócios correntes do Estado, em limites muito precisos, pelo Governo demitido de Nobre da Costa até à formação de um novo governo;

— Outra, encontrando rapidamente uma alternativa democrática para a situação actual com base nos pressupostos constitucionais, uma alternativa que assente na decisão do Presidente da República e num acordo, designadamente entre o PS e o PCP e outros partidos e sectores democráticos, que garanta ao novo governo, à partida, o necessário apoio parlamentar e popular.

A medida que se prolonga o impasse governativo agrava-se notoriamente a situação económica do País legada pelos dois governos anteriores, multiplicam-se as situações de conflito no terreno social, acentua-se a desestabilização política favorável às ambições de hegemonia da extrema-direita e à criação de condições para uma "solução" anticonstitucional da crise.

O desemprego continua a subir, tomando-se como índice o aumento em Junho, comparativamente a igual período do ano passado — 65 milhões de contos contra 48 milhões em 1977 — regista-se uma queda dos índices de produção de alguns dos nossos principais produtos de exportação (têxteis, madeira e cortiça e papel) e, significativamente também, o aumento do saldo negativo da balança comercial coincide com a concentração do nosso comércio externo na área da OCDE — com défices crescentes com os Estados Unidos e a RFA — e com a diminuição das trocas com os países socialistas.

Num ano a desvalorização do escudo atingiu os 28% enquanto que por exigências do FMI aumentam as restrições ao crédito, causa evidente do aumento do número das letras protestadas cujo valor médio se eleva, atingindo novas camadas da população, em particular os médios comerciantes, agricultores e industriais.

Com uma dívida pública a crescer vertiginosamente em resultado dos empréstimos externos e cujo montante subiu já em Abril a 291 milhões de contos, o endividamento do País ao estrangeiro é agora mais pesado.

São números que quantificam a falência da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e que é imperioso mudar radicalmente através de um novo governo e de uma nova política.

O Governo demitido Nobre da Costa não só se propunha passar na Assembleia da República com o mesmo programa falido do Governo anterior como está, afinal, tentando pô-lo em prática, apesar da rejeição da Assembleia pelo voto dos dois partidos que têm a paternidade desse programa — o PS e o CDS — e a que deve juntar-se, por razões diferentes, a moção de rejeição do PCP.

As decisões tomadas no fim do mês passado relativas às desintervenções e reservas representam uma clara e inadmissível exorbitância do Governo demitido. Quatro empresas foram entregues aos antigos patrões saboteadores e novas terras se pretende arancar às UCP's para as atribuir como reservas a duvidosos reservatórios, sem, como estabelece a lei, ouvir os trabalhadores.

O Governo com tais medidas ultrapassa os limites das suas atribuições e desencadeia novos e perigosos factores de desestabilização da situação actual.

A ECRIL e a ECA, duas fábricas de concentrado de tomate, e as duas companhias do Vinho do Porto — Real Vinícola e Companhia Velha — são devolvidas aos antigos patrões depois de saneadas e arrancadas à falência pelos trabalhadores.

Em Maio de 75 a ECRIL, em estado de quase abandono com os seus 114 operários ameaçados de desemprego e sem salários, foi intervencionada pelo Estado a pedido dos trabalhadores. São estes que com o seu sacrifício conseguem ainda em 75 transformar mais de 21 000 toneladas de tomate em 3900 toneladas de concentrado; é a administração nomeada pelo Governo que investe 2500 contos em novos maquinismos que proporcionam depois uma notável melhoria do rendimento industrial, é através de uma gestão eficiente que em 76 são pagos à Banca nacionalizada 9000 contos e proporcionada ao País a entrada de 85 000 contos de divisas.

A ECA, intervencionada em Junho de 75, sacudida a administração dos Maldonado Passanhas e outros grandes agrários, à custa de um tremendo esforço dos trabalhadores conseguiu fazer a campanha desse ano e pagar aos seareiros 50 mil dos 58 mil contos do tomate por eles fornecido, facto novo na vida da empresa.

A Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, intervencionada em Setembro de 1975 por irregularidades graves na sua gestão (vales à caixa, venda supervalorizada de acções, um milhão de contos de dívidas à Banca e outras no montante de 400 mil contos, dos quais 9 mil à Previdência) é depois — apesar de alguns gestores incompetentes ou saboteadores como Silva Reis — saneada financeiramente, os salários dos trabalhadores em dia, a dívida à Previdência reduzida de maneira drástica,

a produção aumentada de 40%, uma velha vinha toda convertida no valor de 5 mil contos.

E são estas empresas que trabalhadores com os seus sacrifícios e administradores probos com a sua competência viabilizaram economicamente que são agora ilegalmente remetidas de mão beijada aos antigos patrões saboteadores pelo Governo demitido de Nobre da Costa.

É evidente que nestes caminhos de exorbitância o Governo demitido, que o Comité Central do PCP anunciou não obstaculizar desde que não tomasse decisões sobre matérias conflituosas ou controversas, não poderá contar com a transigência dos trabalhadores nem com a indiferença dos comunistas.

O Governo demitido não compreendeu — ou pretende agir fora dos limites que lhe estão fixados pela Constituição — que a sua gestão é estritamente condicionada pelo seu carácter precário.

As medidas tomadas no fim do mês transacto e outras pretensões legislativas de um Governo cujo programa foi rejeitado pela Assembleia da República estão constitucionalmente vedadas ao Governo demitido de Nobre da Costa.

As acções arbitrárias do Governo demitido que o PCP reafirma não obstaculizar para que sejam assegurados os negócios correntes do Estado com eficiência e prontidão, desde que respeite os limites da sua intervenção e para que não se crie o vazio do poder, torna ainda mais urgente a solução da crise.

A posição dos diversos partidos políticos face à gravidade da situação actual é pedra de toque da sua real disponibilidade para uma saída patriótica da crise no quadro das instituições democráticas e do regime consagrado na Constituição.

É na exigência de uma tal saída patriótica e democrática que se radicam as decisões do Comité Central do PCP na sua Reunião Plenária de 26 do mês passado, as quais têm como pontos salientes a disponibilidade dos comunistas para a participação num governo nas fórmulas propostas pelo Presidente da República, até às eleições de 1980 ou um governo de gestão para a realização de eleições gerais antecipadas, assim como a iniciativa de propor a vários partidos encontros bilaterais de informação.

A iniciativa do PCP já responderam pela negativa os dois partidos de extrema-direita — PPD e CDS — cuja resposta demonstra que pesam mais nas decisões desses partidos o seu sectarismo e o seu anticomunismo confessado do que o aprofundamento do exame da situação actual e das possibilidades reais de uma solução para a crise governamental e para os problemas nacionais mais agudos, para a redução das tensões e das manobras e planos desestabilizadores nos quais se empenham as forças mais reaccionárias.

Os comunistas sentar-se-ão à mesa do diálogo mesmo com forças e partidos em posições radical-

mente opostas desde que isso sirva os interesses superiores do Povo e do País. Não é essa como se vê a posição dos dois partidos da extrema-direita com assento na Assembleia da República e essa posição define-os de maneira lapidar como órgãos alheios a soluções nacionais para os problemas que defrontamos.

O PCP continuará, porém, a desenvolver todos os seus esforços para que uma saída patriótica e democrática para a crise seja encontrada dentro dos princípios constitucionais e das instituições democráticas.

Esta saída é tanto mais imperiosa quanto mais se degrada a situação dos trabalhadores e de outras camadas e sectores da população do País. A revisão das tabelas salariais que está inadivavelmente na ordem do dia e a satisfação de outras reivindicações profundamente sentidas pelos trabalhadores põem em movimento a classe operária e outras camadas populares a quem o agravamento das condições de vida pesa duramente. A crise governativa introduz na situação social factores adicionais de instabilidade e de agravamento dos conflitos.

A intransigência do patronato para encontrar soluções negociadas com os trabalhadores está na origem de numerosos processos grevistas que não podem deixar de abalar a estabilidade social. O patronato está a assumir uma pesada responsabilidade com a sua intransigência em ouvir e atender as justas reivindicações dos trabalhadores.

A resposta popular nas formas mais diversas é inevitável se se mantiver a Irredutibilidade patronal. As reivindicações dos trabalhadores estão além disso longe de ultrapassar as margens de agravamento das suas condições de vida. A forma responsável e a estreita unidade como, de uma maneira geral, a classe operária está respondendo à intransigência patronal está na base de importantes êxitos já obtidos e de derrotas notáveis do aventurismo esquerdista que pesca nas águas turvas.

Os grandes comícios do aniversário da CGTP-Intersindical constituíram potentes afirmações de unidade da classe operária e uma firme resposta às manobras divisionistas sopradas por interesses de classe opostos aos dos trabalhadores e das camadas populares mais vastas.

As potentes lutas da classe operária das fábricas e dos assalariados rurais juntamente com as acções dos pequenos e médios agricultores, dos intelectuais, dos quadros técnicos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes, das mulheres e da juventude por soluções correctas para os problemas que os afligem, não contrariam antes favorecem o fortalecimento da ordem democrática e são um poderoso factor de solução patriótica e democrática da crise.

Notas da Comissão Política

● Sobre o divisionismo sindical

1. O movimento sindical unitário tem sido a grande arma dos trabalhadores na defesa dos seus interesses de classe e um dos pilares da defesa do regime democrático e das conquistas de Abril, a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário. A unidade dos trabalhadores, de que o grande movimento sindical unitário é uma das suas mais vivas formas de expressão, continua a ser fundamental na luta contra as tentativas de intensificação da exploração por parte do grande patronato, na luta pela defesa e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, e, também, fundamental à democracia para enfrentar com êxito a ofensiva das forças reaccionárias visando a desestabilização política e social, a tentativa de liquidação das liberdades, a destruição do regime

democrático e o regresso ao passado fascista.

2. Os partidos e forças políticas da direita, o patronato reaccionário e o imperialismo, ao longo destes anos tudo têm feito para dividir os trabalhadores, para dividir o movimento sindical. Da ameaça à demagogia, das falsas promessas à repressão, da intriga à calúnia, muitos e variados têm sido os métodos e os esforços dos inimigos declarados dos trabalhadores para os dividir, para os lançar uns contra os outros, para destruir o seu poderoso movimento sindical. Isto está na lógica dos objectivos que as forças reaccionárias, inimigas do 25 de Abril e das suas conquistas, têm claramente em vista.

3. Entretanto já não se entende muito bem que forças consideradas de esquerda, que se afirmam defensoras dos trabalhadores e dos seus

interesses, como é o caso do PS, se mostrem também tão empenhadas e tão activas na tentativa de dividir o movimento sindical e enfraquecer deste modo a capacidade de defesa dos trabalhadores contra as ofensivas do patronato em matéria de salários, emprego e outros direitos e enfraquecer igualmente a importante frente de defesa da democracia portuguesa que é o movimento sindical unitário. No momento em que, para fazer frente à ofensiva das forças da direita e da reacção e defender a democracia e as instituições, tão necessárias é a unidade dos democratas e antifascistas e a unidade dos trabalhadores, é estranho que o PS tenha escolhido este momento (atitude pela qual assume grave responsabilidade) para intensificar a sua actividade divisionista do movimento

sindical, fomentando a criação de sindicatos paralelos e de centrais sindicais fantoches e apoiando-se para isso nas forças da direita e em provocadores pseudo-revolucionários e nas centrais internacionais do divisionismo ao serviço do grande capital.

4. O movimento sindical unitário, agrupado em torno da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, tem enfrentado e continuará enfrentando com êxito as ofensivas de todos os seus inimigos para o destruir ou para reduzir a sua influência e prestígio, os quais, como a vida vem demonstrando, não deixam de crescer.

As tentativas dos divisionistas para conquistarem os sindicatos saldaram-se até aqui por um grande fracasso. A operação divisionista agora em curso para a criação dos sindicatos paralelos constitui uma ameaça à unidade sindical. Mas a grande experiência dos

trabalhadores portugueses duramente adquirida ao longo de dezenas de anos de luta, a consciencia de que a unidade é fundamental para fazer frente aos seus inimigos e que é preciso defendê-la, constituem uma forte couraça em que dificilmente os divisionistas conseguirão penetrar e desbaratará as manobras anti-unitárias.

5. O movimento sindical unitário com a sua importante conquista, a CGTP-IN — central única dos trabalhadores portugueses — cujo 8.º aniversário se comemora no

próximo mês de Outubro, pela sua acção esclarecida e consciente, pelo seu papel na organização e mobilização dos trabalhadores, pelo seu prestígio, tornou-se uma força indispensável à defesa dos interesses dos trabalhadores, à defesa da democracia.

A Comissão Política do CC do Partido Comunista Português deseja, na altura em que se comemora mais um aniversário da Intersindical, dirigir uma calorosa e fraternal saudação aos seus dirigentes assim como a todos os trabalhadores portugueses, fazendo votos para que as

comemorações do aniversário sejam mais uma contribuição para o reforço e consolidação da unidade dos trabalhadores à volta da sua Central Sindical, certa de que essa será uma valiosa contribuição para o êxito da luta pela satisfação das suas mais sentidas reivindicações e para a defesa das liberdades democráticas e de todas as conquistas de Abril.

A Comissão Política do CC do PCP exorta todos os militantes e simpatizantes do Partido a trabalharem activamente sem sectarismos na defesa e consolidação da

unidade sindical e reafirma uma vez mais a sua determinação de, na acção política, não se poupar ao combate a todas as formas de divisionismo e a tudo fazer no sentido de contribuir para o fortalecimento e o alargamento do grande movimento sindical unitário, cuja expressão viva e actual é a CGTP-Intersindical Nacional.

29 de Setembro de 1978

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

● Sobre as desintervenções e as reservas

1. No comunicado da sua reunião plenária de 26 do corrente, o Comité Central do PCP anunciou o propósito de não obstaculizar a gestão do governo demitido ainda em funções, desde que ele se mantivesse no âmbito da sua competência e não tomasse decisões em matérias particularmente conflituosas e controversas. Esta atitude do PCP, inspirada pela recuperação da defesa dos interesses nacionais, partia da justa ideia da necessidade de que seja assegurada a gestão eficiente dos negócios públicos, enquanto não

é encontrada uma alternativa democrática para o governo demitido.

2. O PCP verifica que o governo demitido, mostrando não compreender o carácter precário da sua gestão, enveredou pelo caminho de tomar decisões de fundo que excedem largamente a sua competência e que inevitavelmente provocarão tensões, conflitos e prejuízos graves à economia nacional. Estão neste caso, as decisões tomadas no dia 27 relativas às desintervenções de quatro empresas e à sua entrega ao patronato saboteador, assim

como as novas reservas de terras das UCP's/Cooperativas, que acabam de ser anunciadas na zona da Reforma Agrária. O governo demitido exorbita assim manifestamente as suas funções.

3. A Comissão Política do Comité Central, expressando a sua indignação quanto às anunciadas decisões referentes a desintervenções e reservas, toma claro que a sua atitude em relação ao governo demitido será pautada pela actuação do próprio governo e que, apoiando inteiramente os trabalhadores

das empresas desintervenções e das UCP's e Cooperativas da Reforma Agrária, continuará firmemente lutando em defesa dos interesses do povo trabalhador, das liberdades e das outras conquistas da Revolução, do regime democrático consagrado na Constituição.

28 de Setembro de 1978

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

● Propostas de encontros de informação com forças políticas

1. Na sua reunião plenária do dia 26 do corrente, o Comité Central do PCP incumbiu a Comissão Política de fazer as diligências necessárias tendo em vista a realização de encontros de informação acerca da crise do governo e das possíveis soluções para a crise com forças e sectores políticos nacionais, incluindo, tanto aqueles com os quais o PCP tem encontros e contactos regulares, como

outros que têm mantido atitudes reservadas ou hostis para com o PCP.

2. A Comissão Política do Comité Central comunica que, na aplicação dessa resolução, propõe a realização de encontros bilaterais de informação com as seguintes formações políticas: Partido Socialista (PS), Movimento Democrático Português (MDP), União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS), União Democrática

Popular (UDP), Partido Social-Democrata (PSD/PPD) e Centro Democrático Social (CDS).

Nesta mesma data, são enviadas propostas por escrito às organizações referidas.

3. A realização desses encontros permitirá às forças políticas um melhor conhecimento da situação em toda a sua complexidade, um inventário das possibilidades reais duma solução para

a crise governamental e para os grandes problemas nacionais e o amortecimento das tensões e das manobras e planos desestabilizadores daqueles que pretendem a liquidação da democracia portuguesa.

28 de Setembro, de 1978

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

● Sobre uma notícia de «O Dia»

1. Fazendo coro com a campanha anticomunista de outros órgãos da imprensa reaccionária, o jornal «O Dia» de 28 de Setembro ressuscita uma velha calúnia contra o PCP sobre «financiamentos russos». Fê-lo de uma forma «discreta» no meio de uma «análise» sobre a situação política, revelando com a maior

naturalidade um «segredo» que, afirma «O Dia», «parece ser do conhecimento do Estado, através do Banco de Portugal».

2. A SIP do PCP está em condições de tomar público que o PCP irá proceder judicialmente contra mais esta calúnia do jornal «O Dia».

3. A SIP do PCP denuncia mais uma vez a prática do jornalismo baseada na mentira grosseira, na insinuação maldosa, na provocação anticomunista descarada, jornalismo que nada tem a ver com o pluralismo de concepções ideológicas e de opções políticas, e que encontra a sua «coragem» na

generosidade da democracia do 25 de Abril e na tolerância da Justiça.

Lisboa, 29 de Setembro de 1978.

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PRÓPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes, Lisboa-4, Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º, Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes, Lisboa-4, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Central: Rua Pedro Nunes, 9-A, Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1, Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - Lisboa-2, Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - Porto, Tel. 28936.

Casa de Venda: R. da Almada, 18-2.º Esq. - Porto, Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terrero da Erva, 6 - Coimbra, Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém, Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal, Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcaçova de Baixo, 13 - Évora, Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1, Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1, Tel. 41787. Composto e impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Setembro: 73 537



A UJC confia na juventude portuguesa

A conspiração e o golpismo desenvolvem-se em torno de soluções anticonstitucionais preconizadas pelos partidos reacçãoários e pela extrema-direita - sublinha o comunicado da Comissão Central da União da Juventude Comunista, reunida em sessão plenária nos passados dias 30 de Setembro e 1 de Outubro, quando do debate da presente situação política, em que analisou os principais problemas da juventude e a actual dinâmica do movimento juvenil.

A reunião, a que esteve presente o camarada Alvaro Cunhal, Secretário Geral do PCP, procedeu ainda a um balanço do trabalho das suas organizações e militantes desde Maio passado e traçou as principais linhas de acção que se apresentam aos jovens comunistas para os próximos meses.

Vastas camadas da juventude trabalhadora exigem que uma saída política democrática, nacional e patriótica seja encontrada no quadro das instituições e no respeito pela Constituição, na base de uma alternativa que tenha o apoio das forças democráticas, designadamente do PS/PCP - refere ainda o comunicado da UJC, depois de salientar tanto os esforços conspiratórios e golpistas dos partidos reacçãoários como os perigos que representam os grupos esquerdistas que reanimam as suas acções provocatórias e aventureiristas.

O aumento de desemprego e do custo de vida, o agravamento das discriminações e do consumo da droga, os problemas no ensino e a inexistência de uma política sã de ocupação de tempos livres, são apontados no comunicado como exemplos de situações duramente sentidas pela nossa jovem geração e, em especial, pela juventude trabalhadora.

Quando ao desemprego, que a UJC vê como o problema crucial na actual conjuntura, a sua Comissão Central reclama que sejam tomadas medidas para a criação de novos postos de trabalho, para a proibição dos despedimentos sem justa causa e contra a proibição da classificação de eventuais a menores de 18 anos e pela completa reestruturação do Serviço Nacional de Emprego.

A ofensiva do MEC

Dezenas de milhares de matriculados nas escolas e liceus nocturnos - diz ainda o documento que mencionamos - São jovens que, depois da jornada de trabalho retiram horas ao seu merecido descanso e procuram uma melhor qualificação profissional. Serão agentes activos do progresso técnico e científico do País e do desenvolvimento da economia nacional.

Depois de denunciar a ofensiva do MEC durante o ano lectivo anterior através das dificuldades que foram colocadas a estes jovens, a CC da UJC alerta os responsáveis do MEC para que, se quiserem a política do antigo Ministério, se continuem a recusar ao diálogo com as estruturas

associativas dos Trabalhadores Estudantes, os problemas não se resolverão, antes se irão agravar.

A CC da UJC reclama respostas imediatas aos problemas que todos os anos surgem com o começo das aulas, normalmente relacionados com a colocação de professores, elaboração de horários, abertura de cantinas e bares, serviços de transportes e outros.

Mais adiante, e abordando o problema da droga e do seu consumo pela juventude, considerando ser um problema que preocupa cada vez mais os jovens comunistas, a CC da UJC reclama a adopção de medidas no campo da detecção dos bandos de traficantes e candeloneiros, das redes de abastecedores, dos locais de uso habitual, de punição severa de todos os negociantes de droga e, ainda, no melhoramento das condições de recuperação e tratamento adequado aos jovens viciados. A CC da UJC considera urgente e necessário que o Governo procure o diálogo e a ajuda das organizações juvenis democráticas, e designadamente da juventude comunista, com o fim de estudar a situação e promover uma acção preventiva e educativa, denunciando os perigos do consumo da droga entre a juventude.

O Movimento Juvenil e a sua unidade

Apoiando que a realização de Encontros Sectoriais ou Profissionais, tal como as campanhas de sindicalização, devem constituir uma forma importante de preparação de uma grande

iniciativa nacional da juventude trabalhadora na defesa intransigente dos direitos e reivindicações dos jovens trabalhadores, a CC da UJC saudou calorosamente pelo seu 8.º aniversário a CGTP/IN.

Ao começar o novo ano lectivo, a CC da UJC reafirma a realidade viva e única do Movimento Associativo dos Trabalhadores Estudantes, considera os avanços positivos já alcançados e chama a atenção para as tarefas que hoje se lhe colocam, alimando documento que, depois de sublinhar alguns exemplos - coordenação de movimentações, realizações de eleições para as Associações de Trabalhadores Estudantes e desenvolvimento da sua vida associativa.

A CC da UJC decide realizar uma grande jornada de luta nacional contra o desemprego e pelo direito ao trabalho, apelando a todas as organizações e militantes, a toda a juventude, que inicie desde já a preparação da jornada nacional através das mais diversas acções como Encontros locais, concelhos, distritais, e abaixo-assinados.

A CC da UJC apela aos jovens operários rurais da Zona da Reforma Agrária para que participem activamente na luta dos trabalhadores em sua defesa, designadamente na realização de uma grande iniciativa regional onde sejam debatidos os problemas e aspirações dos jovens operários rurais.

Mais adiante, e constatando as necessidades de desenvolver a canção como veículo de expressão cultural e de convívio e na base de dezenas de experiências de iniciativas deste genero, a CC da UJC decide lançar



O desemprego continua a ser um dos maiores problemas da juventude portuguesa

para os próximos meses um amplo "Movimento dos Festivais da Canção Juvenil", com festivais locais, concelhos, distritais, de empresa, de escola, etc.

Campanha de Fundos: 1 500 contos

Depois de saudar os milhares de jovens participantes nos acampamentos que a UJC promoveu nos distritos de Setúbal e Porto no último Verão, a CC da UJC saudou também o XI Festival da Juventude e dos Estudantes

clubes e associações juvenis, desenvolviam uma movimentação rica e variada em defesa dos interesses da juventude, e chama a atenção para o facto de que o reforço da unidade é uma questão central do Movimento Juvenil.

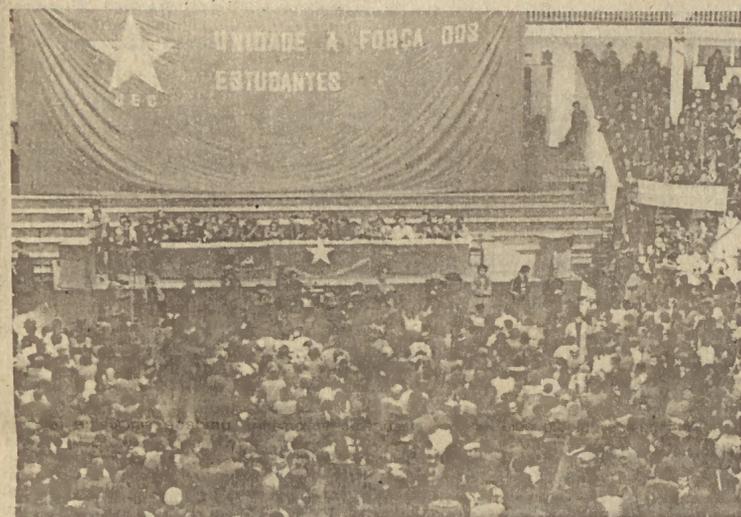
que com grande êxito se realizou em Havana sob o lema "Pela solidariedade anti-imperialista a paz e a amizade". E saudou a juventude cubana e a União dos Jovens Comunistas de Cuba, além de dirigir a sua saudação

à delegação dos jovens portugueses, trabalhadores e estudantes, que condignamente representaram o novo Portugal de Abril, na maior realização da juventude democrática mundial.

A CC da UJC decide lançar com início a 1 de Outubro - afirma o comunicado - uma grande Campanha Nacional de Fundos, com o objectivo de conseguir 1 500 contos necessários à resolução dos graves problemas financeiros e ao

melhoramento do seu aparelho técnico.

A terminar, a Comissão Central da União da Juventude Comunista, esta confiante de que a juventude, nesta fase difícil da democracia portuguesa lutará firmemente, ao lado dos trabalhadores e das massas populares, pela defesa do 25 de Abril e das conquistas da Revolução, empenhar-se-á na tarefa exaltante que é construir um Portugal novo, livre e independente.



O próximo Encontro Nacional da UEC terá como objectivo -aprofundar o estudo da situação existente no ensino superior-

UEC: contribuir para a resolução dos graves problemas do ensino

Na sua última reunião, a Comissão Central UEC decidiu convocar para os próximos dias 2 e 3 de Dezembro, em Coimbra, o Encontro Nacional da UEC sobre a Reestruturação do Ensino Superior, que certamente será uma importante contribuição para a solução dos graves problemas daquele sector do ensino.

O Encontro terá os seguintes objectivos, segundo se afirma numa Resolução da CC da UEC divulgada no final da referida reunião:

- aprofundar o estudo da situação existente no ensino superior, nomeadamente quanto à sua estrutura

e finalidades, bem como dos projectos ministeriais orientados para a sua reestruturação autocrática;

- a definição das linhas gerais para uma reestruturação do ensino superior, numa perspectiva que sirva os interesses estudantis do país;

- avançar propostas sectoriais de reestruturação com o grau de profundidade que a amplitude do debate prévio vier a determinar;

- dinamizar, precisar e definir com rigor o papel do Movimento Associativo e dos órgãos de gestão democrática na luta por uma reestruturação democrática, do ensino superior, contra as reestruturações

autocráticas impostas da opinião da universidade.

Ao mesmo tempo, a CC da UEC apela no sentido de que todas as organizações e militantes participem activamente na preparação do Encontro, assim como «todos os estudantes e professores empenhados na luta por um ensino melhor de acordo com as aspirações estudantis e as necessidades do país».

Caracterizando a situação actual, e apontando a necessidade de a superar, a CC da UEC afirma:

O sistema de ensino em Portugal, particularmente a nível médio e superior, atravessa uma profunda crise.

Em resultado da política anticultura do fascismo, da

insuficiente profundidade das alterações introduzidas no período imediatamente posterior ao 25 de Abril e da política retrograda de recuperação obscurantista do ministro Cardia, o sistema do ensino superior conserva e agrava as suas características elitistas, manifesta-se desfasado das reais necessidades económicas e sociais do país, não absorve os que querem estudar e degrada-se progressivamente do ponto de vista da qualidade.

Esta situação insustentável do ponto de vista dos interesses dos estudantes e do país pode e deve ser combatida com sucesso uma vez

encontrada uma orientação política concordante com os objectivos constitucionais.

Na mesma reunião, a CC da UEC procedeu a um balanço detalhado da participação dos jovens estudantes comunistas no XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, tendo salientado a natureza francamente positiva da participação portuguesa e, dentro desta, da participação estudantil.

Foram também examinadas algumas questões relativas ao trabalho de direcção da UEC e eleitos o Secretariado e as Direcções Centrais do Ensino Secundário e Superior, assim como debatidos aspectos ligados à situação financeira da organização.

Recenseamento eleitoral: uma tarefa democrática

Recentemente aprovada pela Assembleia da República, encontra-se já a aguardar promulgação na Presidência da República a nova Lei do Recenseamento. Tal facto possibilitará que, dentro em breve, se iniciem em todo o país as operações do recenseamento eleitoral.

O recenseamento dos cidadãos é uma das pedras basílicas do edifício democrático. Por isso, à lei recentemente aprovada garantim, em termos muito amplos, a intervenção dos partidos políticos tanto na organização geral como nas diversas operações do recenseamento eleitoral.

De acordo com a legislação, cada partido político que tenha tido representantes seus na última sessão da Assembleia da República tem o direito de poder nomear delegados para cada uma das comissões de recenseamento, quer funcionem no continente, nas regiões autónomas ou no estrangeiro.

Esses delegados dos partidos nas comissões de recenseamento não se limitam apenas a acompanhar e a assistir às operações desenvolvidas pelas juntas de freguesia no âmbito das operações de recenseamento eleitoral, com efeito integram

a própria comissão de recenseamento, tendo o direito de participar nas reuniões, intervir nas discussões, tomar parte nas votações.

Podem ser delegados dos partidos todos os cidadãos eleitores, ou seja, todos os maiores de 18 anos que não estejam afectados por qualquer das incapacidades previstas na lei eleitoral. Além disso, os delegados podem não residir na área da comissão de recenseamento para onde foram designados. A única limitação imposta à designação de delegados é a de que não podem ser designados os cidadãos que pertençam já à junta de freguesia da área.

Até dez dias antes do início das operações de recenseamento, os partidos políticos com assento na Assembleia da República devem comunicar por escrito aos presidentes das comissões de recenseamento o nome dos seus delegados.

Pela importância de que se revestem as próximas operações de recenseamento, todas as organizações do Partido devem desde já ir preparando listas de delegados. Nessas listas devem figurar o nome, a filiação, a residência, a profissão, a nacionalidade, o número e a data do Bilhete de Identidade bem como

o arquivo de identificação que o emitiu, de todos os delegados designados.

Os objectivos do PCP

Na sua última reunião plenária, o Comité Central do PCP, analisando a actual situação política e a probabilidade da realização de eleições, chama a atenção para a importância das operações de recenseamento. Afirma nomeadamente o documento saído da reunião do CC de 26 de Setembro:

Independente de que se venham ou não a realizar eleições antecipadas, o CC chama a atenção de todo o Partido para dar pronto andamento a todas as operações de recenseamento, designadamente preparando a nomeação de delegados do PCP para as comissões recenseadoras, e esclarecendo os trabalhadores, os democratas, os cidadãos eleitores, para que, logo que esteja aberto o recenseamento, se inscrevam, e o que é necessário, de forma a estarem aptos a votar.

Como grande partido nacional, como grande força democrática, o PCP atribui grande importância

às operações de recenseamento e empenha-se nelas com toda a capacidade e dedicação de que os comunistas são capazes. Recorde-se que, nas anteriores operações de recenseamento eleitoral o PCP foi das forças políticas que mais se empenhou na divulgação da necessidade e importância democrática das operações de recenseamento.

Hoje, como ontem, o PCP mantém a mesma atitude. Como objectivo, o esforço da democracia portuguesa, de acordo com os termos saídos da última reunião do CC do PCP, em cujo documento final se afirma a determinado passo:

É necessário que o Partido e os trabalhadores se preparem também para as eleições (antecipadas ou não) de forma a assegurar três resultados essenciais:

- a) Derrotar os partidos da reacção de forma a que continuem em minoria;
- b) dar novamente a maioria aos partidos democráticos (designadamente ao PCP e PS);
- c) reforçar consideravelmente a votação do PCP e o número de deputados do PCP como condição fundamental para a defesa das liberdades e das conquistas da Revolução e do prosseguimento do regime democrático consagrado na Constituição.

Saudação do PCP à CGTP-Intersindical Nacional

Ao comemorar-se o 8.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional, o Partido Comunista Português saudou calorosamente a central sindical única dos trabalhadores portugueses, e por seu intermédio todos os dirigentes do movimento sindical unitário, todos os trabalhadores portugueses pelo seu combate em defesa da unidade sindical, da democracia e das conquistas da Revolução: a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário.

Nascida em condições de semi-clandestinidade, a Intersindical desempenhou, nas duras condições do fascismo, um destacado papel na unidade dos trabalhadores, na luta pela satisfação das suas mais sentidas reivindicações económicas e sociais, pela liberdade sindical, pela democracia.

Após o 25 de Abril o seu papel foi extremamente ampliado, a Intersindical transformou-se no grande baluarte da classe operária e dos outros trabalhadores na luta vitoriosa por uma acentuada melhoria das condições de vida ao mesmo tempo que teve destacada participação na luta de todo o povo português pelo avanço da Revolução e pela defesa do regime democrático. O nome da Intersindical está intimamente ligado às grandes conquistas da Revolução de Abril.

Numa altura em que se desenvolve a ofensiva contra essas conquistas (de que são exemplo as recentes desintervenções e reservas decididas pelo Governo demitido), numa altura em que os

divisionistas do movimento sindical, cujo objectivo central é enfraquecer a Intersindical, estão fortemente activos na sua acção cisionista, numa altura em que as forças reacçãoárias não escondem já os seus projectos de liquidação das próprias liberdades, a Intersindical assume a maior importância no esclarecimento, organização e mobilização dos trabalhadores em defesa da unidade do movimento sindical e das conquistas democráticas.

O PCP está certo de que, mais uma vez, as manobras divisionistas serão derrotadas, e que a Intersindical continuará a ser a grande fortaleza dos trabalhadores portugueses. O PCP expressa à CGTP-IN toda a sua solidariedade e confiança de que prosseguindo e intensificando a luta em defesa dos interesses de todos os trabalhadores, a luta pela melhoria das suas condições de vida, a luta pela unidade sindical, a luta pela defesa das liberdades democráticas, pela defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário, o movimento sindical unitário, os trabalhadores portugueses sob a direcção da CGTP-IN estão em condições de defender as grandes conquistas dos trabalhadores consagradas na Constituição.

29 de Setembro de 1978. O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

(Ler na pág. 7 diverso noticiário sobre as comemorações do 8.º Aniversário da CGTP-IN).

DOSSIER 25 de Abril. Resposta II

REVISTA DE 1978 INTERNACIONAL à venda N.º 8/78

QUE FAZER? «O LENINISMO É O MARXISMO DA ÉPOCA DA PASSAGEM DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO QUEM ABANDONE O LENINISMO ABANDONA TAMBÉM O MARXISMO.» Alvaro Cunhal

Estudar o fascismo para que ele não volte mais

Professores, estudantes, funcionários e representantes do Conselho Directivo e da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa constituíram-se em comissão promotora para a realização das Jornadas de Estudo sobre o Fascismo.

Marcadas para Abril do próximo ano, as Jornadas têm como objectivo estudar e analisar cientificamente o fascismo nas suas diversas tipologias, nas suas manifestações concretas em Portugal e no mundo, as suas raízes, diversidades, os seus

sistemas de repressão e de dominação.

É necessário - diz o manifesto distribuído há dias pela comissão promotora - desmontar e analisar os mecanismos no gigantesco aparelho que ao longo de anos alimentou a renúncia, a auto-repressão e a mesquinha promoção da medocridade. Não é possível construir novas relações sociais, transformar qualitativamente o nosso quotidiano e abrir novos caminhos à sociedade portuguesa sem ter compreendido as estruturas económico-sociais, as

condicionantes internacionais, os aparelhos ideológicos e políticos que no seu conjunto serviram de instrumentos de Poder e explicam a ditadura fascista. Outras faculdades e universidades, além de organismos colectivos e personalidades de reconhecido prestígio científico e democrático estão convidados a participar nas jornadas. As modalidades de participação serão brevemente tomadas públicas, assim como as normas de funcionamento.

Semana

27 Quarta-feira 1968 — Marcelo Caetano é designado presidente do Conselho

Um comunicado da Presidência informa que o Presidente da República decide conceder aos partidos políticos «o tempo necessário às diligências que entendam convenientes para promoverem aproximações e acordos, por forma a que resulte claro para o País quais as possibilidades reais de acordo que cada partido considere existirem e qual a natureza das razões que, porventura, venham a conduzir ao abandono desta solução».

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebe o dirigente do Partido Socialista, Mário Soares. No mesmo dia são recebidos pelo Presidente as delegações do CDS e do PS.

A saída do Palácio de Belém, Mário Soares declara que o PS só regressará ao Governo «depois de novas eleições, se o Povo português assim o entender».

Em conferência de Imprensa, o PCP divulga as conclusões da reunião plenária do Comité Central. A União dos Sindicatos de Lisboa denuncia a actuação da Câmara Municipal de Lisboa, que mandou destruir a propaganda alusiva ao 8.º aniversário da CGTP-IR. Por seu turno, a União dos Sindicatos do Porto denuncia a direcção da RDP, ao pretender censurar e ao rejeitar depois um «spot» publicitário relativo ao aniversário da Intersindical.

O deputado português Carlos Carvalhas, do PCP, é eleito vice-presidente do grupo comunista da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

No Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêutico é eleita uma lista unitária.

Os trabalhadores da Sociedade Agrária de Transportes Aéreos em litição com o governo regional, entram em greve. O plenário do Conselho de Ministros define a competência do Governo, entendendo «que nada impede que o Governo legisle nem que, para o exercício normal das suas funções, se reúna em Conselho de Ministros».

O Governo demitido decide a desintervenção do Estado em diversas empresas.

28 Quinta-feira 1974 — A intenção reaccionaria da chamada maioria silenciosa desfaz-se perante a determinação popular e do MFA

A Comissão Política do Comité Central do PCP propõe a «realização de encontros bilaterais de informação» com várias forças políticas: PS, MDP/CDE, UEDS, UDP, PSD e CDS.

O CDS decide candidatar-se às eleições para a autarquia de Évora.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, tem uma reunião de trabalho com o primeiro-ministro, Nogueira Costa.

A Comissão Política do Comité Central do PCP critica a actuação do Governo demitido, o «qual enveredou pelo caminho de tomar decisões de fundo que excedem largamente a sua competência e que inevitavelmente provocaram tensões, conflitos e prejuízos graves à economia nacional».

Um comunicado do Secretariado Nacional do Partido Socialista propõe ao Presidente da República e aos partidos políticos com grupos parlamentares «o estabelecimento de um acordo sobre personalidades a escolher para primeiro-ministro, sem prejuízo da competência constitucional do Presidente da República».

29 Sexta-feira 1879 — Nasce Egas Moniz, médico e investigador do campo da Neurologia tendo sido o único português galardoado com o Prémio Nobel. Distinguiu-se sempre pelas posições antifascistas

A CP divulga um comunicado em que reconhece que o descarrilamento verificado em Tavero e no qual morreram duas pessoas resultou de «uma fractura recente» no comando do aparelho de mudança de via.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística a produção de trigo será, este ano, superior à do ano passado.

O deputado Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução, é recebido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Jugoslávia, Milos Minc.

O Secretariado das Comissões de Trabalhadores Bancários, protestando contra o descongelamento das contas bancárias de altas individualidades do regime fascista, salienta que no despacho de Vítor Constanção não houve ao menos a preocupação de proteger os interesses nacionais visto que não foram criadas as «condições para que se pudesse recuperar o valor das dívidas contraídas por aqueles «senhores» perante a Banca e o Estado e que ascendem a largas centenas de milhares de contos».

Num almoço de convívio no Clube Americano, o embaixador dos EUA, Richard Bloomfield declara que «o anticomunismo em si próprio não é uma credencial automática para a amizade do povo americano».

Uma portaria das Secretarias de Estado da Pesca e do Comércio Interno decide aumentar substancialmente os preços de venda ao público do bacalhau e espécies afins.

Centenas de trabalhadores manifestam-se em Vila Franca contra a decisão do Governo demitido de desintervenir a ECRIL.

O PPD rejeita a proposta feita pelo PCP quanto à realização de encontros bilaterais. É o primeiro partido a anunciar a sua posição.

OPCP processa o matutino «O Dia» em virtude de uma notícia caluniosa divulgada por este.

Os Secretariatos e Unões Distritais das UCP's e Cooperativas Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal contestam a decisão do Governo demitido quanto à entrega de reservas, «sem qualquer recurso ao diálogo e tentando retomar as medidas arbitrarias do período de Barreto e Portas».

30 Sábado 1974 — Após a demissão de Spínola, a Junta de Salvação Nacional nomeia o general Costa Gomes para o cargo de Presidente da República

Grandes comícios assinalam no Porto e em Lisboa o 8.º aniversário da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical Nacional.

O Secretariado Nacional do MDP/CDE propõe que o Governo a constituir seja formado por democratas de várias tendências, tendo como base o Partido Socialista, solução que enquadra nas duas primeiras alternativas do Presidente da República.

É aceite o convite formulado pelo PCP.

O «Diário da República» publica o texto do acordo celebrado entre o Estado e a Rodoviária Nacional sobre o saneamento económico-financeiro desta empresa.

Segundo a agência noticiosa moçambicana, o Governo da República Popular de Moçambique teria enviado um protesto formal ao Governo português relativamente a dois incidentes ocorridos com funcionários da sua embaixada em Lisboa.

Processos de democratização na Península Ibérica e na América Latina é o tema da conferência que reúne no Estoril a Internacional Socialista. Willy Brandt presidente da IS, está presente.

A Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul aprova por unanimidade uma moção da APU que se solidariza com os agricultores na luta contra a taxa do vinho imposta novamente depois de 1967, pela Junta Nacional dos Vinhos.

1 Domingo 1970 — É criada a Intersindical

Nas eleições para os corpos gerentes do Sindicato Têxtil do Distrito de Braga a lista unitária recolhe 3000 votos contra 1500 da lista afectada à UDP.

O Conselho Nacional do CDS exclui a possibilidade de um encontro com o PCP. É expressa ainda a intenção de firmar um acordo interpartidário com vista à formação de novo Governo, mas apenas com o PS e o PPD.

A Confederação Nacional da Agricultura reivindica a participação no Conselho Nacional do Plano e propõe a criação do aumento do preço dos adubos.

A UDP adia a resposta ao convite formulado pelo PCP.

2 Segunda-feira 1976 — O Partido Popular Democrático (PPD) passa a designar-se Partido Social Democrata (PSD)

Termina a conferência promovida pela Internacional Socialista e que decorreu num hotel no Estoril.

Na Assembleia da República é aprovada a Lei Eleitoral. Votaram contra os grupos parlamentares do PPD e do CDS.

Os trabalhadores agrícolas do distrito de Santarém voltam a paralisar exigindo melhores salários.

Medeiros Ferreira lê na Assembleia da República a sua renúncia ao mandato de deputado socialista.

Ascendem a 90 mil o número das crianças que, no primeiro dia de aula pela primeira vez vão à escola.

Os Comunistas na Assembleia da República

Direita derrotada com a aprovação da nova Lei Eleitoral

Reunida em plenário na passada segunda-feira, a Assembleia da República aprovou, por maioria e em votação final global, o texto da Lei Eleitoral. Na mesma ocasião, foi aprovada por unanimidade a lei relativa à Comissão Nacional de Eleições.

O texto — que mercê da votação conjunta dos deputados do PS, PCP, UDP e ainda de quatro deputados independentes ex-PS, passa a constituir a Lei Eleitoral por que se regerá o regime democrático português — compõe-se de 171 artigos, no essencial, retoma todos os aspectos positivos que já informavam a lei que, anteriormente em vigor, possibilitou as eleições para a Assembleia Constituinte e para a Assembleia da República.

Os partidos da direita votaram contra o texto da lei agora apresentado ao plenário, aliás em consonância com a derrota dos projectos de lei que apresentaram na altura da discussão na generalidade.

A aprovação final global da Lei Eleitoral e diploma relativo à CNE foi, o único ponto inscrito na agenda da reunião plenária da Assembleia da República da passada segunda-feira. Ao contrário do que várias vezes foi anunciado, a discussão e votação na especialidade da Lei das Finanças Locais não se processou nesse dia nem subirá a plenário no decorrer desta semana. Isto deve-se

a uma decisão tomada na conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, que decidiu convocar o plenário da Assembleia, para o próximo dia 10, altura em que já deve estar pronto o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Administração Interna e Poder Local.

Recorde-se que, no decorrer do debate e votação na generalidade dos textos relativos à Lei Eleitoral, foram aprovados por maioria os projectos apresentados pelo PCP, PS e UDP, e rejeitados os que foram apresentados pelo PSD e pelo CDS.

O texto agora aprovado em votação final global tem como base o projecto de lei apresentado pelo PS e aprovado pelo plenário. De qualquer modo, muitas das disposições contidas nos textos do PCP foram contempladas.

Com a aprovação da Lei Eleitoral, a direita sofreu uma clara derrota nos seus desígnios de desvirtuar os resultados eleitorais em seu benefício. Com efeito, a Assembleia da República, neste seu período suplementar de trabalho, aprovou uma Lei Eleitoral que é constitucional e que é democrática. Por isso, conforme salientou em declaração de voto o deputado comunista Vital Moreira, o PCP deu-lhe o seu voto favorável; por isso, e conforme acentuou o mesmo deputado, outros votaram contra.

O voto favorável do Grupo Parlamentar do PCP, conforme salientou na passada segunda-feira, e com a anterior aprovação da Lei do Recenseamento, que já se encontra na Presidência da República a aguardar promulgação, o regime democrático português passa a contar com mais um instrumento do sistema constitucional que, longe de constituir uma peça que possibilite as

manobras das forças da direita visando a destruição da democracia, responde às necessidades de defesa e afirmação do sistema democrático-constitucional.

No decorrer da sessão da passada segunda-feira, dois outros factos merecem destaque: a renúncia — com discurso e tudo — ao mandato de deputado do ex-ministro e ex-socialista Medeiros Ferreira, e a intervenção política do deputado Manuel do Rosário Moita, sobre o recente Encontro das UCP's e Cooperativas, realizado em Évora, e suas conclusões.

Esse destaque merece ser posto em paralelo: enquanto a maioria da câmara ouviu «interessada» os argumentos de Medeiros Ferreira contra o regime democrático-constitucional, pretendendo ignorar a intervenção de Manuel Moita, que levou à Assembleia da República importantes contribuições de centenas de milhares de trabalhadores portugueses no sentido de se resolver e ultrapassar a crise económica.

A maioria da Assembleia, ao proceder desta forma, fez mal. Os argumentos de Medeiros Ferreira são efémeros; as contribuições de quem conseguiu transformar uma paisagem e uma realidade com centenas de anos podem ser históricas. Mas aqui como em tudo, cada um (leia-se cada partido) ouve os argumentos de que gosta!

Foi membro do PS; saiu. Foi ministro de Mário Soares; foi-se embora. Foi deputado; renunciou na passada segunda-feira. Chama-se Medeiros Ferreira e defende a constituição (não a Constituição, já se vê) de uma federação democrática reformadora que agrupe partidos políticos (não disse quais, mas não é difícil adivinhar), associações políticas, movimentos e personalidades. É claro que as personalidades tinham que lá estar, quanto mais fosse para contemplar aqueles que, como Medeiros Ferreira, têm vindo a militar em partidos diferentes percorrendo o espaço vertiginosamente o espaço que separa a esquerda da direita.

Esgurindo o já estafado argumento de que existia em Portugal um vazio político ao nível da sociedade civil e ao nível das instituições, Medeiros Ferreira afirmou que os trabalhadores e os empreendedores interessados na comunidade moderna e interclassista estão desamparados. É caso para lherediar, olhe que não, senhor ex-deputado: os trabalhadores têm os partidos e as organizações de massas que os representam; quanto aos que chama de empreendedores, há os que acompanham as evoluções da sociedade portuguesa e há os que não acompanham. Estes últimos têm os partidos da direita e a CIP, a CAP, etc. Quem está desamparado?

Mudando de partido, mas continuando na mesma bancada até aqui ocupada por Medeiros Ferreira. A sessão de segunda-feira marcou o regresso de Magalhães Mota, Sérgio Correia e Vilhena de Carvalho à primeira fila da bancada do PSD. Lá estavam os novos dirigentes parlamentares do PSD rodeando, sorridentes, Sá Carneiro. É caso para dizer: não houve ninguém no PSD capaz de adiar por mais tempo o regresso dos «inadiáveis» à primeira fila.

Medeiros Ferreira, quando terminou o seu discurso de renúncia, foi cumprimentado por dois colegas seus: os deputados socialistas Teresa Ambrósio e Eduardo Pereira (ex-ministro também). Ninguém conseguiu apurar, entretanto se foram apenas meros cumprimentos de despedida ou se foram mais do que isso...

A propósito da renúncia de Medeiros Ferreira — ocorrida numa sessão em que estava na Assembleia um desses já célebres parapsicólogos, a r t ó l o g o e «acupuncturador» — causou estranheza o facto de não estar presente o seu par António Barreto. Até houve alguém que disse: «É na tural; para a semana cá temos o Barreto a dizer que renuncia e que o quê é bom é a sociedade e interclassista, com uma federação deocrática reformadora!»

Mudando de partido, mas continuando na mesma bancada até aqui ocupada por Medeiros Ferreira. A sessão de segunda-feira marcou o regresso de Magalhães Mota, Sérgio Correia e Vilhena de Carvalho à primeira fila da bancada do PSD. Lá estavam os novos dirigentes parlamentares do PSD rodeando, sorridentes, Sá Carneiro. É caso para dizer: não houve ninguém no PSD capaz de adiar por mais tempo o regresso dos «inadiáveis» à primeira fila.

Dia a Dia

A morte de João Paulo I

No início de sessão da passada segunda-feira, a Assembleia da República, associando-se ao luto nacional de três dias decretado pelo Governo e solidarizando-se com os católicos portugueses, guardou alguns momentos de silêncio pela morte do Papa João Paulo I.

A iniciativa partiu da conferência dos presidentes dos grupos parlamentares e foi anunciada ao plenário pelo Presidente em exercício da Assembleia, o deputado comunista José Vitoriano.

Agressão a um deputado

O deputado da UDP, Acácio Barreiros, quando recente-

mente se deslocou a Mira d'Aire, foi alvo de uma agressão perpetrada por elementos reaccionários.

Tal facto motivou que o Presidente em exercício da Assembleia da República, José Vitoriano, expressasse a mais viva condenação pela ocorrência, que classificou como um atentado aos mais elementares direitos democráticos.

Lei das Finanças Locais

Até ao próximo dia 10 deste mês, a Comissão Parlamentar de Administração Interna e Poder Local terminará o trabalho que tem vindo a desenvolver no sentido de preparar a discussão da Lei das Finanças Locais.

Segundo decisão da conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, esta matéria está agendada para a ordem do dia da próxima terça-feira, portanto ainda no decorrer do período suplementar de trabalho da Assembleia da República.

Deputado do PCP eleito vice-presidente

O deputado comunista Carlos Carvalhas foi eleito vice-presidente do grupo comunista da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, tendo o deputado do PCF Bouchener sido escolhido para presidir ao mesmo grupo.

Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa agrupa os deputados comunistas de Portugal, França e Itália.

Deputado do PCP numa conferência internacional

O deputado comunista Manuel Gusmão participou recentemente na cidade jugoslava de Cavtat numa mesa-redonda subordinada ao tema «O Socialismo e os países em vias de desenvolvimento». Na mesma realização participou ainda outro parlamentar português, o deputado Lopes Cardoso, e o conselheiro da Revolução e presidente da Comissão Constitucional major Melo Antunes.

A iniciativa coube à Tribuna Internacional «O Socialismo no Mundo», organizada por três revistas teóricas, jugoslavas.

No próximo número do nosso jornal publicaremos uma entrevista com o deputado Manuel Gusmão, que referirá alguns aspectos desta mesa-redonda, onde apresentou uma comunicação subordinada ao tema «Quatro Correlações na Revolução Portuguesa».

Entretanto, e por lapso das agências noticiosas internacionais, os extractos de intervenção aparecidos nos jornais portugueses e atribuídos ao deputado Manuel Gusmão, não são de sua autoria, mas sim de outro português presente na conferência, César Oliveira.

Delegações da AR no estrangeiro

Delegações da Assembleia da República visitaram recentemente três países europeus: a Áustria, a Suíça e a Hungria. As três delegações mobilizaram dezoito deputados portugueses e iniciaram-se no passado dia 18 de Setembro na Áustria, a que se seguiu a Suíça, a finalizar, a Hungria. As três delegações foram sempre chefiadas pelo Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, e integraram representantes dos quatro grupos parlamentares. Pelo PCP deslocaram-se os deputados Matos Gago (Áustria e Suíça) e Jorge Leite (Hungria).

Intervenções

«A votação destas leis significa a derrota definitiva das tentativas do CDS e PSD»

Ao votar a favor das leis relativas a CNE e ao sistema eleitoral para a AR, o Grupo Parlamentar do PCP julga ter motivado para se congratular com a sua aprovação. Em primeiro lugar, porque de nós partiu a iniciativa de convocação da sessão suplementar da AR, que permitiu a sua elaboração; em segundo lugar, porque vimos aprovados pela AR os projectos de lei que apresentámos e consagrados nas leis aprovadas soluções que defendemos; em terceiro lugar, porque contribuímos para derrotar as propostas anticonstitucionais ou antidemocráticas do PSD e do CDS.

As leis acabadas de votar recolhem tudo o que de bom — e era muito — havia nas leis anteriores sobre a matéria que, na altura colheram o aplauso de todos os partidos como democráticas e progressivas e que só agora são

reputadas pelo PSD e pelo CDS; acolhem as alterações tomadas necessárias pela Constituição da República — introduzem alguns ajustamentos de pormenor visando melhorar algumas soluções, ou solucionar problemas que a experiência veio demonstrar carecerem de solução. Acima de tudo, as leis agora votadas vão constituir uma peça importante de continuidade e afirmação do sistema, democrático-constitucional.

Ao votar na globalidade de as leis relativas a CNE e ao sistema eleitoral para a AR, o Grupo Parlamentar do PCP dá o seu explícito apoio à esmagadora maioria dos artigos que as integram. Nenhum dos artigos das duas leis obteve voto contrário do PCP; mas alguns casos houve que não puderam obter o nosso apoio, ou em relação aos quais temos de formular reservas, quer por a sua cons-

titucionalidade não se nos afigurar líquida, quer por instituírem soluções cuja bondade não temos por segura.

1) A votação destas leis significa a definitiva derrota das tentativas do CDS e PSD, conjunta ou separadamente, para introduzirem entorses fundamentais no sistema de representação por círculos eleitorais, para subverterem a liberdade eleitoral, através da introdução de senhores pacuniaristas aos abstenционistas; para limitarem a liberdade de propaganda eleitoral através da proibição generalizada de afixação de cartazes e outra propaganda fixa, para empolpear de esmuradamento a representação dos círculos exteriores ao território nacional; enfim, para introduzirem na lei eleitoral toda uma série de distorções que nada têm a ver com o sistema constitucional, com o regime democrático, com a liberdade eleitoral ou

a expressão genuína dos eleitores, e que só relevam de um extraordinário vezo repressivo que visa transformar as eleições numa farsa administrativa.

Com a aprovação da lei relativa à CNE e da lei relativa ao sistema eleitoral para a AR, a AR, depois de ter aprovado a lei do recenseamento eleitoral, dá por concluído o edifício legislativo necessário para que, em qualquer momento julgado conveniente, possam ter lugar eleições para a AR, incluindo como saída democrática para crises governamentais que não tenham outra solução adequada.

Creemos ser este um motivo de satisfação para a AR e para as forças democráticas. Ao aprovar estas leis, a AR elimina um importante factor de constrangimento na solução de crises governamentais, propicia a criação de condições para o encontro sereno de uma saída

democrática e, finalmente, contribui para a estabilidade política necessária ao funcionamento regular do sistema democrático.

Enfim, estas leis são leis democráticas e constitucionais. Por isso, votámos a favor, certamente por isso, outros votaram contra. (Vital Moreira, em 2/10/78)

O Encontro das UCP's e Cooperativas realizou-se no passado dia 23 em Évora o Encontro Regional das UCP's e Cooperativas Agrícolas, para discutir, planejar, aumentar e melhorar a produção. Na sequência dos planos realizados nas UCP's e Cooperativas ali foi apresentado e discutido na presença de 600 delegados, pela primeira vez em Portugal, um autêntico plano agro-pecuário de curto e médio prazo

edições Avante!

PEQUENO GUIA PARLAMENTAR

O «Pequeno Guia Parlamentar» contém um balanço de actividade dos deputados comunistas e encerra uma síntese das posições políticas assumidas pelo PCP em todas as questões mais importantes que passaram pela Assembleia da República. Desta forma pretendemos que ele seja também interpretado como uma prestação de contas ao povo português, e especialmente aos trabalhadores e a todos aqueles que deram a sua confiança ao PCP nas eleições legislativas de 1976.

Lendo-o se verá que, na actividade parlamentar como na acção política geral, a vida prova o que afirmávamos há dois anos, na campanha eleitoral para a Assembleia da República: «O PCP cumpre o que promete!».

Estas palavras são do camarada Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, e pretencem à Nota de Abertura escrita para o livro «Pequeno Guia Parlamentar», recentemente publicado pelas Edições «Avante!».

Através de 250 páginas, a actividade dos deputados comunistas, directamente ligada aos interesses e anseios do povo português, é-nos apresentada no total respeito pela Constituição, na firme intenção de defender as conquistas da Revolução de Abril, no desejo de contribuir para a resolução das grandes problemas nacionais.

DL — a distribuição

OS COMUNISTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Na Sorefame os trabalhadores recusam um «negócio» inaceitável

A administração da Sorefame, cujas responsabilidades no conflito são irrecusáveis, insiste em propor aos trabalhadores em luta um «negócio» inaceitável.

Pretende aquela administração, na sua intransigência, que os 4260 trabalhadores da empresa, na Amadora, Amora e Sines, abdicem do pé para a mão, em troca de um aumento salarial, de regalias sociais conquistadas ao longo de anos e que representam atualmente em dinheiro muito mais do que a actualização de salários.

Os trabalhadores não aceitam esse «negócio» próprio de quem parece habituado a impor condições em vez de as discutir e negociar.

O que está em jogo no processo de luta na grande empresa de metalomecânica pesada, iniciado em 19 de Setembro findo com paralisações diárias por tempo limitado e com uma adesão praticamente total, não são reivindicações irrealistas destinadas a prejudicar os resultados da gestão.

Pelo contrário. O que está em jogo na luta dos trabalhadores da Sorefame é o progresso da empresa, na

perspectiva da defesa da economia nacional e da recusa de uma política de recuperação capitalista, que troca o interesse do País pelas imposições do FMI.

Mas o interesse do País não pode passar apenas pelo sacrifício dos trabalhadores.

Desde Janeiro de 1975 que a tabela salarial não é actualizada na Sorefame. Enquanto a administração assina um contrato de viabilização, prejudicial à empresa e ao seu pessoal, trabalhadores qualificados procuram emprego em empresas que lhes pagem melhor. Não é a Sorefame que ganha com isso. Quem ganha

são as forças que querem regressar ao passado.

Manter as regalias

A «viabilização» da empresa, que devia ser a sua capacidade para progredir, não pode passar, como passa, pela recusa de cumprir compromissos há muito assumidos e resultantes da luta dos trabalhadores, como são essas regalias sociais que a administração entende retirar.

E entre essas regalias, cerca de 12, de interesse para os trabalhadores, contam-se os complementos dos subsídios da Previdência e o horário de trabalho, que é de 42 horas e que a administração pretende aumentar para 45.

A flexibilidade dos trabalhadores organizados tem sido notória em todo o processo de luta. Mas a essa flexibilidade a administração tem respondido com a intransigência e com um «negócio» de

enganar meninos e comer-lhes o pão.

Perante isso, embora conscientes dos prejuízos que a sua luta pode causar à empresa, os trabalhadores são obrigados a responsabilizar totalmente a administração e o Ministério do Trabalho por esses prejuízos e pela eventual agudização do conflito se, entretanto, não houver resultados positivos depois da anunciada reunião naquele Ministério entre a Comissão Negociadora, o MT e a administração.

A incapacidade dos administradores da Sorefame para negociar numa base aceitável as reivindicações realistas dos trabalhadores não é de hoje. Os trabalhadores têm dado provas suficientes de paciência e boa vontade. Basta referir que a proposta de actualização de salários e nívelamento de profissões de acordo com a PRT/CCT dos Metalúrgicos, foi entregue à administração em Setembro de 1977. Há um



Na Sorefame as paralisações servem também para esclarecimento e debate

ano que os trabalhadores esperavam uma resposta. E foi preciso paralisarem para que a administração se decidisse a contrapor o «negócio» das regalias sociais.

A luta é correcta

A forma de luta é correcta na Sorefame. A adesão, a firmeza e a unidade dos trabalhadores tem sido a prova clara da sua atitude responsável e consciente perante uma situação que lhes criaram e que tentam resolver com os meios de que dispõem.

O Ministério do Trabalho e a administração da empresa

deverão ter em conta esse facto e procurar chegar a acordo rapidamente para que os prejuízos causados pela paralisação, que é de 4 horas em cada turno, não se avolumem e não tomem ainda mais grave a responsabilidade dos que propõem aos trabalhadores um «negócio» inaceitável.

Os trabalhadores da Sorefame têm consciência da necessidade de resolver rapidamente o conflito. Mas não abdicarão de dois pontos essenciais: a manutenção das regalias conquistadas e a actualização dos salários, que não são aumentados desde 1975.

Uma atitude consciente

A unidade real em volta do processo de luta adoptado tem conseguido evitar atitudes aventureiristas.

A luta dos trabalhadores da Sorefame inscreve-se nas lutas gerais do Movimento Sindical pela aplicação e revisão dos contratos colectivos. Inscreve-se na luta dos metalúrgicos pelo Contrato Colectivo de Trabalho Vertical.

Não se trata de uma luta isolada por privilégios especiais. É o reflexo da luta comum. É um dos seus aspectos. Nada tem a ver, no

caso do nívelamento das profissões de acordo com o disposto na PRT/CCT, com qualquer atitude que não seja digna de merecer apoio sindical e de contar com ele, como conta, para levar a bom termo reivindicações justas e realistas, que inclusivamente se destinam a evitar graves problemas à empresa com a eventual saída de trabalhadores qualificados e muito difíceis de substituir.

A atitude responsável dos trabalhadores espera uma contrapartida semelhante da parte de administração e do Ministério do Trabalho para a solução de um conflito que já se prolongou demais.

A quem pertence a iniciativa no campo sindical

O divisionismo persiste na sua tentativa de desagregação do Movimento Sindical. Mas as suas actividades, manobras e fracassos aparecem, desde o início, como agitação de superfície. Nunca como vaga de fundo.

As críticas válidas e fundamentadas à actuação dos Sindicatos, bem como a preocupação séria de melhorar a actividade da CGTP-IN, surgiram sempre no campo da unidade, isto é, dentro da própria central unitária dos trabalhadores portugueses.

De fora, o que veio foi o aproveitamento oportunista de algumas direcções sindicais, que trocaram, precariamente, a política sindical de interesse para os trabalhadores por uma política partidária, entregue aos designios imediatos da direcção do PS, como partido do Governo, e à desagregação completa do Movimento Sindical, pretendida pelo PPD/PSD e pelas forças mais retrogradadas da sociedade portuguesa.

A iniciativa no campo

sindical continua a pertencer à CGTP-IN.

Seja qual for o ângulo pelo qual se encare essa iniciativa, não há caminho com qualquer vantagem para os trabalhadores em Portugal que não tenha sido proposto, encarado, ou prosseguido pela Intersindical Nacional, criada há 8 anos contra o fascismo e contra tudo aquilo que os fascistas alcançaram e pretendiam obter das corporações a que chamaram sindicatos.

Basta folhear os

documentos aprovados no Congresso de Todos os Sindicatos e em plênários posteriores da Central Única para se ter a certeza de que nenhuma das propostas com uma ponta de validade e interesse para o Movimento Sindical avançadas por este ou aquele grupo de divisionistas deixou de ser encarada, debatida, aprovada ou posta em prática pela verdadeira vaga de fundo constituída (essa sim) pela maioria segura dos Sindicatos portugueses e da estrutura em que assenta o Movimento Sindical português.

Coisas da "Carta"

A verticalização sindical, por exemplo — pretendem os divisionistas da "Carta Aberta", agora sob outro rótulo — seria uma "ideia" deles de que a CGTP-IN se quer

aproveitar. A falsidade e o descaramento são fáceis para essa gente sem princípios nem apoio que lhes valha.

A organização sindical, de que faz parte a reestruturação e que inclui a verticalização sindical, foi das primeiras preocupações da Intersindical. Logo nos primeiros documentos aprovados depois do derrubamento do fascismo se dá a devida atenção ao problema da verticalização. Mas não era possível avançar neste campo de um dia para o outro. O próprio Congresso de Todos os Sindicatos, no seu Programa de Acção, referia os problemas encontrados como "uma muito grave deficiência estrutural" que criava "grandes dificuldades à necessária intervenção dos trabalhadores na planificação, reconversão, reestruturação e controlo operário dos vários sectores da actividade económica".

E o Programa de Acção em

vigor sublinhava que "verticalizar é a tarefa prioritária do Movimento Sindical no campo organizativo".

Mas a CGTP-IN nunca caminhou às cegas. Por isso, o Congresso especificava o que entende por verticalização com os trabalhadores e não contra eles.

Assim, o Programa de Acção definia:

"Verticalizar significa unir num mesmo sindicato os trabalhadores que exerçam a sua profissão na mesma empresa e no mesmo sector de actividade económica. No trabalho de verticalização deverá ter-se em conta os seguintes princípios: respeito pela vontade democraticamente expressa dos trabalhadores a verticalizar; não utilizar esquemas preconcebidos, porquanto a experiência mostra que o trabalho de verticalizar está dependente de situações objectivas

e subjectivas variáveis de sector para sector e de região para região, podendo a verticalização ser feita por fusões de sindicatos, integrações parciais de trabalhadores, etc.; a tarefa de verticalização está dependente, em grande parte, da manutenção da unidade orgânica do Movimento Sindical".

Mas o Programa, que se mantém em vigor e tem sido cumprido, não se limitava a definir. Impunha medidas práticas e concretas. Enquanto os divisionistas da "Carta Aberta" e de outros grupos se limitavam a falar da verticalização como mais uma arma de desagregação do Movimento Sindical, a CGTP-IN avançava com os contratos colectivos verticais, com fusões de sindicatos, com o alargamento da rede de delegados sindicais, com os Congressos das Federações.

O que a "Carta" não tem

Enquanto isso, a "Carta Aberta", depois "Madisca", ou coisa parecida, e agora UDTP, falava... Falava de vez em quando numa "coisa" que não podia nem poder levar a cabo. A verticalização implica uma estrutura que a "Carta", aberta ou fechada, não tem. Implica a unidade orgânica do Movimento Sindical que a "Carta" quer destruir. Implica um apoio e uma participação dos trabalhadores e dos sindicatos de que a "Carta" não pode dispor.

Por isso, a "Carta" limita-se a falar... E a maioria das vezes arremeda apenas na tentativa de contrariar, pelo menos um pouco, a tal vaga de fundo representada pela unidade e pela luta para reforçar a capacidade cada vez maior dos trabalhadores organizados intervirem na vida

do país, defendendo os seus interesses e os direitos que conquistaram na unidade e não na divisão.

A iniciativa no campo sindical continua a pertencer à CGTP-IN. É mais do que nunca necessário que ela aí se mantenha, pois há mais de 1 milhão e 600 mil trabalhadores empenhados na luta pelos seus contratos colectivos de trabalho, há a luta contra o desemprego e os despedimentos, há a luta pela defesa da Constituição.

Como neste mesmo número do "Avante!" se afirma, em nota da Comissão Política do CC do PCP, o Movimento Sindical unitário, "pela sua acção esclarecida e consciente, pelo seu papel na organização e mobilização dos trabalhadores, pelo seu prestígio, tomou-se uma força indispensável à defesa dos interesses dos trabalhadores, à defesa da democracia".

As costas quentes dos sabotadores

Após a desintervenção decidida arbitrariamente pelo Conselho de Ministros da última quarta-feira, já regressou à Real Vinícola o sabotador Silva Reis. A sua primeira medida foi promover um plenário-fantasma que, entre palmas e assobios, "aprovou" a destituição da Comissão de Trabalhadores. Entretanto, na EcriL, outra das empresas desintervencionadas por aquela decisão, uma Comissão de Apoio aos trabalhadores da fábrica, formada depois de uma manifestação de protesto, em Vila Franca de Xira, intervirá junto dos órgãos de soberania para que não se concretize aquela medida que ultrapassa a competência do actual Governo de gestão.

O Silva Reis regressou com as costas aquecidas pelos capangas que trouxe, com os trabalhadores mal informados que conseguiu arregimentar no Douro e com uma fanfara de Lamego para dar um ar de festa a um dia que é o prelúdio de uma larga ofensiva contra as conquistas dos trabalhadores da empresa, da insegurança dos seus postos de trabalho e do agravamento das suas condições de vida — adverte a Comissão Concelhia do PCP de Vila Nova de Gaia num apelo à "unidade dos trabalhadores da Real Vinícola em defesa da manutenção dos seus postos de trabalho, das suas conquistas na empresa e das suas condições de vida".

Grave medida que o Governo de gestão não tem competência para tomar", assim considera aquela Comissão Concelhia a desintervenção na empresa de vinhos do Porto.

Os privilégios

Desestabilizadora, essa medida arbitrária para a qual os trabalhadores não foram ouvidos, ignorando a lei e a Constituição, não deve enganar "aqueles que pensam conseguir situações de privilégio com o regresso do patrão", pois, como afirma a Comissão Concelhia do PCP, "a sua vinda significará o privilégio dos mesmos de

antes do 25 de Abril e novamente a prepotência, o arbítrio e a exploração para a maioria e a magadora dos trabalhadores".

Essa desintervenção, como as outras do mesmo naipe, constitui uma exorbitância de poderes "que abre as portas ao aumento dos conflitos sociais, que procura esconder o esforço dos trabalhadores da empresa na recuperação



Mas os assalariados e os pequenos agricultores sabem que os maus resultados das colheitas são sempre eles que os suportam para que os sabotadores possam ganhar 70 contos por mês

Protesto em Vila Franca

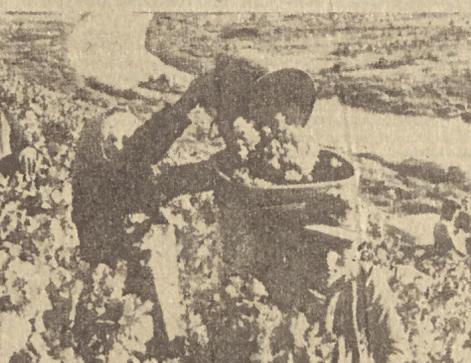
"Arbitrária e inconstitucional" era, entretanto, considerada por centenas de trabalhadores concentrados em frente à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, a desintervenção na EcriL. Numa moção aclamada pelos manifestantes, afirma-se que "à data da intervenção, a EcriL era uma empresa tecnicamente falida e que, em 1977 apresentou um lucro de 8 mil contos e, em 1978, se encaminha para um lucro previsto de 20 mil contos".

O documento acrescenta que "os trabalhadores já demonstraram a sua competência, capacidade e dinamismo durante o período da intervenção".

Mas esse facto não teve efeito sobre um Governo de carácter transitório que actuou sem que os trabalhadores fossem ouvidos e sem ter em conta as suas propostas, nem



O sr. Silva Reis, em 1971, entrevistado por uma revista dos monopólios, só via culpas na má colheita...



Mas os assalariados e os pequenos agricultores sabem que os maus resultados das colheitas são sempre eles que os suportam para que os sabotadores possam ganhar 70 contos por mês

os compromissos que o Ministério da tutela assumira anteriormente.

Por seu turno, a Comissão Concelhia do PCP de Vila Franca de Xira, condenando a decisão do Conselho de Ministros, solidariza-se com a luta dos trabalhadores da EcriL e lembra os resultados francamente positivos alcançados com o esforço dos trabalhadores durante o período da intervenção.

Manobras lesivas da economia nacional e resultado de uma política de submissão a interesses estranhos ao desenvolvimento do país, estas desintervensões de um Governo sem plenos poderes levam os trabalhadores à resistência contra uma decisão arbitrária que os órgãos de soberania devem urgentemente rever, ouvindo os trabalhadores, analisando e discutindo as suas propostas, como manda a Constituição.

Onze eleições sem derrotas fortalecem a unidade

Período de férias não é, como se sabe, a época ideal para eleições sindicais. Mas, ressalvado esse factor, que influiu necessariamente na menor afluência às urnas em alguns casos, houve ainda assim em 11 eleições efectuadas em Sindicatos e Comissões de Trabalhadores, entre 3 de Agosto findo e o último fim-de-semana, 11 vitórias das listas unitárias, que inserem as suas acções e lutas na luta geral da CGTP-IN.

Seis Sindicatos (Têxtil do Distrito de Braga; Indústria Hoteleira e Similares dos Distritos do Porto, Vila Real e Bragança; Metalúrgicos de Bragança; Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto; Pescadores de Setúbal; Pescadores de Viana do Castelo) e 5 Comissões de Trabalhadores (Portugal de Setúbal; Banco Borges e Irmão, no Norte; Banco Pinto e Sotto Mayor do Sul e Ilhas; Tabaqueira; Serviço de Transportes Colectivos, do Porto), durante aquele período de cerca de dois meses, demonstraram, em sectores tão diversificados como a agricultura e o serviço bancário, a metalurgia e a pesca, e em regiões onde o caciquismo tenta ditar a sua lei, que a unidade cresce e ganha força por todo o país, que o Movimento Sindical, encabeçado pela CGTP-IN, e o movimento operário e popular não temem os assaltos do divisionismo e escolhem os seus dirigentes segundo critérios que são seus e não ditados pela «democracia» das forças oportunistas e reacção e pelo imperialismo.

Em algumas dessas eleições, contou-se, na preparação das listas, com o apoio e mesmo a adesão de

trabalhadores socialistas e de outras tendências democráticas. Homens e mulheres sem partido, reconhecendo também, a importância da unidade na defesa dos seus interesses de classe, aderem e votam nas listas unitárias, participam nas campanhas de esclarecimento. Regista-se com mais frequência, entre trabalhadores menos informados, a atitude de optar pela representatividade que o Movimento Sindical conquistou em oito anos de luta, primeiro contra o fascismo e, mais tarde, contra a sua base económica — a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista que gera o desemprego, o aumento dos preços, a inflação, um nível de vida insuportável para as classes trabalhadoras.

A unidade defendida pela CGTP-IN, e cujos êxitos são patentes, provoca até em alguns dos seus inimigos o desejo de se valerem dela em atitudes oportunistas de que é exemplo recente o do Sindicato Têxtil do Distrito de Braga, onde a lista vencida resolveu apresentar-se também como «unitária».

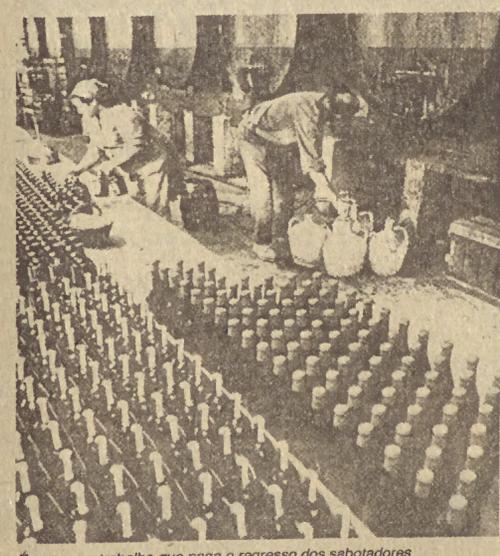
O facto, cujo oportunismo é desmascarado sempre que determinados grupos esquerdistas abrem a boca para defender a «sua unidade»

contra a unidade orgânica do Movimento Sindical, foi criticado pela Mesa da Assembleia Geral daquele Sindicato que considerou incorrecta a utilização dessa palavra («unitária») por parte da Lista B, visto que a mesma «não só não constou do processo de candidatura entregue à Mesa da Assembleia Geral, como também lança a confusão e a dúvida no seio da classe».

A dúvida e a confusão não venceram nos têxteis do distrito de Braga. O divisionismo foi mais uma vez derrotado. Mas a semente perdura. Isolá-la, deixá-la entregue aos que a espalham (e são poucos) é tarefa persistente dos trabalhadores organizados e confiança na vitória dos princípios e da acção do Movimento Sindical português.

Unidade para a JFS

Por melhores condições de trabalho, pela aplicação do CCT, pela reintegração dos despedidos, por transportes para todos os trabalhadores, pelo funcionamento da cantina, pela garantia de emprego, são, entre outras, as propostas de luta apresentadas aos trabalhadores da Joaquim Francisco dos Santos pela lista unitária candidata às eleições para a Comissão de Trabalhadores, que estão marcadas para o próximo dia 10 naquela empresa desintervencionada onde a repressão patronal se tem abatido sobre os trabalhadores desde o regresso do patrão.



É sempre o trabalho que paga o regresso dos sabotadores

Um partido implantado nas massas trabalhadoras. Vila Franca — um exemplo!

Deputados comunistas dirigentes do PCP deslocaram-se no passado domingo a Vila Franca de Xira onde, no pavilhão de que a Comissão Concelhia Local do PCP dispunha no recinto da Feira desta localidade perto de Lisboa, conviveram com as muitas centenas de pessoas que, ao longo de duas horas e meia, quiseram dialogar com os camaradas Octávio Pato, Carlos Brito, Georgette Ferreira e Severiano Falcão.

Esta iniciativa integrou-se numa série de sessões de lançamento do importante livro "Pequeno Guia Parlamentar", recentemente publicado pelas Edições "Avante!".

A partir das 17 horas e até perto das 19 e 30, muitos foram os que, tendo-se deslocado à Feira de Vila Franca e tendo tido conhecimento de que destacados dirigentes do PCP

assistiam interessados à projecção de vários filmes.

Presença do PCP na Feira, já uma tradição

A presença de um pavilhão do PCP na Feira de Vila Franca de Xira, que se realiza anualmente nesta época do

particular destaque para o sector das autarquias locais.

Assim, por exemplo, num dos painéis podia-se ler que o 1.º organismo regional do Partido na zona de Vila Franca de Xira foi criado em 1931, mercê do trabalho então desenvolvido pelos camaradas Dias Lourenço, Alves Redol, Carlos Pato e, mais tarde, Soeiro Pereira Gomes. E também que, nesse altura, só na freguesia de Vila Franca de Xira, já se vendia a bonita e deveras significativa soma de 100 exemplares do "Avante!".

Alterações significativas

Hoje, a situação é, como facilmente se compreenderá, radicalmente diferente, embora nasça e se radique directamente no trabalho desde sempre desenvolvido pelos comunistas de Vila Franca.

O pavilhão da Comissão Concelhia local instalado no recinto da tradicional feira anual, o interesse que esse mesmo pavilhão desperta em todas as pessoas que lá acorrem, o próprio êxito da iniciativa do passado domingo — são apenas alguns dos exemplos da grande implantação do PCP no seio da classe operária e dos trabalhadores do concelho de Vila Franca.

O pavilhão do PCP, apesar de ser naturalmente o mais visitado na tarde do passado domingo, não era o único pavilhão político montado na Feira de Vila Franca. Mostrando o seu trabalho, ali se encontravam também pavilhões da UJC local, do Movimento Democrático das Mulheres, da CGTP-Intersindical — este naturalmente alusivo ao 8.º aniversário da central única dos trabalhadores portugueses — e da comissão de reformados de Alhandra.

Entretanto, e ao contrário do

que tem acontecido, o PS não montou qualquer Pavilhão no recinto da Feira, o que vários camaradas locais apresentaram como um dado significativo. É evidente que eles não o fizeram por discórdiam disso. Mas é triste que nem sequer tenham conseguido montar um pavilhão e mantê-lo vivo durante estes dias. Se até os esquerdistas o fizeram — dizia-nos um camarada de Vila Franca, a propósito da ausência de um pavilhão dos socialistas locais.

Quanto aos pavilhões esquerdistas, lá estavam os do costume, frequentados apenas pelos seus responsáveis. Os visitantes da feira passavam por eles, olhavam e seguiam o seu caminho, indiferentes ao que ali estava.

Até que um trabalhador, algumas dezenas de anos de idade, por ali passou. E parou. De um lado, apregoavam-lhe as virtudes dos "reconstruídos"; do outro, ofereciam-lhe faqueiros à mistura com cobertores e esterofógrafos.

Parado no meio, o trabalhador volta-se para um amigo e diz-lhe: **Vamo-nos embora depressa, estamos no meio de dois vendedores da banha-da-cobra. Só que este que nos dá mantas e garfos a troco de uma nota de quinhentos, ao menos ainda trabalha. Os outros, nem por isso...**

E por entre algumas gargalhadas do amigo e de quem o quis ouvir, lá abalou por entre as barracas de lona da Feira de Vila Franca de Xira.

Feira onde, no passado domingo e em apenas duas horas e meia, os deputados do PCP Octávio Pato, Carlos Brito, Georgette Ferreira e Severiano Falcão autografaram perto de uma centena de exemplares do "Pequeno Guia Parlamentar".

Há 47 anos, os comunistas de Vila Franca vendiam na freguesia 100 exemplares do "Avante!" — em 47 anos, uma implantação no seio das massas populares que não só se mantém, como constantemente se reforça e desenvolve.



Georgette Ferreira, Severiano Falcão, Carlos Brito e Octávio Pato, não tiveram «mãos a medir» para autografarem todos os livros que lhes puseram à frente



Foi grande a afluência ao pavilhão do PCP na Feira Anual de Vila Franca de Xira

O convívio entre os deputados do PCP e os que se deslocaram à Feira de Vila Franca foi rico de momentos. Que foram muitos, mas dos quais citamos um significativo.

O camarada Octávio Pato é natural de Vila Franca de Xira. Um amigo chega ao pé dele, deve ter a mesma idade que o dirigente do PCP, com quem troca um abraço, ao mesmo tempo que lhe diz: "Somos conterrâneos, mas só te pude conhecer depois do 25 de Abril!"

Era assim o fascismo, é esta hoje a situação do Portugal democrático!

se encontravam num dos pavilhões, ali acorrem a fim de adquirirem a novidade editorial.

Pode bem dizer-se que as mãos dos deputados comunistas não tiveram descanso durante aquelas duas horas e meia, autografando numerosos exemplares do "Pequeno Guia Parlamentar".

Em várias alturas, o pavilhão de que a Concelhia de Vila Franca dispunha chegou a ser pequeno de mais para albergar todos os que queriam entrar, falar com os deputados do PCP, conseguir um autógrafa e, até por vezes, expôr problemas da sua empresa, da sua freguesia, mesmo da situação política nacional.

Entretanto, num auditório localizado ao lado, várias centenas de pessoas

ano — de 1 a 5 de Outubro — começa já a ser uma tradição tanto da Feira como da organização local do nosso Partido.

Com efeito, desde o 25 de Abril de 1974, que os comunistas de região de Vila Franca têm vindo a erguer no recinto desta importante manifestação popular naquela zona, um pavilhão político destinado a divulgar a actividade local e nacional do PCP.

Através de vários painéis, os visitantes locais e os forasteiros puderam este ano apreciar alguns dados fundamentais da actividade do Partido na zona no período da clandestinidade, bem como o trabalho desenvolvido depois do 25 de Abril nas diversas frentes de trabalho, com

ano — de 1 a 5 de Outubro — começa já a ser uma tradição tanto da Feira como da organização local do nosso Partido.

Odivelas e a Campanha dos 1200 contos: plenários de militantes apoiam as decisões e organizam o trabalho

A fim de saber novidades, de novo encontramos na passada sexta-feira o camarada José Moreira, depois do seu horário de trabalho. Aquele membro da Comissão de Freguesia de Odivelas, que estava com a sua companheira Elieth Moreira, também nossa camarada, falou-nos do andamento da Campanha dos 1200 contos para o Centro de Trabalho.

As novidades não são muitas. Só que o trabalho continua — começou por dizer-nos. E nós insistimos: Mas tinham programado um plenário de militantes...

Sim, mas pensamos realizá-lo de outro modo. É que as instalações são muito pequenas para tanta gente. Resolvemos realizar plenários por bairros. E o que levámos a efeito, o primeiro de toda uma série e que, como já tinha dito, visa não só falar da importância da Campanha como também discutir algumas das propostas da Comissão de Freguesia, foi bastante participado.

Foi discutida a proposta da CF, que aliás é uma resolução já tomada há muito. Trata-se da

meta de 2 mil escudos por militante até ao final da Campanha. Além de se ter chamado à atenção para a importância desta iniciativa, havia que encontrar modo de a levar a cabo, pois que todos sabemos as dificuldades económicas da maioria dos camaradas.

Houve alguma proposta para resolver o assunto? O que propusémos foi que cada um desse um tento, segundo as suas possibilidades e escolhendo os prazos que mais lhe conviessem. Uma espécie de prestações.

Semanais ou mensais. Deste modo, a cada militante caberá uma ficha onde se vai assentando as quantias entregues. Outra ideia a que os militantes aderiram muito bem foi a decisão de iniciar os porta-a-porta já no princípio deste mês. Os porta-a-porta foram considerados por todos uma forma imprescindível para o êxito da Campanha.

Os plenários vão continuar? Claro que vão continuar. E mesmo a sala principal do

novo Centro em breve ficará de molde a realizá-los ali, por bairros, convocando-se os militantes que habitam em cada um dos muitos bairros que existem em Odivelas. Os simpatizantes e os amigos do Partido também podem participar, acompanhados por camaradas que os convidem.

Um quilómetro de fio eléctrico Quer dizer que as obras vão indo...

As obras já entraram mesmo na fase de acabamentos e esperamos aprontá-las quase completamente no próximo fim-de-semana. O rés-do-chão ficará completamente rebocado, o que constitui a parte mais trabalhosa que há entre mãos.

Então que comecem as grandes chufadas pensamos concluir os acabamentos do telhado, ao mesmo tempo que se acaba o reboco e a parte eléctrica.

Um camarada electricista e um outro que o ajuda, um deles que se encontra em férias e outro

que trabalha por conta própria têm dado o seu tempo ao Partido e têm passado toda a semana na electricificação do Centro.

Entretanto o Centro de Trabalho já funciona todos os dias. E isso traz-nos muito apelo porque, à noite, ao serão, vêm muitos camaradas aproveitar esse tempo para ajudar nas obras.

Mas continuamos a necessitar de mão-de-obra. E também de materiais — por exemplo o cimento, a areia, o fio eléctrico. Houve um camarada que já ofereceu ao Partido um quilómetro de fio. Mas ainda não chega...

Para os dias mais próximos, pensamos realizar alguma iniciativa da Campanha?

Decidimos realizar uma festa local, que não estava programada mas que vimos ser necessária e possível. É já no próximo sábado, dia 7. Esta iniciativa, pensamos nós, integra-se nas comemorações do 5 de Outubro, uma data de muito significado para a população de Odivelas. Lembremo-nos bem como, mesmo no tempo do fascismo, a banda

saiu para a rua e a população incorporava-se nas comemorações que eram uma jornada antifascista.

Queremos lembrar ainda as iniciativas já normais da Campanha. E sublinhar a que nos parece ser a fundamental na questão da angariação de fundos, que é a Rifa. A tal que sorteia uma viagem à União Soviética para duas pessoas.

As mulheres na campanha?

E a toalha?, perguntámos desta vez à camarada Elieth. Ela tinha-a mesmo consigo. É uma vasta toalha vermelha, semeada de assinaturas, umas de letra corrida e fácil, outras na letra vagorosa de quem sabe escrever pouco. Mas todas as assinaturas de camaradas que, nesse gesto, contribuem para o reforço do Partido. Já mais de 13 contos foram recolhidos e, contando cada assinatura a vinte escudos já se pode avaliar as centenas de assinaturas que invadiram o pano vermelho onde despontam já os bordados.

A camarada Elieth demonstrou:

As mulheres já decidiram oferecer, e começam neste fim-de-semana que passa, os comes-e-bebes para os que trabalham nas obras. Quero dizer: umas tantas por fim-de-semana oferecem as sandes e os petiscos ao Partido. E depois vendem-se essas ofertas no Centro de Trabalho. O dinheiro obtido fica para a Campanha.

E estamos também a pensar, mais tarde, fazer uma exposição-venda de rendas e outros trabalhos. A reverter também para a Campanha dos mil e duzentos contos!

Aqui, como vês, mesmo ao centro, vai ficar a toalha e o martelo, bordados a cheio. E à volta vai ficar: «Campanha dos Mil e Duzentos Contos — Centro de Trabalho de Odivelas». E depois também todas as assinaturas bordadas. A propósito, já assinaste?

Também assinaste? E continuámos as perguntas. Para além da iniciativa das toalhas, as mulheres comunistas de Odivelas, têm algo mais pensado ou em curso, como iniciativa para a Campanha?

As mulheres já decidiram oferecer, e começam neste fim-de-semana que passa, os comes-e-bebes para os que trabalham nas obras. Quero dizer: umas tantas por fim-de-semana oferecem as sandes e os petiscos ao Partido. E depois vendem-se essas ofertas no Centro de Trabalho. O dinheiro obtido fica para a Campanha.

E estamos também a pensar, mais tarde, fazer uma exposição-venda de rendas e outros trabalhos. A reverter também para a Campanha dos mil e duzentos contos!

A camarada Elieth demonstrou:

Agenda

Dia 4, Quarta-feira

Alpiarça, na Praça Velha, às 20 e 30, para início da Festa da Liberdade, intervenção política pelo camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central ● Barreiro, integrado nas Festas do Barreiro, no Pavilhão Político do PCP: às 16 e 30, encontro com deputados comunistas à Assembleia da República e uma intervenção sobre a situação política pelo camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC; às 21 e 30, homenagem a Fernando Lopes Graça.

Dia 5, Quinta-feira

Lagoa, no Centro de Trabalho, às 21 e 30, reunião geral de militantes ● Sesimbra, sessão de esclarecimento à noite com o camarada Octávio Pato da CP do CC.

Dia 6, Sexta-feira

Faro, no Centro de Trabalho, às 21 e 30, reunião geral de militantes ● Barreiro, integrado nas Festas do Barreiro, no Pavilhão do PCP, encontro sobre as empresas nacionalizadas.

Dia 7, Sábado

Silves, no Largo do Município, organizado pela Comissão Concelhia do PCP, comício com o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC ● Barreiro, no Pavilhão do PCP (Festas do Barreiro), exibição do filme sobre a Festa do «Avante!» de 1977. ● Avis, na Cooperativa «1.º de Maio», jornada de solidariedade para com os trabalhadores alentejanos, promovida pela Célula da Carris.

Dia 8, Domingo

Barreiro, no Pavilhão do PCP, filme sobre a Festa do «Avante!» de 1977.

Dia 9, Segunda-feira

Torres Novas, às 21.30 sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Brito da CP do CC.

CAMARADAS FALECIDOS

CONCEIÇÃO NOGUEIRA CASANOVA — A camarada Conceição Nogueira Casanova, velha militante comunista do Couço, que era mãe do membro do Comité Central do PCP José Casanova, faleceu no passado dia 22 de Setembro, em Lisboa, com 76 anos de idade.

Lopes, de profissão guarda-livros, encontrava-se na RPM como cooperante.

JOSÉ DOS SANTOS CARRA-PIÇO GONÇALVES — Em 28 de Setembro faleceu o camarada José Gonçalves, de 48 anos de idade. Este camarada era vereador da Câmara do Cartaxo, para a qual fora eleito pela APU.

ANTÓNIO CARDOSO SIMÕES — Membro do Partido desde há muito, natural de Vila do Conde e vivendo há alguns anos em Montreal, Canadá, veio a falecer, após prolongada doença, o camarada António Simões, no passado dia 28 de Setembro.

O funeral realizou-se na sua terra natal, na passada segunda-feira, acompanhado por muitos camaradas e amigos.

CARLOS LOPES — Faleceu a 13 de Setembro, na República Popular de Moçambique, o camarada Carlos Lopes, de 27 anos de idade, natural de Cabeção, Mora, onde se realizou o funeral. O camarada Carlos

Um Alentejano em Moscovo nas Olimpíadas de 1980!

Não se trata de uma história de antecipação científica. É mesmo verdade que um alentejano da Amareleja, que há 31 anos trabalha e vive em Lisboa vai, com a sua companheira, visitar Moscovo e ver os Jogos Olímpicos de 1980. Assim o quis o sorteio da EP.

Ninguém se acusava. Quase pensávamos que o número premiado com as duas passagens para Moscovo, para ir ver os Jogos Olímpicos de 1980, tinha ficado esquecido nalguma gaveta e que o feliz contemplado nunca mais repararia nele. Finalmente, porém, chegou-nos a notícia. Que aparecera alguém com o cupão da EP numerado 181 836, o famoso primeiro brinde do 3.º sorteio que se realizou precisamente na Festa do «Avante!».

Logo quisemos entrevistar quem assim terá a oportunidade de tão inesperada viagem. Marcámos encontro para o Centro de Trabalho de Alcântara, na passada segunda-feira. E, quando lá chegámos, logo nos apontaram um camarada que, sentado a um canto, aproveitava o seu tempo de espera, lendo.

Sorriu, ao ver-nos, como quem diz: «Pois sou eu».

E ficámos a conhecer o seu nome, António Inácio da Cruz. A sua profissão é a de continuo

— É a primeira vez. Nunca sai de cá, nunca fui à União Soviética, nem sequer a outro país qualquer. Nem mesmo andei de avião.

— É a perspectiva que agora tens de fazer esta viagem, como é que foi recebida lá em casa?

— Bem, pensamos ir os dois, a minha mulher e eu. Ela também ficou muito satisfeita quando soube.

— Quantas EPs tinham comprado?

— Duas. Como nos outros anos. É já um costume. Não é pelos prémios, que eu nem sequer vejo. Lembremo-me que, quando foi na FIL nem sequer vi se tinha ou não saído alguma coisa, nem sequer reparei nos números.

— Compro as EPs porque é mais fácil — continuou — a gente pode sair e entrar. Só este ano é que não fui durante os três dias porque tinha lá em casa uma pessoa doente no domingo. Não pude. Mas foi uma festa ainda melhor que as outras.

— Com muito mais gente que o ano passado. E não só mais gente, também os artistas formidáveis que por lá passaram, pelos palcos.

— A finalidade da viagem que farás daqui a quase dois anos



Uma EP: oportunidade de ir ver os Jogos Olímpicos, em Moscovo

assistir aos Jogos Olímpicos. Interessas-te por desporto?

— Interesse-me pelo desporto. Sou mesmo trabalhador numa associação desportiva e interesse-me. É claro que não posso assistir a todos os jogos mas há algumas provas que me interessa ver.

— Mas não é só os Jogos. Ir até Moscovo é também a possibilidade de poder apreciar um pouco da realidade soviética...

— Não sei se haverá tempo para tudo. Mas gostaria de dar umas voltas, fazer uma visita, tomar contacto com as pessoas, ver como é.

— Entretanto, como disseste, ainda falta muito tempo. Os projectos até lá?

— Bem, há os passaportes, há essas coisas todas. Vou ver se faço algumas economias para umas lembranças. Se não fosse o sorteio, estas facilidades, nunca poderia, uma pessoa assim pobre como eu, pensar numa viagem destas...



INAUGURAÇÃO
Sábado, 7 de Outubro — 18.30 horas
PALÁCIO D. MANUEL ÉVORA
De 7 a 15 de Outubro 1978
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sábados e Domingos das 15 às 23 horas
Restantes dias: das 18 às 22 horas
O LIVRO «TARRAFAL» (testemunhos) será autografado por sobreviventes do Campo de Concentração

A CGTP-IN no coração dos trabalhadores

Volvidos oito anos sobre a criação da Intersindical, pode-se afirmar que quem está de parabéns são os trabalhadores portugueses.

As manobras divisionistas de pretensos sindicalistas, face à determinação de unidade das massas trabalhadoras confinam-se, cada vez mais, aos salões de hotéis onde se reúnem ou falam para os órgãos de comunicação, que lhes fazem a propaganda.

Também as acções aventureiristas coloridas quase sempre com uma linguagem excessivamente progressista e que por acaso (?) coincidem com recados e sugestões dos agentes das forças de direita, enfrentam o desprezo total dos trabalhadores.

A unidade do Movimento Sindical não é hoje uma ideia sem expressão, de que se fala porque alguns dirigentes sindicais

utilizam esse termo. A unidade do Movimento Sindical português ganha hoje uma amplitude só possível face à consciência de classe que têm os trabalhadores, os quais sabem que a defesa dos seus direitos e dos seus interesses apenas se concretizará se todos estiverem do mesmo lado, ainda que uma minoria, recebendo salários apropriados, insista em defender os lucros gananciosos do grande patronato.

O cômputo das últimas eleições sindicais realizadas é a prova real do esforço da unidade. Também os grandiosos comícios que assinalaram no Porto e em Lisboa o oitavo aniversário da CGTP-IN são prova física da unidade que alastra.

Por tudo isto, os trabalhadores não podiam deixar de ler, com um sorriso nos lábios, a notícia que um vespertino dedica ao

aniversário, antecedida do seguinte título: **Aniversário da Inter revela medo da UDTP.**

Aquele jornal confunde subestimar com ter medo. A CGTP-IN não subestima os seus inimigos até porque conhece os apoios financeiros e políticos que desfrutam no estrangeiro. Mas não os teme, porque a CGTP-IN é a esmagadora maioria dos trabalhadores deste País.

Mas o receio da força organizada dos trabalhadores não se limita à campanha sistemática de certa imprensa, parte da qual está estatizada. As Câmaras Municipais do Porto, Vila do Conde e Lisboa obrigaram o seu pessoal a destruir os panos e os cartazes que anunciavam os comícios do aniversário. Por seu turno, a Direcção do Norte da RDP pretende censurar um

anúncio da União dos Sindicatos do Porto que apelava para o comício no Palácio de Cristal, acabando por o rejeitar.

Resultaram infrutíferas estas tentativas. Os trabalhadores compareceram em massa tanto nos comícios realizados em Lisboa e no Porto, cuja reportagem publicamos, como nos ocorridos em Coimbra, Marinha Grande e Portimão, no sábado, e em Águeda, Vila Real de Santo António e Faro, no domingo.

As comemorações do oitavo aniversário da CGTP-IN para contrariedade de instantes e júbilo de uma maioria prolongar-se-ão durante as três semanas seguintes estando previstas, nos próximos dias, sessões em Alpiarça (dia 2), Covilhã e Tortosendo (4), Beja, Braga, Montemor e Setúbal (7), Urgeira (Canas de Senhorim) e Borba (8), Sines (12), Viseu, Santiago do Cacém e Almada (14) e Barreiro (dia 21).

Num Campo Pequeno a deitar por fora Parabéns e muitos anos de vida foram os votos dos trabalhadores

Os oito anos de vida e de luta da Central Sindical Portuguesa são, antes de mais nada, motivo para que tenhamos de render, desta tribuna, uma sentida homenagem a todos os trabalhadores, a todos os democratas e a todos os antifascistas que, através da sua acção, contribuíram, directa ou indirectamente, para a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional — esta a saudação proferida pelo membro do Secretariado Nacional da CGTP-IN, Armando Teixeira da Silva, aos milhares de pessoas que enchem, no último sábado, o Campo Pequeno.

Na arena, as dezenas de bandeiras e panos representativos dos sindicatos e das empresas presentes transformavam o recinto numa explosão de cor, que a tarde de sol mais avivava.

A actriz Maria Dulce, que apresentou o comício, começou por pedir, no que foi acompanhada por todos, para que se cantasse o Hino da Intersindical.

Floralva Lança, membro do Executivo da União dos Sindicatos de Lisboa, foi o primeiro orador, começando por se referir à data comemorada, salientando que ela surge numa altura particularmente difícil da vida nacional.

As forças reacçãoárias — precisou — tentando aproveitar-se da indefinição política existente por elas criada e desejando mantê-la, jogam na desestabilização e procuram desacreditar as instituições democráticas com vista a imporem os seus planos de regresso ao passado.

Mais adiante e destacando o que se poderia considerar a resposta dos trabalhadores com a sua presença naquele comício, referiu-se à actividade das forças divisionistas que, subsidiadas pelas centrais da divisão, a soldo do imperialismo, tentam quebrar a unidade do movimento sindical, fabricando sindicatos e centrais sindicais fantoches que nunca ninguém viu, lançando calúnias e intrigas sobre os trabalhadores e suas organizações representativas, para o que vêm contando com o apoio de órgãos de comunicação

social estatizados e dos Governos que teimam em ingerir-se nas organizações dos trabalhadores.

Ao finalizar, recordou que desde a fundação da Intersindical, no ano de 1970, as classes trabalhadoras e as massas populares percorreram um longo caminho e realizaram tarefas históricas no processo da sua emancipação.

O regime fascista — acrescentou — foi destruído, pós-se temo à odiada guerra colonial, foram implantadas as liberdades democráticas e realizadas transformações económicas e sociais que, apesar dos violentos ataques, se mantêm no fundamental.

Onde estavam os «amarelos»?

Sertório Herrera, da União dos Sindicatos de Setúbal, referiu-se, na sua intervenção, ao ex-ministro do Trabalho, Maldonado Goniha como principal responsável da actividade divisionista, que conduziu a uma política que deixou marcas.

Falando do aniversário que se comemorava, começou por recordar que eram passados oito anos de grandes lutas e grandes vitórias dos trabalhadores portugueses, sempre na unidade.

Proseguindo, abordou a actividade dos chamados «democráticos» perguntando onde estavam quando o movimento sindical unitário lutava contra a carestia de

vida, o congelamento dos salários ou pela defesa das conquistas da Revolução.

O seu silêncio cúmplice — acrescentou — sempre constituiu um apoio à política anticonstitucional dos governos do PS e CDS.

Tecendo críticas à política divisionista levada a cabo pelo Partido Socialista no campo sindical, o representante da União dos Sindicatos de Setúbal precisou que para os trabalhadores não restam dúvidas que os divisionistas são meros fantoches de dirigentes partidários inimigos dos trabalhadores.

Manifestando, por último, a sua certeza na vitória do movimento sindical unitário, afirmou:

Se soubermos honrar as gloriosas tradições de combate da Inter saberemos manter a unidade dos trabalhadores e as conquistas da Revolução.

«Combateremos com firmeza...»

Resumindo a história da fundação da Intersindical e a sua actividade até ao presente, Armando Teixeira da Silva, membro do Secretariado Nacional da CGTP, que encerrou o comício, lembrou, igualmente, que as comemorações do oitavo aniversário decorrem num período particularmente difícil e complexo.

Referindo o prosseguimento de uma política global contrária aos interesses dos trabalhadores salientou que a mesma, para além de não resolver os problemas com que Portugal se defronta, origina que o nosso povo seja forçado, sem perspectivas de ver a sua situação melhorada, a uma austeridade sem limite temporal e cuja única consequência visível é o nosso crescente enclausuramento, que põe seriamente em causa a independência nacional.

Deixando bem claro que as reivindicações e lutas dos trabalha-

dores não podem servir de pretexto para que o Governo, directa ou indirectamente, exorbite os poderes de gestão dos assuntos correntes do Estado, afirmou:

Avísamos o Governo demérito que os trabalhadores combaterão com firmeza todas as tentativas que venha a tomar, tirando partido de leis em vigor que são contrárias aos interesses dos trabalhadores e que, por tal facto, sempre foram contestadas e combatidas pelo Movimento Sindical e ocasionalmente a falta de apoio popular aos Governos anteriores sendo, por isso mesmo, factores determinantes na sua queda.

O que reclamamos é que o Governo não constitua factor de provocação, mas antes de estabilização da situação social e, por isso, a sua actividade deve orientar-se no sentido de impedir o boicote patronal à contratação colectiva, promover a celeridade dos processos em curso e actuar no sentido de obrigar o patronato a cumprir a legislação do trabalho e sindical, porque neste campo, tem muito que fazer.

Condenado o aventureirismo

Proseguindo a sua intervenção, Armando Teixeira, depois de realfirmar a disponibilidade do Movimento Sindical para que sejam encontradas soluções para a crise, sem que por isso se demita de lutar eficazmente contra todas as soluções que persistam em manter a política de direita que tem vindo a ser seguida, frisou:

E com preocupação que o Movimento Sindical constata que a direcção do Partido Socialista, embora afirmando reconhecer a existência de reais perigos para a democracia, vindos da ofensiva das forças da

direita, actua, na prática, no sentido de continuar o caminho suicida de executante dessas mesmas forças, na tarefa de tentar enfraquecer e dividir um dos maiores obstáculos aos seus intentos — que é a unidade dos trabalhadores — através da fabricação de mais uma central sindical amarela.

Condenando igualmente o aventureirismo, recordou que o Movimento Sindical actua exclusivamente de acordo com os interesses de classe dos trabalhadores e não anda a rebuque de propostas aventureiristas que têm coincido, exactamente, com as sugestões e recados dos agentes das forças de direita que pretendiam utilizar o descontentamento, a organização e a mobilização dos trabalhadores para os seus projectos reacçãoários.

Por último apontou diversos objectivos para o reforço do Movimento Sindical, nomeadamente a Conferência Nacional de Organização Sindical, a campanha de fundos para a Escola de Formação Sindical e a luta pelo desbloqueamento da contratação colectiva, contra os despedimentos e contra a repressão da actividade sindical, reivindicações aprovadas no Plenário de 4 de Fevereiro de 1978.

Ao terminar recordou que os trabalhadores portugueses têm forças para defender com êxito a sua Central Sindical, fortalecendo a sua organização, consolidando a sua autonomia e independência e aprofundando o seu carácter efectivamente democrático, no respeito pelo princípio da defesa dos interesses da classe trabalhadora.

É compreensível pois a frustração e o desespero dos divisionistas e «amarelos» face à real



implantação da CGTP-IN em 8 de Junho de 1970. O retrato — os principais lances — da fundação — nessa altura o regime fascista procurava reprimir qualquer tentativa de unidade dos

trabalhadores, por lhe faltar a força — a CGTP-IN é a central sindical que agrupa o apoio e a participação da esmagadora maioria das classes trabalhadoras, confirmando uma prática que se tem traduzido sempre em favor destas. O retrato — os principais lances — das conferências de imprensa — nem sequer paisagem chega a ser.

Vinte mil trabalhadores encheram o Palácio de Cristal do Porto

Uma enorme multidão acorreu ao Palácio de Cristal, no Porto, para participar na jornada ali promovida pela USP/CGTP e por mais de meia centena de sindicatos no quadro das comemorações do oitavo aniversário da central sindical unitária. Milhares de trabalhadores que não puderam estar presentes, enviaram dezenas de dezenas de saudações, abaixo-assinadas e moções de apoio e regozijo pela passagem de mais um ano sobre a criação da central sindical portuguesa. Deste modo, os trabalhadores do Distrito de Oporto exprimiam a sua inabalável confiança nos objectivos de luta do movimento sindical unitário e a sua firme disposição para combater o divisionismo, defender a unidade sindical e lutar firmemente contra uma política que agrava as suas condições de vida.

Era com dificuldade que se processava a entrada no Palácio de Cristal. Havia uma enorme mole humana nas suas imediações aguardando o momento de entrar na maior sala do Porto, que estava cheia de cartazes e panos com inscrições. Inúmeros activistas

e dirigentes sindicais distribuíam documentos e comunicados de encianando situações e defendendo os interesses dos trabalhadores. Cerca das 21 e 30, vibrantes aplausos saudavam uma delegação de ministros de Valongo que entrava no recinto empunhando um cartaz revelando a sua luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Pouco depois era iniciada a chamada dos membros da mesa da presidência do comício. Um a um, foram subindo ao palco 51 representantes dos sindicatos que promoveram a jornada, representantes das comissões instaladoras das Unidades Sindicais de Penafiel, Felgueiras e da Póvoa do Varzim e, por último, Pacheco Gonçalves, coordenador da Comissão Executiva do Secretariado da USP e membro do Secretariado Nacional da CGTP-IN, e Kaldás Barreto, membro do Secretariado da CGTP-IN como se verificaria ao longo do comício, a multidão presente aclamou os dirigentes sindicais gritando: «Unidade sindical contra o capital» e «CGTP — unidade sindical».

O boicote patronal no Norte do País

Falando em primeiro lugar, Pacheco Gonçalves começou por denunciar várias ilegalidades e atropelos praticados pelas autoridades e por responsáveis da RDP com o objectivo de impedir ou

reduzir o alcance da propaganda em torno desta data importante do movimento sindical unitário. «Os nossos inimigos de classe», recordou, a coberto das cedências sucessivas e escandalosas dos dois últimos governos, procuram a todo o transe recuperar o poder económico e político que perderam com a Revolução de Abril».

Criticando a desintervenção na Real Vinícola — Companhia Velha, Pacheco Gonçalves denunciou: «Continua-se a favorecer sabotadores que não têm outro objectivo que não seja encher os bolsos, contra os interesses dos trabalhadores e da economia nacional». Depois de ter condenado o boicote da banca e dos Ministérios a empresas sob o controlo dos trabalhadores ou nacionalizados, citou o caso da fábrica de calçado «JC Rodrigues», que está à beira da falência com as inevitáveis nefastas consequências para os seus 400 trabalhadores e para centenas de empresas do sector, que dela dependem.

Reportando-se à repressão patronal, Pacheco Gonçalves denunciou que «os patrões da Ambar continuam a tentar impedir a reintegração de duas dezenas de trabalhadores, entre os quais delegados e dirigentes sindicais; na Sepsa, os patrões moveram processos disciplinares a um delegado sindical e a outros dois trabalhadores, pela luta desenvolvida pelo pagamento de salários; na Sociedade Industrial

do Mindelo, com 1100 trabalhadores, os patrões tentam abafar a luta pelo pagamento de subsídios em atraso. E a lista podia continuar».

Entretanto, como salientou o dirigente da USP, os trabalhadores têm desenvolvido as suas lutas obrigando o patronato a recuar. Ainda recentemente, os «trabalhadores da panificação, moagem e de outros ramos deste sector demonstraram a sua unidade e firmeza contra o boicote patronal à actualização de salários e a celebração de um novo CCT; os trabalhadores dos sectores químicos, têxtil, metalúrgico e muitos outros afirmaram igualmente a sua disposição de lutar por melhores condições de trabalho».

Os divisionistas estão a fazer o jogo do patronato

«Neste momento — recordou o orador seguinte, Celestino Neves, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto — um milhão e seiscentos mil trabalhadores estão envolvidos na luta por Contratos Colectivos de Trabalho que permitam melhorar as suas condições de vida. Ora, é nesta situação que aparecem mais abertos os ataques dos divisionistas, fazendo o jogo do patronato, que procura boicotar as negociações dos contratos e acordos colectivos de trabalho».

A propósito, Celestino Pereira citou o exemplo do ramo automóvel, onde o patronato «teima em desvincular-se da contratação vertical da metalurgia», enquanto os amarelos aparecem a tentar constituir um sindicato paralelo. Na empresa «JR da Costa» os amarelos saíram pela porta dos patrões, depois de se terem recusado a comparecer num plenário para ali defenderem os seus argumentos, livre e francamente. Depois de ter divulgado outros exemplos elucidativos do papel e função atribuídos pelo patronato aos amarelos, o dirigente sindical revelou a fusão no sindicato dos metalúrgicos dos trabalhadores da construção naval.

A propósito da importância dos congressos sectoriais dos metalúrgicos e da indústria hoteleira, do próximo encontro dos trabalhadores do comércio e de outras iniciativas do Movimento Sindical Unitário, Celestino Pereira destacou a necessidade de ser reforçada a unidade e a organização, condições indispensáveis para o êxito da luta em torno dos interesses fundamentais e comuns dos trabalhadores portugueses.

Pela solução dos problemas urgentes

A última intervenção foi feita por Kaldás Barreto, que começou por saudar os obreiros da CGTP-IN



Pelo fortalecimento da unidade e da organização

e salientou a importância dos primeiros quatro anos de vida, em condições de repressão feroz. Gostaríamos de festejar este oitavo aniversário com maior tranquilidade e justo seria que assim fosse, quase cinco anos depois do 25 de Abril», afirmou Kaldás Barreto.

«Infelizmente as forças de direita não dormem e cada vez de forma mais notória insistem em querer inviabilizar o projecto constitucional votado pelo povo».

Definindo a posição da CGTP-IN perante o III Governo, Kaldás Barreto acentuou que «os trabalhadores deverão exigir a solução dos problemas urgentes que os afec-

tam, agindo com redobrada firmeza e determinação, nomeadamente na luta em torno dos CCTs e contra o boicote patronal».

Ainda neste capítulo o dirigente da CGTP-IN exprimiu o repúdio pelas recentes decisões do último Conselho de Ministros quanto a desintervensões e marcação de reservas, manifestando solidariedade aos trabalhadores dessas empresas e apoio a todas as formas de luta que julguem necessário empreender. «Claramente avísamos o Governo que os trabalhadores combaterão com firmeza todas as tentativas que venha a tomar, tirando partido de leis em vigor que são contrárias aos

interesses dos trabalhadores e que, por tal facto, sempre foram contestadas e combatidas pelo Movimento Sindical», salientou Kaldás Barreto, acrescentando: «O que reclamamos é que o Governo não constitua factor de provocação, mas antes de estabilização da vida social».

A jornada encerrou com a aprovação de uma moção sintetizando as aspirações e reivindicações fundamentais dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical Unitário. Numa sessão de Canto Livre actuaram o Conjunto Resistência, Adriano Correia de Oliveira, Júlia Babo e José Jorge Letria.



Uma vontade unânime

A voz do trabalhador não se calará

Há ainda muitos saudosistas da «lei da polhara». Calar os protestos populares, tentar abafar os anseios e sentimentos populares e das suas organizações, tal é o propósito dos que, através do «corde», do edital do «tempo da Maria Cachucha» e do auto-de-fé, tentam limitar, impedir ou destruir a propaganda dos trabalhadores e suas organizações, organizações.

Tal como noutras ocasiões, também agora se sucederam atitudes visando cercar a liberdade de propaganda e de informação, consignada na Constituição. No Porto, a PSP invocou o famigerado edital fascizante da Câmara Municipal, aprovado pela maioria dos seus vereadores, para deter vários dirigentes e, ainda, das seguintes

colavam cartazes anunciando o comício da CGTP-IN, no Palácio de Cristal.

Assumindo o papel dos censores fascistas, a direcção da Delegação do Norte da Rádio Difusão Portuguesa (RDP) impôs como condição para autorizar a transmissão de publicidade paga da jornada comemorativa do oitavo aniversário da CGTP-IN, a retirada da palavra comício e, ainda, das seguintes consignas, aprovadas no plenário de sindicatos do distrito: **contra o desemprego e os despedimentos; contra o divisionismo e (pasmem-se) — pela defesa da Constituição.**

Chegando ao cúmulo de nem sequer respeitar o direito ao descanso semanal dos trabalhadores da limpeza,

o presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde obrigou-os a andar, no sábado, a retirar numerosos cartazes e panos alusivos à significativa data do Movimento Sindical português.

Nas ruas de Santo Tirso, na madrugada de sábado, andou na mesma função um bando de rufias ligados aos CDS e ao PPD, que se fazia transportar em três carros. Como bons fascistas, o Avellino Fernandes, o Fernando Teixeira — sócio-gerente da «Cimnorte» e ligado ao CDS, o Zeferrino Figueiredo, o Vancelaus Moreira, o Luís Gonzaga e outros mandões destruíram inúmeros cartazes e panos afixados por activistas e dirigentes sindicais. Aos gritos de morte à Inter, fizeram um auto-de-fé com os restos

de pano e papel da propaganda.

Também em Lisboa, a União dos Sindicatos do distrito denunciou o comportamento da Câmara Municipal que enviou para as ruas, de noite, brigadas encarregues de destruir os panos e cartazes de propaganda ao comício programado para o Campo Pequeno, no último sábado.

No protesto difundido pela União dos Sindicatos de Lisboa é que alguns órgãos de informação transcreveram, salienta-se que a CML não comete apenas uma grosseira violação dos preceitos constitucionais, antes revela um manifesto desprezo por aqueles que tudo produzem, enfileira nos bandos de ataques às

liberdades sindicais e à própria democracia e pratica um verdadeiro ultraje contra todos os trabalhadores.

Como a jornada nacional comemorativa do aniversário da Central Sindical unitária pela sua amplitude uma vez mais confirma, os trabalhadores não se deixaram, nem se deixarão intimidar pelas acções fascistas ou fascizantes dos seus inimigos de classe. Das autoridades dos trabalhadores uma vez mais esperam a rectificação de determinados comportamentos e o escrupuloso respeito pelas liberdades consagradas na Constituição. Hoje, como no passado, a voz dos trabalhadores não se calará.

Porquê novas eleições na Câmara de Évora?

A Comissão Coordenadora Concelhia de Évora da APU divulgou recentemente um comunicado em que denuncia as manobras golpistas e demagógicas do PS e PSD naquela cidade que levaram à antecipação das eleições municipais, quando faltava apenas cerca de um ano para que tivessem lugar as eleições normais previstas na Lei.

Após uma súmula do que foi a actividade dos vereadores socialistas desde a sua eleição até à renúncia do mandato, em que são elucidativos os exemplos de desinteresse pela gestão autárquica — desde as faltas sucessivas às sessões e reuniões à recusa de desempenhar funções a tempo inteiro —, o comunicado chama a atenção para a questão das «graves anomalias» invocadas para a demissão.

A Federação Distrital e a Secção de Évora do PS — refere a APU — logo no dia 19 de Julho veio tentar salvar a face dos seus eleitos prometendo fazer a «denúncia pública das graves anomalias cometidas por elementos maioritários» na Câmara de Évora.

O gato escondido tinha o rabo de fora: não havia nenhuma força política maioritária na Câmara.

O Povo Unido dispunha de três elementos, o PS de três e o PSD de um.

Quanto às «graves anomalias» ainda hoje a população de Évora está à espera que o PS cumpra a promessa de proceder à sua denúncia pública.

Declarando formalmente que aquela acusação, não concretizada e não provada, não passa de uma calúnia, de uma mentira sem fundamento e de uma tentativa vil de atirar lama para cima de um órgão autárquico cuja gestão honesta e limpa pode ser verificada, em qualquer momento e a respeito de qualquer assunto, a APU interroga-se do porquê das novas eleições.

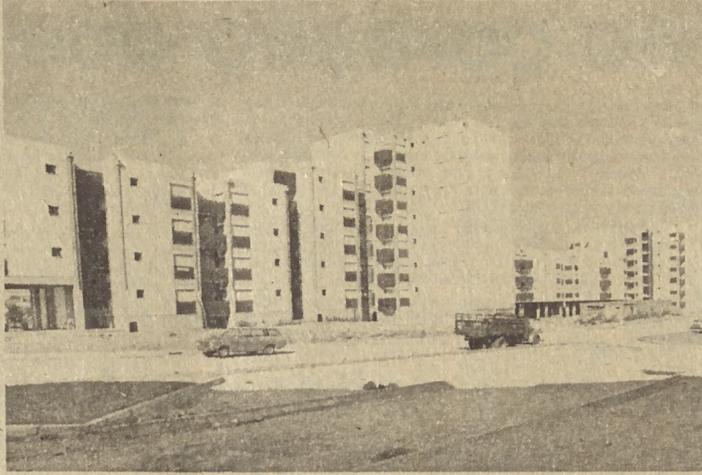
Porquê estas novas eleições que prejudicam claramente a população, que fazem paralisar a Câmara durante dois ou três meses

preciosos e indispensáveis à resolução de problemas pendentes em vias de serem resolvidos, que vêm sobrecarregar os eleitores com um acto eleitoral inesperado a pouca distância de eleições normais, que provocam as despesas inerentes à organização das formalidades eleitorais?

A resposta a esta questão acabou afinal por ser dada por um dos ex-veredores do PS que, em entrevista a «A Luta», descobriu publicamente a manobra golpista ao afirmar que a posição do PS é fundamentalmente de carácter político e não gestor, embora nesse último caso haja também alguns desacordos.

Atal se resumem as «graves anomalias». Dois meses depois de lançada a calúnia e a mentira sobre as anomalias de gestão, fica a população sem saber que as eleições antecipadas se devem a desacordos que não são fundamentais e que o fundamental, para os socialistas de Évora, é o carácter político.

Por esta atitude se vê, como a APU salienta, quem



Barrio de casas de renda económica na Cruz Picada, em Évora. Enquanto os vereadores socialistas e do PSD se ocupam com os interesses partidários, os vereadores da APU trabalham na defesa dos interesses da população

partidariza o funcionamento dos órgãos autárquicos que existem para servir os interesses das populações e não as ambições pessoais e políticas e quem não se sujeita ao funcionamento democrático dos órgãos saídos dum eleições democráticas e livres que ninguém contesta.

A repetição do acto eleitoral não assusta a Aliança Povo

Unido nem os seus eleitos, pois estão preparados para elas. Como se salienta no documento, a população também está preparada, pois sabe quem trabalhou e sabe quem «não tem vida» para trabalhar no interesse e na defesa das aspirações legítimas dos homens e mulheres do concelho de Évora.

Confiante de que a Câmara Municipal de Évora

continuará ao serviço do povo, ao serviço dos trabalhadores, o comunicado do «Povo Unido» manifesta a convicção da APU de que as novas eleições irão constituir uma poderosa lição que os munícipes, os trabalhadores, as mulheres, os jovens, os democratas honrados, os progressistas sinceros, saberão dar aos demagogos e inventores de calúnias e mentiras.

Votar nos esquerdistas é ajudar a reacção

As eleições municipais que se vão realizar em Évora no próximo dia 19 de Novembro concorrem, para já, seis listas.

Para além da Aliança Povo Unido, candidatam-se, isoladamente, o PS, PSD, CDS, UDP e os grupelhos neonazis do MRPP e do chamado PCP-(ml).

A afluência de tantas listas para estas eleições municipais antecipadas ficou a dever-se, por um lado, ao malogro das tentativas para uma coligação eleitoral PS/PSD e, por outro, à recusa dos grupos

esquerdistas em apresentarem uma lista única.

Se a apresentação de listas pela parte do mais que moribundo MRPP e do grupelho «ml» se pode considerar inesperada, outro tanto não se poderá dizer em relação à candidatura da UDP, cujo papel divisionista é por demais conhecido.

Já nas últimas eleições para as autarquias aquele grupo esquerdista concorreu ao acto eleitoral, não obstante saber de antemão não ter qualquer possibilidade de eleger sequer um representante. Concorren-

do, a UDP conseguiu, com os poucos votos de esquerda que logrou desviar, oferecer um vereador ao PSD.

Com efeito, tendo em conta os últimos resultados eleitorais, bastaria que a UDP não tivesse concorrido (fé-lo através dos GDUPS) para que o «Povo Unido» ficasse em maioria absoluta na Câmara e o PSD não tivesse eleito ninguém.

Objectivamente, a participação da UDP nas eleições só favorece as forças de direita, que assim beneficiam da divisão dos votos de eleito-

res influenciados pelo esquerdismo mas que de facto pretendem defender os interesses da população. Importa tomar claro, para estes eleitores honestos e progressistas, que votar na UDP se traduz, na prática, em votar no PSD.

Quanto à candidatura dos grupelhos neonazis, ela visa, claramente, provocar a confusão e consequente divisão do eleitorado. Apresentando-se com os seus símbolos facilmente confundíveis com o do PCP, tais

grupos, cuja prática sobejamente demonstrou estarem ao serviço da reacção e do imperialismo, mais não pretendem que explorar em seu favor os sentimentos progressistas da população.

Quem não se recorda ainda das confusões provocadas pelos diversos símbolos com a foice e o martelo, que há mais de cinquenta anos são identificados com o Partido da classe operária e dos trabalhadores, com o PCP?

As táticas eleitorais da reacção não olham a meios

para atingir os fins. Estar alerta para elas e alertar o eleitorado é uma tarefa que não pode ser descurada.

Os eleitores que desejam garantir a defesa dos interesses populares têm na lista da APU os seus verdadeiros representantes. Dela fazem parte homens que já deram provas suficientes do seu empenhamento na luta pelo progresso social, que já mostraram como a demagogia e a política de favores não fazem parte da sua forma de acção.

Resistir, trabalhar, lutar — o povo do Barreiro em festa

«Resistência, Trabalho e Luta» é o lema que este ano preside às tradicionais festas do Barreiro, iniciadas no passado sábado e que se prolongam até domingo próximo.

Nos festejos, que no dizer da comissão promotora constituem não só uma justa necessidade cultural da população do Barreiro, mas também uma afirmação da sua vitalidade cívica, participam pela primeira vez as principais empresas do concelho com uma exposição industrial e comercial.

Com esta exposição, patente na Escola Alfredo da Silva, pretende dar-se uma breve panorâmica das potencialidades do concelho, procurando através dela dar um pequeno contributo para que os barreirenses conheçam um pouco melhor a sua terra.

Dispersa um pouco por toda a vila, a Festa do Barreiro dá particular destaque às iniciativas de carácter cultural, artístico, recreativo e desportivo. Assim, enquanto nas instalações do Banco de Angola se pode visitar a Feira

do Livro e do Disco, onde estão representados mais de quinhentos títulos de autores nacionais e estrangeiros, na Sociedade Cooperativa Operária Barreirense «Os Corticeiros» estão representados diversos grupos de teatro amador.

Nas instalações do «Luso» e nos «Penicheiros», por seu turno, estão patentes outras exposições sobre a arte e cultura, não tendo sido esquecida a presença da imprensa regional, cuja história e evolução é largamente documentada na Escola Industrial e Comercial.

O centro das diversões é ao ar livre. Ali, a par das tradicionais bancas de artigos regionais, de petiscos, jogos, estão instalados os stands de diversas organizações políticas e os pavilhões da Reforma Agrária e dos Bombeiros Voluntários do Barreiro.

Alliando os festejos à informação e ao esclarecimento, a Comissão Promotora, com a ajuda da Câmara e de outras organizações, tem ainda prevista a realização de diversos debates e colóquios, em que participarão intelectuais portugueses. O Movimento Democrático das Mulheres, por exemplo, promove amanhã, às 16



horas, um colóquio subordinado ao tema «A Mulher e a Lei».

Melhorando as Festas do Barreiro com as diferentes actividades culturais e artísticas, a Comissão de Festas deu um novo cunho a uma tradição

de raiz popular. Tomada mais rica, por mais interveniente, a Festa popular do Barreiro diz-nos um pouco da «resistência, trabalho e luta» do mais importante centro operário da Cintura Industrial de Lisboa.

Todos juntos pelo progresso de S. Pedro Fins

Os candidatos do Povo Unido à Assembleia de Freguesia de S. Pedro Fins, que vai ser eleita no próximo domingo, concorrem ao acto eleitoral consciente de que os problemas daquela freguesia são muitos e difíceis de resolver.

Certos de que só com a união de todo o povo da freguesia, com o seu trabalho e a sua participação, os problemas serão resolvidos e as reivindicações da população satisfeitas, os candidatos da APU apresentam ao eleitorado um programa em que não se fazem promessas vãs, mas antes se propõe lançar mãos à obra e trabalhar.

A melhoria dos transportes; a instalação de um posto médico; a reparação dos acessos; reparação de lavadouros e canalização de água potável; resolução do problema de recolha de lixo; apoio às actividades desportivas e de recreio e o apoio à agricultura, são os pontos-chaves que a APU aponta para uma gestão autárquica ao serviço da população da freguesia de S. Pedro Fins.

Programa sujeito a discussão, pois, como é indispensável a uma boa

gestão, importa que sejam os directamente interessados, a população, a definir as prioridades no gasto das verbas distribuídas à freguesia. Pelo que a APU se propõe, em primeiro lugar, ouvir a população.

Como se afirma no programa, a defesa dos interesses e a resolução dos problemas de S. Pedro Fins exigem uma Assembleia e Junta que sejam capazes de saber unir esforços e trabalhar em conjunto com a população, que estejam ao seu serviço e sejam constituídas por pessoas dispostas a trabalhar e a sacrificar-se pela sua terra.

É por esta Assembleia e esta Junta que os candidatos do Povo Unido lutam. Por isso se candidatam.

Na última Assembleia da Junta de Freguesia de S. Pedro Fins faltou a voz do Povo Unido. Faltou a voz que denunciase as rivalidades e divergências pessoais ou partidárias que impediram a autarquia de funcionar normalmente até ao fim do seu mandato, que impediram a resolução dos problemas.

Na nova Assembleia e Junta o «Povo Unido» deverá estar representado. Para trabalhar pelo bem da freguesia.

Propaganda política incomoda a reacção

A Assembleia Municipal da Figueira da Foz aprovou na passada sexta-feira um projecto apresentado pelo respectivo município que visa restringir, pelas mais diversas formas, o direito à liberdade de expressão e informação, que a Constituição consagra.

Ao aprovar a postura sobre afixação de propaganda aquele órgão autárquico incorre em grave inconstitucionalidade, pois só a Assembleia da República tem competência para legislar sobre direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A decisão, tomada por maioria mereceu o mais vivo repúdio da APU e do PCP, que manifestaram já a intenção de a impugnar judicialmente, como aliás têm feito em todas as autarquias em que foram

tentadas manobras semelhantes para impedir a propaganda política.

A postura camarária, apresentada com a capa de «necessidade de limpeza», e estafados argumentos de «higiene» — tanto mais incongruentes quanto é certo não se compreender como pode uma inscrição de parede ou um pano afixado na via pública fazer mal à saúde — vai ao ponto de proibir expressamente o «lançamento indiscriminado de prospectos na via pública».

Logo no seu artigo 1.º a postura proibe «sob pena de multa de 500\$00 por cada exemplar colocado, a afixação de cartazes, prospectos, manuscritos e quaisquer pinturas ou formas de propaganda em edifícios,

muros, vedações e locais semelhantes pertencentes ao município ou em monumentos nacionais, edifícios afectos a serviços públicos e bem assim em prédios particulares».

A postura, que não distingue a propaganda política da publicidade comercial, faz depender toda e qualquer espécie de propaganda de prévias autorizações por escrito, taxas de licença, etc.

É claro, como afirmou a APU na Assembleia Municipal, que por trás desta tentativa de regulamentação da liberdade de expressão estão razões políticas que as forças de direita que dominam nos órgãos autárquicos da Figueira da Foz não se atrevem a dizer abertamente. Por isso recorrem aos argumentos de limpeza e higiene.

O que o CDS não consegue evitar são as contradições em que as suas deliberações o colocam, pois aos olhos da população saltam a cada instante os problemas de falta de salubridade e higiene sobretudo, nas povoações rurais, onde os lixos e os detritos se avolumam, sem que a câmara pareça preocupar-se com isso.

Mas a propaganda política é outra coisa. Se não afecta a saúde das populações incomoda as forças reacţionárias, preocupa-as com o seu carácter esclarecedor e mobilizador. Por isso tentam acabar com ela espartilhá-la até estarem criadas condições para a liquidar por completo. Como era uso no tempo do fascismo...



Teatro em Alcochete

Realiza-se de 9 a 15 de Outubro, por iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Alcochete, do Grupo de Teatro «18 Meses Depois» e Associação Desportiva Samouquense, a 1.ª Semana de Teatro do concelho de Alcochete.

No decorrer da próxima semana serão representadas, por diferentes grupos de amadores, diversas peças de teatro. As entradas são livres, encontrando-se os bilhetes à disposição da população nas colectividades, fábricas e estabelecimentos do concelho.

A iniciativa cultural terminará na próxima segunda-feira, dia 16, com um colóquio sobre teatro, em que participarão dois representantes de cada grupo teatral que participa nesta 1.ª Semana de Teatro do concelho de Alcochete.

Simpósio sobre a terceira idade

O Simpósio Internacional sobre a Terceira Idade realizado no Hospital de S. João, no Porto, terminou no passado sábado com uma sessão plenária em que foram lidas as conclusões resultantes das diversas mesas redondas.

Do debate realizado sobre «Cuidados Institucionais e Comunitários — Familiares para com a Pessoa Idosa» assume particular importância o alerta feito aos órgãos de poder local para o papel de destaque que deverão ter no apoio aos idosos.

Refira-se, nomeadamente, a saliência dada à necessidade de manter os idosos no seu meio ambiente, criando condições para que possam conviver e recrear-se e ainda receber os cuidados de que necessitam, sempre integrados na comunidade.

O apoio à família e aos seus membros idosos seria igualmente bastante referido, destacando-se a conclusão de que o idoso deve permanecer sempre que possível no seu familiar.

No final do Simpósio o representante da Câmara Municipal do Porto apresentou uma proposta de formação de um grupo específico para o prosseguimento do estudo e possível resolução dos problemas da população idosa.

AM de S. Pedro do Sul apoia agricultores de Lafões

Por proposta dos representantes da APU, a Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul aprovou, no passado sábado, uma moção de solidariedade com a luta dos agricultores contra a taxa do vinho «ressuscitada» pela Junta Nacional de Vinhos.

Num comunicado divulgado a propósito, a APU alerta os agricultores para o facto da taxa estar prescrita desde 1973, pelo que não pode ser exigida, e chama a atenção para o facto desta questão só se ter voltado a colocar depois da entrada de um destacado dirigente da CAP para a direcção da JNV.

No mesmo comunicado, o Povo Unido coloca-se à disposição de todos os agricultores de Lafões para os ajudar na elaboração de requerimentos ou exposições de protesto que desejem fazer às entidades oficiais, e manifesta o seu vivo repúdio pelas tentativas de cobrança de tal taxa.

Câmara do Porto toma posição sobre Lei das Finanças Locais

A Câmara Municipal do Porto aprovou por unanimidade, na sua última sessão, uma proposta da APU referente à próxima discussão do regime de finanças locais.

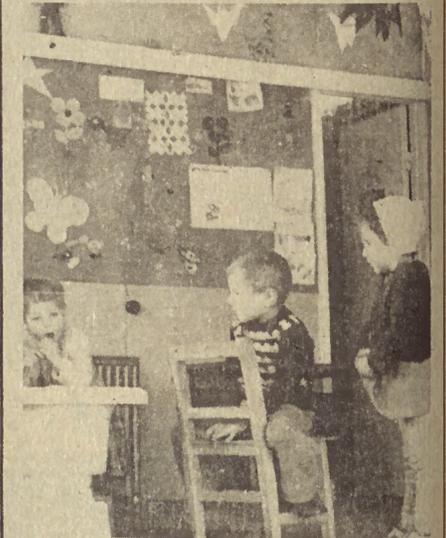
O debate, que deveria ter começado anteontem na Assembleia da República, foi adiado para a próxima terça-feira.

No documento aprovado pelo município portuense salienta-se a necessidade de dotar os órgãos de poder local com os meios financeiros indispensáveis à defesa dos interesses das populações e de definir critérios justos e objectivos no que se refere à distribuição de verbas.

Reabriu o Infantário da Freguesia dos Prazeres

Está de novo a funcionar o Infantário Popular Professor Fernando Fonseca, na Freguesia dos Prazeres, em Lisboa, após mais de uma semana de encerramento provocado pelo assalto praticado por elementos ligados aos herdeiros do edifício onde está instalado.

Em recente conferência de imprensa, a Junta de Freguesia dos Prazeres afirmou a sua disposição de resolver o problema com os herdeiros do prédio de forma amigável, condenando que estes tenham optado pela violência e destruição de um centro que desde há três anos vem desenvolvendo uma actividade de carácter eminentemente social.



Recorda-se que naquele edifício funciona um infantário sem fins lucrativos (as mensalidades vão de duzentos a quatrocentos escudos) utilizado por mais de meia centena de crianças; um centro da Misericórdia para a terceira idade, frequentado diariamente por mais de sessenta idosos do bairro, que aí convivem, e ainda uma oficina de teatro para as crianças mais desfavorecidas, da Casa da Comédia.

As actividades desenvolvidas têm contado com apoios do MEC e da Secretaria de Estado da Cultura.

Em comunicado divulgado a propósito, a APU dos Prazeres manifestou a sua satisfação pela rápida resolução do problema, considerando esse facto uma grande vitória para a população da freguesia, não só porque vai resolver o problema de inúmeras famílias trabalhadoras que de novo terão onde deixar os seus filhos durante o dia, como representa o reatar do convívio de todos os que frequentam o Centro da Terceira Idade.

Esta vitória, sublinha a APU, só foi possível porque a população e as forças progressistas da freguesia tomaram uma atitude firme de repúdio contra a acção dos desordeiros reacţionários.

A salienta, o documento salienta que, tal como este problema está em vias de resolução definitiva, também as muitas carências com que a população se debate podem ser resolvidas, desde que todos nos mantenhamos firmes e unidos na defesa dos nossos interesses.

O que quer e o que pode este MAP e este Governo...

Que as unidades colectivas e cooperativas agrícolas entreguem "rapidamente terras aos agrários, seja a título de reservas, seja a título de desocupações". Isto é o que o Governo de Nobre da Costa diz numa convocação às UCPs e Cooperativas. Isto é o que o governo quer. Isto, enfim, o que o governo não pode querer porque:

1.º Trata-se de um Governo que, é um governo demitido pois que o seu programa foi rejeitado na Assembleia da República;

2.º Este Governo não pode em virtude desta situação ultrapassar a sua competência que se limita à gestão dos assuntos correntes do Estado e o mínimo que se pode dizer é que a tentativa de uma tal ultrapassagem dessas funções é anticonstitucional;

3.º Mesmo que se tratasse de um governo constitucional, e por isso mesmo, teria de orientar a sua actuação pelo respeito pela Constituição que estipula a audição dos trabalhadores em todas as questões relativas à política agrícola, e seria uma péssima prova de miopia política desprezar a via do diálogo e da concertação;

4.º Quer na actual situação, quer na de Governo constitucional, não seria lícito que o MAP do senhor Vaz Portugal levasse à prática o que prometeu: assegurar "um pleno e pronto respeito pelas decisões do MAP relativas à definição dos direitos fundiários". Dependia se essas decisões fossem ou não constitucionais, se fossem ou não justas, se fossem ou não patrióticas servindo os interesses da economia nacional e do povo português. Que o digam Barreto e Portas que, apesar dos violentos meios empregues, não conseguiram destruir, como pretendiam, essa magnífica construção democrática que é a Reforma Agrária.

Outras razões haveria a apontar pelas quais o Governo não pode fazer o que quer. E o que quer, é, em suma, o que levou os comunistas a apresentarem todo um conjunto de reservas e críticas na Assembleia da República ao seu Programa e muito particularmente à orientação agrícola que, por variados e escusos

caminhos, tenderia a destruir a Reforma Agrária. O que quer o actual Governo e, em especial, o MAP do "dinâmico" Vaz Portugal (o adjectivo é do Primeiro-Ministro Nobre da Costa em entrevista ao "Expresso"), foi dissecado por Vítor Louro, deputado comunista e Presidente da Comissão Parlamentar da Agricultura quando do debate do Programa de Governo na Assembleia da República.

"Importa denunciar que o Ministério da Agricultura, cujos Secretários de Estado são eles próprios pertencentes a famílias de agrários expropriados ou a mini-partidos de agrários, pretende servir-se do poder de Estado para, como árbitro, fazer cumprir as decisões em que ele próprio é parte interessada. Ora a experiência do ex-secretário de Estado Portas mostra claramente o perigo que é para os portugueses e a economia e a democracia portuguesas, um homem servir-se da sua posição no Governo para servir a sua família e os seus amigos utilizando até os próprios meios armados do Estado, nomeadamente as forças militares".

Opinião de Nobre da Costa: pessoal e de classe

Os homens do Governo, ou pelo menos certos homens do Governo, querem pôr o aparelho de Estado ao serviço dos seus interesses de classe. Para tal, não lhes importa a tentativa de utilização de poderes que não detêm, o desprezo pela Constituição e as leis. Uma referência apenas a este propósito: como pode a convocação enviada às UCPs falar de devoluções de terras "indevidamente ocupadas" se os raríssimos casos em que se verificaram ocupações, fora do âmbito legal, já foram devidamente entregues por acção do MAP com a colaboração dos próprios trabalhadores das UCPs e Cooperativas e das suas organizações de classes?

A Reforma Agrária não está hoje nem nunca esteve sujeita a critérios pessoais e de classe. Quando o Primeiro-Ministro Nobre da Costa diz ao Expresso que "é exagerada a importância



Em resposta à decisão dos trabalhadores de semearem 250 mil hectares de cereais e forragens e de aumentarem a produção animal e florestal, o Governo tenta seguir as pegadas de Barreto e Portas. Os trabalhadores afirmam: «estas medidas encontraram pela frente a hostilidade e a luta dos trabalhadores em defesa da Reforma Agrária».

da zona de intervenção da Reforma Agrária" está a emitir uma opinião pessoal compartilhada pelos agrários expropriados e nada mais. Por isso não se entende o que pretende significar quando adianta: "Depois de concluído o processo de ocupações ilegítimas que existem, depois de devolvidas as reservas, a zona que fica intervencionada, embora grande, não é esmagadora". Ora, o único processo de ocupações ilegítimas que os trabalhadores conhecem, que uma opinião isenta pode reconhecer, é o das terras indevidamente ocupadas por agrários, por força de lei, sujeitos a expropriação. E que dizer desta conclusão de Nobre da Costa ao "Expresso", conclusão que tem um sabor a promessa muito apreciada pelos ex-latifundiários: "Por outro lado, a zona mais rica e com mais potencial é justamente a que fica fora da intervenção?"

O que é isto se não o reconhecimento de que as melhores terras estão a ser extorquidas às UCPs e Cooperativas para serem concedidas aos agrários? O que é isto se não a tentativa de evolução insistente na continuidade de Barreto e Portas? O que é isto se não a confirmação da justeza das reservas dos comunistas a este MAP e a este Governo?

Mas uma coisa é o que o Governo quer, outra coisa é o que neste caso, o Governo pode constitucionalmente. Diferente é o que os trabalhadores querem, aquilo de que não abdicarão na defesa da legalidade constitucional e da ordem democrática.

Os trabalhadores lutam pela produção Governo responde com pretensão ilegal

Os trabalhadores da zona da Reforma Agrária em reunião do penúltimo fim-de-semana, traçaram as linhas gerais de orientação para melhorar a produção, planificando-a e aumentando-a. Para já propuseram-se semear 250 mil hectares de cereais e forragens: esforço patriótico que só pode ser levado a bom termo se o Governo assumir o que lhe compete: o diálogo, a estabilidade, o apoio.

E como responde o Governo a esta vontade de mais

produzir até sermos auto-suficientes, a esta determinação para levantar da crise, que não foi provocada pelos trabalhadores, a agricultura e a economia nacionais?

Responde exercendo o que não lhe compete: enviando convocação às UCPs e Cooperativas para rapidamente devolverem terras aos agrários!

Comentando esta tentativa do Governo para enveredar por caminhos que só agradam e trazem proveito às forças de

direita, os Secretariados e Unões Distritais das UCPs e Cooperativas Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal consideram que o MAP "ultrapassa claramente os limites da sua competência", situação que os "trabalhadores não podem aceitar", e acrescenta:

"No momento em que os trabalhadores, no Encontro Regional de 23 de Setembro, acabaram por definir o seu plano de sementeiras

e apresentar ao país um plano de produção para os próximos anos, no momento em que os trabalhadores se preparam para produzir e têm tudo em marcha para iniciar os trabalhos da próxima campanha, é neste momento que o Governo de Nobre da Costa, em vez de apoiar a patriótica iniciativa dos trabalhadores e criar condições para que ela vá para a frente, pelo contrário, tenta entregar terras aos agrários que estes deixariam abandonadas ou

subaproveitadas e levanta outras dificuldades, nomeadamente não fomentando crédito para a compra de adubos."

Estas organizações dos trabalhadores da Reforma Agrária consideram ainda que:

"A insistência do Governo neste caminho, ainda por cima sem qualquer recurso ao diálogo e tentando retomar as medidas arbitrárias do período de Barreto e Portas, pode vir a criar situações de conflitos e tensões prejudiciais às sementeiras que, em breve,

irão começar e contrárias à defesa da estabilidade democrática."

A terminar, "os Secretariados e Unões Distritais das Unidades Colectivas e Cooperativas Agrícolas discordam ferozmente de tal actuação do Governo e chamam a atenção para o facto de que estas medidas encontrarão pela frente a hostilidade e a luta dos trabalhadores em defesa das Unidades Colectivas e da Reforma Agrária."

Depois do escândalo das sementes, o escândalo do gado?

Avolumam-se, e com razão, as suspeitas dos trabalhadores da zona da Reforma Agrária. Que manobra da reacção está em curso contra o sector pecuário das unidades e cooperativas agrícolas? Enquanto os resultados das análises laboratoriais que determinam o abate do gado não chegam às mãos dos trabalhadores, que as exigiram com urgência, observa-se, aqui e ali, que são declarados como contaminados cabeças de gado que não apresentam sintomas de contaminação, verificando-se em alguns casos que o gado isolado, afinal, se encontra em óptimas condições. Entretanto, em alguns locais, faltam as vacinas, o que não deixa de ser muito estranho num momento em que todos os esforços se deveriam empenhar para proteger o gado do surto de brucelose.

Mas não é tudo. Gado tuberculoso espanhol está a ser introduzido no país enquanto grande quantidade de vitelas e de gado de recria são ilegalmente para Espanha. Neste movimento de idas e vindas que têm como único objectivo a especulação e a sabotagem, estão altamente

comprometidos os intermediários do sector. A denúncia dos acontecimentos é feita pela Associação Comercial de Vila Nova de Gaia que alertou, até agora sem a resposta urgente que se impunha, a Junta Nacional dos Produtores Pecuários e a Direcção-Geral de Fiscalização Económica.

Os efeitos de toda esta manobra conjugada medem-se no imediato pela perda de milhares de cabeças de gado, (uns abatidos sem que estejam contaminados; outros sujeitos à brucelose porque inexplicavelmente faltam vacinas; outros, porque são objecto de criminoso contrabando) e por uma subida exorbitante dos preços do gado dada a escassez inevitável, o que provocará ainda mais gritantes subidas do preço da carne ao consumo.

Quem ganhará ainda e sempre enquanto o Governo não tomar medidas, será mais uma vez a classe dos intermediários. Quem arrecada os frutos escandalosos da especulação são já os intermediários que vão vender ilegalmente o gado português a Esp. nha, onde os preços da carne são bastante superiores aos praticados no nosso país.

A manobra vem de longe

Quem não recorda a vaga dos roubos e contrabando ilegal de gado que, desde o verão de 74 até 1975, delapidou as terras e transformadas em unidades colectivas e cooperativas?

A situação política era qualitativamente diferente mas os objectivos idênticos: desestabilizar a ordem democrática. Os agentes dessa desestabilização são os mesmos: os que servem a conspiração reacçãoária.

Hoje mais do que outrora encontram pela frente um Governo inoperante que nada faz para deter a onda de criminalidade terrorista. Que medidas foram tomadas para deter os inúmeros roubos de gado e máquinas que vitimam ultimamente UCPs e Cooperativas, roubos que constituem uma operação da manobra que visa atingir a Reforma Agrária?

Recordar alguns dos mais significativos roubos e actos de sabotagem, é recordar a inépcia do Governo, inépcia que, nos seus efeitos, corre o risco de passar por cumplicidade:

- Em Alter do Chão foram roubados ovelhas à Cooperativa Alterense, os responsáveis são conhecidos e contra eles decorre o respectivo processo judicial;

- Em Seda, no mesmo concelho de Alter do Chão, a Cooperativa Liberdade viu-se roubada em 6 porcos, 2 novinhos, 11 ovelhas, galinhas, sacos de farinha e um motor de rega;

- À Cooperativa 19 de Maio, de Foros do Arrão, concelho de Ponte de Sôr, foram roubadas 16 ovelhas;

- Em Sousel, roubaram 8 borregos e 5 malatas e ainda um motor de rega pertencentes à Cooperativa Estrela Negra;

- Em Flor da Rosa, concelho de Crato foram roubadas 8 vacas de um pequeno agricultor; os responsáveis foram encontrados e presos;

- Na sede deste mesmo concelho foram roubadas 4 vacas a um outro pequeno agricultor;

- Vários pequenos agricultores do mesmo concelho de Arronches, viram desaparecer algumas ovelhas e vacas;

- Também em Alpalhão, concelho de Nisa, foram roubados alguns pequenos agricultores, em gado e material agrícola;

- Em Assumar, concelho de Monforte, foram roubados 10 borregos e 5 bovinos, da Cooperativa Colina Vermelha; ainda nesta Cooperativa houve a tentativa de furto de uma panelha de mulas, só não concretizada pela acção dos trabalhadores;

- Ainda no concelho de Monforte, mas na freguesia de Vialmonte, assistiu-se à tentativa de roubo de 32 novilhas da Cooperativa Torre de Palma; a acção conjunta dos trabalhadores desta Cooperativa e da Cooperativa Colina Vermelha de Assumar, impediram o roubo, tendo os animais sido encontrados junto desta última freguesia;

- Da Cooperativa Sete Estrelas de Cabeço de Vide, Fronteira, foram roubados um macho e uma porca e ainda 2 motores de rega;

- Também da Cooperativa 19 de Dezembro, Crato, foram roubados 2 motores de rega;

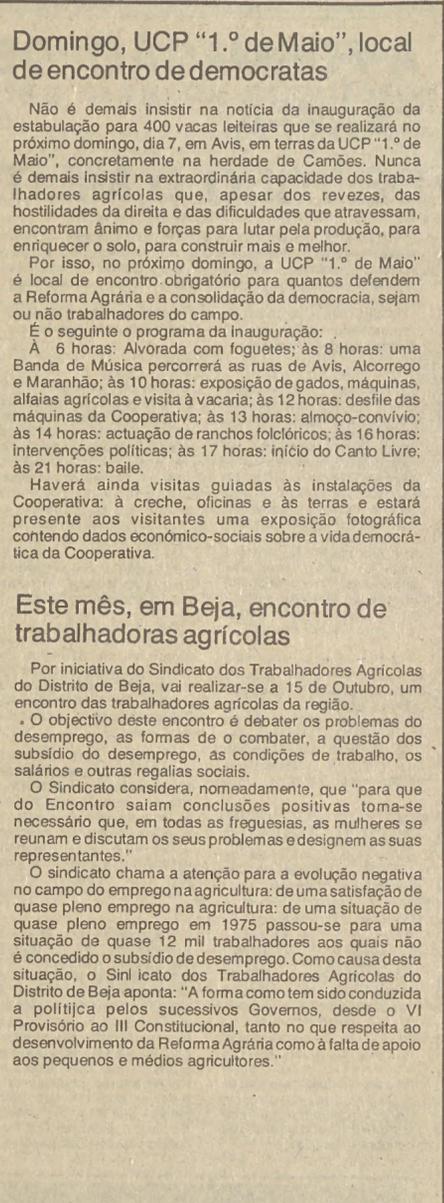
- A esta mesma Cooperativa e também à já referida Cooperativa Liberdade, de Seda, um mesmo intermediário, cuja ligação com os agrários é agora bem conhecida, «passou» cheques sem cobertura, respectivamente nos montantes de 1070 contos e 1600 contos; trata-se de Carlos Zacarias, de Nisa;

- Também a Cooperativa Girassol, de Monforte, foi vítima de fraude idêntica, mas por outro intermediário - Eduardo Pastor - Cruz de Pau - que «passou» um cheque sem cobertura no valor de 1100 contos aproximadamente;

- Em Avis, na Cooperativa 1.º de Maio, foi roubada uma bomba de água; o tractor a que a mesma estava adaptada foi atirado para a barragem;

- Em Santo Amaro, concelho de Sousel, um pequeno agricultor, foi roubado, ficando sem as únicas 6 vacas que possuía.

Eis uma sumária lista dos roubos contra UCPs e Cooperativas. Uma opinião pública que julgue e uma força para a vigilância, para a defesa do que sendo do país, é seu: fruto do seu trabalho, alavanca para um futuro melhor.



Em Outubro reunir-se-ão em Beja, trabalhadores agrícolas do distrito: uma força na defesa da Reforma Agrária



Em Outubro reunir-se-ão em Beja, trabalhadores agrícolas do distrito: uma força na defesa da Reforma Agrária

Apesar do boicote e mau tempo, a produção não desceu

Apesar do boicote à produção que objectivamente representou o escândalo das sementes, apesar das tremendas dificuldades na obtenção de crédito e de total ausência de apoio técnico e financeiro e do mau tempo que não poupou a agricultura, a produção de trigo será este ano superior à do ano passado. A revelação pertence ao INE, Instituto Nacional de Estatística, que acrescenta que as colheitas da aveia, cevada e centeio se situarão em valores próximos aos do ano passado.

As grandes baixas de produção reflectem-se no milho de sequeiro e regadio, na batata de sequeiro e regadio e do vinho. Também os pomares foram seriamente afectados pelas más condições climáticas. Quanto à produção da azeitona, o INE prevê um aumento de cinco por cento. Ainda, quanto às oleaginosas há a registar um aumento das produções de cártamo e girassol, do grão-de-bico e do feijão.

Pelo aumento da pecuária

"A criação de animais é o principal ramo da produção nas UCPs e Cooperativas, representando quase metade da sua produção total e garantindo muitos postos de trabalho. Por isso, deve continuar a dedicar-se à pecuária a melhor das atenções.

A questão mais importante para o desenvolvimento da produção animal é alimentar os gados com produtos das nossas terras, deixando de os importar. O impulso às forragens cultivadas, de sequeiro e de regadio, é questão essencial. Em cada UCP e Cooperativa há que semear e adubar bem prados de consociação, trevos subterrâneos sob coberto de montado e outros campos de forragem (milharada, luzerna, etc.) para obter bons feno, silagem e farinhas. Além de serem alimento essencial para os gados, as forragens melhoram as terras e as produções de outras culturas.

Também há que melhorar os cuidados sanitários com os gados, para evitar as grandes perdas por doença e cuidar do seu melhoramento, evitando os cruzamentos sem controlo e fazendo-os de modo a melhorar os efectivos. Cultivando forragens em larga escala, como é possível, a criação de gados aumenta ainda mais e com tudo isso são mais postos de trabalho que se asseguram e mais fortes ficam as UCPs e Cooperativas. Caso se impulsionem a sério, programas de cultivo de forragens e de melhoramento dos efectivos pecuários, em 2 anos, poderá elevar-se em cerca de 2 milhões e meio de contos a produção de carne, leite e crias e em 4 anos mais de 5 milhões e meio de contos, aos preços de 1976. Isto, sem contar com os acréscimos que se podem também obter das numerosas pequenas e médias explorações do Norte e dos Açores e Madeira, se forem devidamente apoiadas."

Esta conclusão do Encontro Regional de 23 de Setembro dos delegados das UCPs e Cooperativas.

A agricultura no mundo: O que é o kolkhoze?

O kolkhoze é uma organização cooperativa de camponeses, que se uniram voluntariamente para, em conjunto, realizarem a grande produção agrícola socialista, na base dos meios sociais de produção e do trabalho colectivo.

Nos últimos anos, as relações mútuas entre o Estado e os kolkhozes alteraram-se sensivelmente.

Os primeiros kolkhozes eram pequenos e estavam debilmente equipados com técnica agrícola. Quase não possuíam quadros especializados em agronomia, engenharia e economia. Também não tinham experiência de planificação. Estas condições objectivas não puderam deixar de se reflectir no processo de planificação da produção kolkhoziana. A iniciativa partia do Estado, que era quem decidia o que semear, quantas cabeças de gado possuir, etc. Dadas as condições referidas, tal processo era perfeitamente compreensível.

Por meados dos anos 50, quando os kolkhozes ganharam força e se apetrecharam com especialistas, quando as condições económicas se alteraram, o velho processo de

planificação começou a limitar os kolkhozianos e os seus dirigentes, a tolher as suas iniciativas, isto é, começou a travar o desenvolvimento da produção. Por isso, em Março de 1955, foram introduzidas na prática da planificação grandes alterações. De «cima», ou seja, dos órgãos estatais, passaram apenas a estabelecer-se planos para venda da produção. Ao kolkhoze passou a ser feita uma espécie de encomenda: vender, digamos, um tanto de trigo, de leite de carne. Como cultivar esse trigo, como distribuir as forças na pecuária, quais as culturas a semear para as necessidades próprias - todas estas questões passaram a ser resolvidas pelos próprios kolkhozianos.

Em 1965, foi introduzida uma nova e importante inovação: o plano de compra dos produtos agrícolas tornou-se irrevogável para vários anos. Tendo como perspectiva este plano «firme», como lhe chamam, o kolkhoze pode organizar melhor a planificação e utilizar a terra de maneira mais racional. O novo processo proclamou a liberdade dos kolkhozes na vida agrícola, dentro do âmbito do plano estatal.

O Plano firme

O plano de compra «firme» é a base da planificação da actividade kolkhoziana. Nele se indica a quantidade de produtos e como devem ser vendidos ao Estado. Trata-se de uma espécie de encomenda feita ao kolkhoze pela sociedade. Mas esta encomenda é mínima. Na realidade, o Estado procura sempre comprar mais do que é estipulado na encomenda mínima. O kolkhoze, por sua vez, também se esforça por vender mais produtos ao

estado. Qual a razão deste interesse mútuo? O sistema de preços de compra em vigor. Vejamos.

Em 1965, o Estado aumentou consideravelmente os preços de compra de trigo, do centeio, e de outros produtos. O Estado passou a pagar os produtos fornecidos excedendo o plano, 50 por cento mais caros. Em 1970, foram aumentados os preços de compra e introduzido uma acréscimo pela venda cima do plano de produtos pecuários. Sublinhamos: trata-se apenas dos preços de compra no produtor. Os preços de venda

ao público dos produtos alimentares nos estabelecimentos do Estado continuam a ser os mesmos. E eis que aparece aqui na prática, como poderoso instrumento de aumento da produtividade do trabalho e elevação da produção, a emulação socialista.

Indo ao encontro das necessidades crescentes de toda a sociedade, os kolkhozianos esforçam-se por aumentar a produção. O entusiasmo dos camponeses é reforçado com a política económica do Estado. Quanto mais camponês produzir, mais rico se torna o seu kolkhoze. Quanto mais produtos o kolkhoze vender ao Estado, tanto mais elevado será o nível de vida de todo o povo.

Quando travamos conhecimento com a actividade prática de cada empresa concreta, vemos sempre dois grandes pontos de referência: a tarefa do plano anual e o compromisso de emulação socialista assumido para esse mesmo ano. O último índice é sempre mais elevado.

Um exemplo concreto

Vejamos como as coisas se passam com o exemplo do

kolkhoze «Lenine», de Riazan.

O plano financeiro e de produção para 1974 previa que o kolkhoze venderia ao Estado 250 toneladas de cereais. Calculando as suas reservas, o colectivo convidou o kolkhoze vizinho para uma emulação, tornando o compromisso de vender 650 toneladas. O mesmo sucedeu em relação a outros tipos de produção: venda de batata (plano e compromisso) respectivamente - 1400 e 2000 toneladas; carne - 260 e 300 toneladas; hortaliças - 700 e 1700 toneladas, etc.

Sabendo de antemão a quantidade de produtos que irá vender ao Estado, o kolkhoze conclui, regra geral, um contrato, no início do ano, com as organizações de armazenamento estatais, as quais se preparam assim antecipadamente para receber os produtos agrícolas, elaborá-los e conservá-los. E tanto a organização de armazenamento como o kolkhoze assumem a responsabilidade material pelo cumprimento do contrato. Este sistema garante um amplo e constante trabalho em cadeia nas terras ou nas granjas do kolkhoze e termina nos balcões das lojas estatais de produtos alimentares.



A mais moderna tecnologia numa plantação de chá

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

"Um Partido como o nosso, capaz de todos os sacrifícios para libertar o homem, luta necessariamente também para libertar o artista. Quando a própria revolução é a realização de sonhos milenários, como poderia o nosso Partido, força revolucionária que é, cortar as asas ao sonho?"
(Álvoro Cunhal, discurso de encerramento da 1.ª Assembleia de Artes e Letras da ORL do PCP — Com a Arte para transformar a Vida, Edições Avante!).

A arte, que é a realidade reflectida pelo homem através da imagem artística, desempenha um importante papel na transformação do mundo como forma de consciência social que é. A criação artística actua no plano cultural, provoca sentimentos e ideais, obriga o homem a reflectir, enriquece a sua vida espiritual; ajuda o homem, por essa via, a construir uma sociedade nova, dando-lhe capacidade de reforçar a sua luta pelas transformações económica, social e política.

Mas a obra de arte pode actuar em sentidos opostos, exprimir sentimentos de dúvida ou de confiança, alimentar atitudes de renúncia ou de combatividade, incentivar o pessimismo do desânimo ou apontar com optimismo os horizontes do futuro.

Perante esta simples abordagem, elementar, do significado da arte na luta geral pela transformação da sociedade se poderá antever a força que possui como arma na luta ideológica. Não será, pois, de estranhar que os escritores e artistas comunistas se empenhem em ser, cada vez mais, afincados defensores da arte e da cultura do nosso país. Realizaram a 1.ª Assembleia de Artes e Letras da ORL do PCP, em fins de Junho último, e entenderam que fossem publicadas as intervenções e documentos nela produzidos, "para que os materiais da Assembleia possam constituir um instrumento de trabalho, de debate e de acção".

Este instrumento é Com a Arte para transformar a Vida, de Edições Avante! Não se trata de discussão teórica ou pesquisa no domínio da Arte, das correntes estéticas, ou problemas decorrentes; o conteúdo essencial da Assembleia incidiu sobretudo em questões de política cultural, nela se incluindo naturalmente a situação socio-profissional dos escritores, artistas e trabalhadores da cultura.

As intervenções e os documentos aprovados abrangem os domínios do escritor, do editor, do teatro, do cinema, da música, do artista plástico, do animador cultural, do património artístico e cultural.

A leitura atenta de Com a Arte para transformar a Vida permite ter uma visão global da situação da cultura no nosso país, do que significa a política fascista nesse campo e de que uma política antioperária e antipovo nos planos económico, social e político é forçosamente uma política anticultural.

Os escritores, artistas e trabalhadores da cultura comunistas demonstram ao longo dessas páginas que têm perfeita consciência de que "a luta por uma política cultural ao serviço do povo e do país é inseparável da luta em defesa das liberdades democráticas e das grandes conquistas dos trabalhadores portugueses". Nessas páginas fica bem patente que a luta em defesa da cultura e por uma política cultural ao serviço do povo e do

país é inseparável da luta em defesa da reforma agrária, das nacionalizações, do controlo de gestão, da luta em defesa da independência nacional, da luta pelo socialismo e pela paz. A batalha da cultura, a batalha da arte é a mesma batalha contra a recuperação e imperialista: a recuperação capitalista vem acompanhada pela recuperação obscurantista.

Em Com a Arte para transformar a Vida podemos ter em nosso poder, para análise e discussão, as "Propostas para uma política cultural democrática e patriótica", contribuição de extraordinário valor e que não pode ser ignorado por quem esteja interessado na defesa da cultura.

Tem particular significado a atenção dedicada pela 1.ª Assembleia de Artes e Letras da ORL do PCP ao sector do "Património cultural e artístico" apontando-se "tarefas que devemos ao futuro do nosso país, que devemos aos trabalhadores, herdeiros mais legítimos de tudo o que de belo o nosso povo produziu na sua história", para que esse património seja defendido e salvaguardado. E não menos significativa é a análise feita relativamente ao trabalho dos trabalhadores do circo e de variedades ou à animação cultural. É a afirmação permanente e concreta de uma cultura ao serviço dos trabalhadores, ao serviço do povo, ao serviço do país.

E já fora da análise concreta das situações e das propostas apresentadas, mas presidindo a todo o trabalho desenvolvido, Com a Arte para transformar a Vida tem em linha e exemplifica por um lado que não existe a imposição de uma tendência estética, de uma escola estética, e por outro que os comunistas na frente cultural, tal como nas outras frentes de luta, têm a sua orientação própria, defendem-na, mas estão abertos ao diálogo, ao exame comum, a acções e a iniciativas conjuntas com outros democratas.

A Constituição da República Portuguesa vincula o Estado a "promover a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos, em especial dos trabalhadores, à fruição e criação cultural através de organizações populares de base, colectividade de cultura e recreio, meios de comunicação social e outros meios adequados" (art. 73 n.º 3). A ofensiva obscurantista do Governo tem sido a negação desse imperativo constitucional. A luta por uma cultura ao serviço do povo e do país é um acto democrático e patriótico, em que todas as forças democráticas e progressistas podem e devem participar.

Os comunistas ao defenderem, com firmeza, convicção e paixão, a cultura e a arte, tal como o fazem em relação às liberdades, à Reforma Agrária, às nacionalizações e às outras grandes realizações e objectivos da Revolução portuguesa, estão a dar a sua contribuição, que é determinante, para a construção da sociedade democrática rumo ao socialismo.

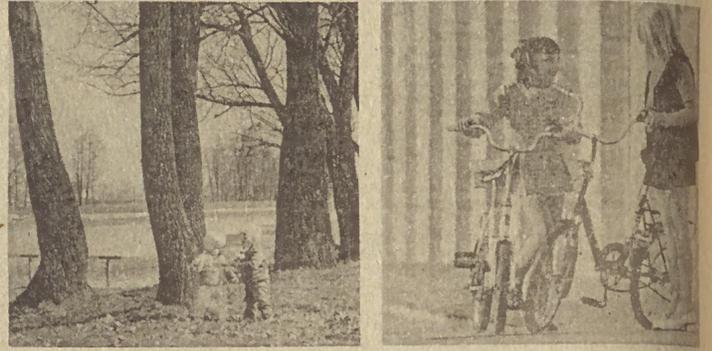
Temas vários

Sete dias de contacto com o socialismo na Polónia — 3

Entre as impressões que me ficaram da Polónia poderia escolher uma. Talvez a que melhor resume todas as outras é a que se relaciona com a preocupação de melhorar todos os aspectos da vida moderna. "Somos capazes de mais" pode ser considerada uma divisa dos polacos. As dificuldades, os problemas, ninguém os esconde. São expostos abertamente. E não só entre polacos, mas com os estrangeiros. Sem perder de vista o horizonte da edificação do comunismo, a Polónia de hoje, ao mesmo tempo que planifica e constrói, critica e melhora, em todos os campos de actividade, a sociedade socialista.

A capacidade para solucionar os problemas está bem patente nos resultados alcançados com o esforço já realizado na política da habitação, de que falámos no número anterior. Embora haja ainda muito que avançasse

Polónia, ficou em ruínas depois da invasão nazi. Nessa altura, 75 por cento da produção de Lódz provinha da indústria têxtil. Mas o desemprego grassava na cidade, escolhida em meados do século passado pelos industriais alemães (e



A qualidade da vida é uma realidade para todas as idades

Do nosso enviado especial ALBANO LIMA

campo, designadamente a nível das infra-estruturas, que estão um pouco atrasadas relativamente à construção de edifícios, o mesmo sucedendo com as vias de comunicação (o número de carros aumentou 40 mil o ano passado em Varsóvia) os problemas que se põem hoje ao povo e aos dirigentes na Polónia situam-se a um nível que, escusado seria lembrá-lo, não têm paralelo em Portugal. São problemas de desenvolvimento que partem de uma base onde não existe o desemprego, onde o essencial das dificuldades habitacionais está resolvido, onde a segurança da família é uma realidade, onde o acesso à cultura e a todos os graus de ensino está generalizado, onde os salários reais aumentaram em média 42 por cento entre 1970 e 1975, sem inflação, onde o Estado suporta totalmente as despesas com a instrução gratuita, com o serviço de saúde, com as férias e o repouso, além dos subsídios de vária ordem no campo da segurança social muito mais vasta do que em qualquer país capitalista.

mais tarde polacos) para aí implantarem um grande centro fabril, aproveitando a mão-de-obra abundante e a baixo preço que vinha dos campos em redor de Lódz.

Um esplendor antigo

Percorrer hoje as ruas de Lódz é recordar o esplendor de que nessa época gozavam os magnatas do têxtil. Os palácios que serviam de moradia aos barões da indústria e as próprias fábricas que construíam (verdadeiros cemitérios para os operários) têm um carácter monumental. As fachadas de algumas fábricas que ainda se conservam dessa época têm

O trabalho socialista

O trabalho garantido para cada cidadão e uma economia racional dos recursos humanos constituem um princípio fundamental da política de emprego na República Popular da Polónia, cuja

Constituição estipula no seu artigo 19.º, n.º 1: "O trabalho é um direito, um dever e uma questão de honra para cada cidadão. Pelo seu trabalho, pelo respeito da disciplina de trabalho, pela emulação no trabalho e pelo aperfei-

çoamento dos seus métodos, o povo trabalhador das cidades e dos campos consolida a força e o poderio da Pátria, aumenta o bem-estar da nação e acelera a realização integral do sistema socialista".

Com a Arte para transformar a Vida

edições Avante!

UM IMPORTANTE CONTRIBUTO E PROPOSTA SÉRIA E RESPONSÁVEL DE ESCRITORES E ARTISTAS COMUNISTAS PARA A DISCUSSÃO E ACÇÃO COMUM COM TODOS OS OUTROS ESCRITORES E ARTISTAS DEMOCRATAS E PATRIOTAS PORTUGUESES

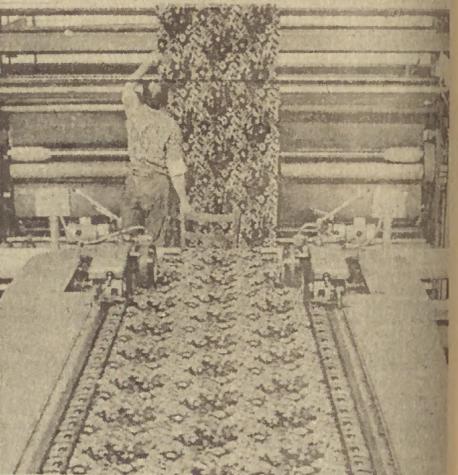
CDL a distribuição.

Um dia em Lódz

Lódz é a segunda cidade da Polónia. Fundada há 150 anos, tem 800 mil habitantes. O seu desenvolvimento não difere do de Varsóvia e das outras cidades polacas. A mesma sensação de riqueza, de bem estar, é comprovada por estes aumentos da produção polaca per capita desde 1970: mais 40 por cento de carvão, mais 50 por cento de aço, mais 50 por cento de cimento. Comprovada ainda pelos bens de consumo, de que se começaram a produzir muitos e mais variados tipos desde 1970. Televisões e todo o género de electrodomésticos da melhor qualidade enchem as montras de Lódz. De 1970 a 1975, 100 famílias, que possuíam 72 aparelhos de televisão passaram a dispor de 93, de 25 gira-discos passaram para 39, de 79 máquinas de lavar para 92, de 37 frigoríficos para 73. Por meados da nossa década, quase todas as famílias polacas possuíam um aparelho de televisão e uma máquina de lavar; 75 por cento das famílias tinham um frigorífico e cerca de uma família em dez, uma viatura.



Numa fábrica em Lódz



A produção de tapetes é de grande qualidade na Polónia

A mulher

Em 1976, os efectivos do emprego atingiam perto de 17 milhões de pessoas. Mais de 12 milhões trabalhavam na economia socializada. Em toda a economia nacional, as mulheres representam perto de metade do número de pessoas empregadas. Já há anos que se observa na Polónia um aumento da actividade profissional das mulheres. Em 1950, representavam 44,7 por cento do conjunto dos trabalhadores. Em 1974 eram 46,2 por cento. Isso deve-se

a um determinado número de factores como o desenvolvimento do país e a penúria de mão-de-obra masculina, o aumento da instrução e das qualificações profissionais das mulheres, a sua aspiração à independência no plano económico, a política do Estado que instituiu várias formas de protecção das crianças e de ajuda à mulher que trabalha, as aspirações pessoais de carácter profissional e o desejo de aumentar o nível material da família.

Uma garantia

O direito efectivo ao trabalho para todos, incluindo os 3 milhões de jovens que a sie acedem até final dos anos 70, é uma garantia do socialismo na Polónia onde, de 1970 a 1975, foram criados 2 milhões de novos postos de trabalho. Esta realidade, confirmada no encontro que tivemos com o camarada Jerzy Lukaszewicz, secretário do CC do POUP (Partido Operário Unificado da Polónia) é um exemplo concreto que ilustra perfeitamente a vitória

completa do socialismo sobre o desemprego que aflige milhões de homens, mulheres e jovens nesse capitalismo dito da "abundância" para onde a recuperação capitalista quer empurrar os trabalhadores em Portugal. Ao contrário do Ocidente capitalista, o que falta na Polónia não são empregos. O que falta é a mão-de-obra para cumprir as tarefas do Plano a realizar pelo homem e para o homem na sociedade socialista.

Lódz é um grande centro de produção têxtil. Antes da II Guerra Mundial tinha já cerca de 650 mil habitantes. Com quase todas as cidades da

mesmo um aspecto de mausoléu. O seu ar pomposo escondia a miséria dos operários e ostentava

a prosperidade dos fabricantes.

de 158 fábricas antigas, ajudaram a construir na sua cidade 40 mil novos apartamentos no último quinquénio.

primeiro desta série de artigos dá hoje ao país 8 por cento da produção para consumo. O esplendor antigo das suas mansões, palácios e fábricas, que foi no essencial preservado, é hoje do povo polaco que cria a seu lado, todos os dias, o esplendor moderno onde o homem já não cumpre as tarefas para glória do capitalismo, mas para si próprio, para o progresso de todos os homens.



Sabor envelhecer no seu jardim

Lódz vive hoje ao ritmo do socialismo. Sete universidades funcionam na cidade. Estudantes de 60 países aprendem em Lódz a língua polaca, antes de ingressarem nas faculdades. A "Terra Prometida", o filme de Wajda, a que nos referimos no

Um bom sinal

Segundo dados estatísticos oficiais, em 1975, entre o total de 11 milhões de trabalhadores polacos perto de 700 mil tinham instrução superior, mais de 1 900 000 instrução secundária profissional, 697 000 instrução secundária geral e perto de 2 500 000 instrução elementar profissional. Actualmente, a política de emprego tem como tarefa primordial garantir preferências máximas no emprego dos diplomados das escolas acima do ensino primário,

obrigatório durante oito anos. O número de alunos que prosseguem os seus estudos depois do ensino primário aumentou sistematicamente. No ano lectivo de 1975/76, o número de alunos que continuavam os seus estudos depois da escola primária representava 95 por cento do total.

Mais de 65 por cento dos trabalhadores entre os 25 e os 30 anos de idade possui instrução superior à primária.

edições Avante!

QUE FAZER?

V.I. LENINE

PRINCÍPIOS BÁSICOS DO COMUNISMO

V.I. LENINE

DUAS TÁCTICAS DA SOCIAL DEMOCRACIA NA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

EM DUAS TÁCTICAS, LENINE ANÁLISE AS DIVERGÊNCIAS TÁCTICAS FUNDAMENTAIS ENTRE BOLSHEVIQUES E MENCHEVIQUES E A SUA RADICAL DISCREPÂNCIA QUANTO ÀS TAREFAS DO PROLETARIADO NA REVOLUÇÃO BURGUESA RUSSA DE 1905.

Preço — 60\$00

Escrito em 1902, o livro de Lenine Que Fazer? desempenhou um papel relevante na luta pela criação na Rússia de um partido marxista revolucionário da classe operária, no triunfo da orientação leninista nos comités e organizações do POSDR e no III Congresso do POSDR, em 1903.

Preço — 80\$00

Esta obra de Engels, escrita em 1847, apresenta um esboço de programa para a Liga dos Comunistas. Marx e Engels, no ano seguinte, aproveitaram algumas das teses deste trabalho para a redacção do Manifesto do Partido Comunista.

Preço — 20\$00

UMA DISTRIBUIÇÃO CDL A VENDA NAS BOAS LIVRARIAS

Semana

27 Quarta-feira

1940 — É assinado o pacto anti-soviético entre as potências do Eixo (Alemanha nazi, Itália fascista e Japão).

Na Assembleia Geral da ONU o ministro soviético dos NE, Andrei Gromyko, denuncia a "cimetria de Camp David" como nova medida anti-árabe que toma ainda mais difícil o encontro de uma solução justa para o Médio Oriente...

28 Quinta-feira

1864 — É fundada a 1ª Internacional

O racista Partido Nacional da África do Sul reúne-se na cidade do Cabo com o objectivo de designar o novo primeiro-ministro do país. Os mais altos dirigentes chineses autorizam uma nova política de financiamento, por bancos capitalistas europeus, dos programas de construção económica na China...

29 Sexta-feira

1938 — É assinado o Pacto de Munique entre a Alemanha, a França e a Inglaterra. Segundo as cláusulas a região dos Sudetas (Checoslováquia) é cedida à Alemanha.

Morre o Papa João Paulo I, no seu 32.º dia de Pontificado, vítima de um enfarte do miocárdio. Os racistas do Partido Nacional da África do Sul escolhem Pieter Willem Botha, ministro da Defesa Nacional para substituir Vorster na chefia do governo...

30 Sábado

1917 — É impresso o trabalho de Lênine "As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução".

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova uma resolução que decide continuar com o plano para a independência da Namíbia, apesar da oposição dos racistas sul-africanos, e que inclui eleições livres e um período de transição de um ano...

1 Domingo

1949 — É fundada a República Popular da China.

Vitimado por um edema pulmonar, morre no Rio de Janeiro Hérmes de Lima, fundador do Partido Socialista brasileiro. As nove ilhas de Tuvalu, com 23 Km² de área, tornam-se independentes da Grã-Bretanha, numa cerimónia a que assistiram representantes britânicos...

2 Segunda-feira

1935 — A Itália fascista declara guerra à Etiópia.

O presidente Carter, dos EUA, admite pela primeira vez que o seu país continua a utilizar satélites-espíões para "vigiar" a URSS e outros países. O Senado norte-americano aprova por unanimidade uma verba de três milhões de dólares para o desenvolvimento de armas nucleares...

André Gromyko na ONU: Quem não está interessado na paz?

A vontade insuperável dos povos em alcançar a paz, a força determinante dos que defendem a paz face àqueles que pretendem encaminhar a evolução da situação internacional no perigoso sentido oposto, de tensão, de "equilíbrio à beira do abismo"...

Trata-se de uma boa base para enfrentar o problema fulcral da nossa época — o fim da corrida aos armamentos e o desarmamento — que entretanto não deve levar a menosprezo de uma realidade preocupante. Como destacou o camarada Gromyko na Assembleia da ONU:

«A corrida aos armamentos não diminuiu absolutamente nada. Um grupo de Estados, sabe-se quais são, tomou a decisão de afectar volumosas somas adicionais, destinada a incrementar o volume de armamentos por muitos anos consecutivos. A decisão do Conselho da NATO, em Washington, e os passos subsequentes no sentido do incremento dos preparativos militares em vários países não podem deixar de ser considerados como um repto a todos os que lutam pelo desarmamento. Aumenta o perigo de uma guerra com a crescente quantidade de armas, com a aparição de novos tipos de armamento, cada vez mais devastadoras. Não se pode aceitar nenhuma justificação

como o pretexto de «ameaça por parte da URSS» que é absolutamente falso». Enquanto se discute paz novas ameaças com a bomba de neutrões

Os Estados Unidos e a União Soviética iniciaram mais uma fase de conversações sobre limitações de armas estratégicas: as negociações decorrem há perto de seis anos e visam a elaboração de um novo tratado, o SALT II, que permanecerá válido até 1985, e que substituirá o anterior pacto assinado em 1972 e posteriormente alterado em 74 na cidade de Vladivostok. Também em Viena o Pacto de Varsóvia e a NATO reiniciaram uma série de negociações para a redução mútua e equilibrada de forças na Europa Central, que a NATO tem de facto boicotado sistematicamente.

Paralelamente às negociações de paz, a NATO, os meios mais agressivos do capital, agravaram a campanha propagandística tendente a preparar a opinião pública para uma escalada na corrida armamentista. Na última sessão anual da NATO, em Hamburgo, foi pedido que os exércitos da Aliança Atlântica venham a ser equipados com a bomba de neutrões. O comandante da NATO, Haig, defendeu o fabrico imediato da bomba de neutrões. O secretário-geral da NATO Luns, declarou que o presidente Carter já não podia adiar por mais tempo a sua decisão a respeito da bomba de neutrões.

O Senado norte-americano acaba de dar luz verde à produção da bomba de neutrões.

As intenções são bem claras. O imperialismo lança-se em novas aventuras no domínio mais perigoso: o do armamento nuclear.

Numa evolução mundial positiva, novas propostas soviéticas de paz

Na análise feita por Gromyko na ONU sobre a situação mundial, foi destacado o sentido positivo da evolução nas várias áreas geográficas.

Na Europa, apesar das diversas tentativas para pôr à prova a solidez dos resultados obtidos na Conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa, o desanuviamento continua a ser uma tendência determinante.

No continente africano, vive-se o processo de formação de jovens Estados independentes, liquidam-se as últimas cadeias do imperialismo. «O colonialismo e o fascismo devem ser liquidados completa e definitivamente — como destacou Gromyko. Os que pretendem conservar os odiados regimes racistas devem compreender que a sua causa está definitivamente perdida».

No Médio Oriente, foi dado um novo passo anti-árabe, em Camp David, que dificulta uma justa solução deste problema candente. Um passo que não conduzirá a nada e só

testemunha dos reais objectivos do imperialismo, como da sua incapacidade para os impor.

Na Ásia enraiza-se a compreensão da necessidade de uma paz estável, onde não tenham lugar os conflitos, a pressão descarada e a ingerência nos assuntos internos, as intervenções armadas, as tentativas de virar uns Estados contra outros. A formação do Vientiane unido é um elemento decisivo no novo panorama político do continente.

A evolução mundial condiciona e é condicionada por um factor determinante: a conquista da paz. Como destacou André Gromyko, na 33.ª Assembleia da ONU, «há que empregar o máximo de esforços para não permitir uma nova catástrofe bélica, que seria para a humanidade ainda mais destruidora que as duas guerras mundiais em conjunto». Fiel ao seu empenhamento na batalha da paz, a União Soviética avançou novas propostas para debate na Assembleia: um acordo internacional de fortalecimento das garantias de segurança aos países não nucleares; uma proposta de não colocação de armas nucleares no território de países que ainda não as tenham.

Contra a escalada armamentista do imperialismo, que brande agora uma vez mais com a ameaça da bomba de neutrões, unir todos os esforços é um imperativo.

Conferência de Varsóvia: democracia e direitos humanos na comunidade socialista

Realizou-se em Varsóvia, organizada pelo Instituto dos Problemas Fundamentais do Marxismo-Leninismo do POUP, uma Conferência Científica consagrada ao tema: «A evolução da democracia e a realização dos direitos do homem no sistema socialista». Participaram na Conferência delegações dos Comitês Centrais dos Partidos Comunistas e Operários da Bulgária, da Checoslováquia, da Jugoslávia, de Cuba, da Mongólia, da RDA, da Polónia, da Roménia, da Hungria, do Vietnã e da União Soviética. Um traço marcante da conclusão dos trabalhos foi o reconhecimento de que a preocupação dominante dos partidos comunistas operários, hoje como sempre, é o bem-estar dos trabalhadores, a plena satisfação das suas necessidades materiais e espirituais.

Os debates foram divididos em três secções: o aperfeiçoamento da democracia — direcção principal do desenvolvimento do sistema político nos países socialistas; os problemas ligados ao desenvolvimento dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos no sistema socialista; a realização do direito fundamental do homem — viver em paz — como um elemento determinante da política internacional da comunidade socialista.

Como foi destacado na Conferência, os problemas em debate estão no centro do confronto ideológico entre o socialismo e as forças progressistas, de um lado, e o capitalismo e as forças reacţionárias, de outro. Confronto bem ilustrado pela cínica campanha do imperialismo contra a comunidade socialista, a pretexto de absurdas violações dos «direitos do homem» — campanha

que visa adulterar a imagem do socialismo aos olhos dos trabalhadores dos países capitalistas, mascarando os problemas do capitalismo e tentando retirar às forças de esquerda o próprio objectivo da sua batalha.

Nas análises da realidade socialista feitas no decurso dos trabalhos, concluiu-se da participação crescente e efectiva das mais amplas massas



O socialismo impõe a crescente participação de todos na solução dos mais importantes problemas

Trabalhadores em luta política do capital

A acuidade das contradições, o agravamento da crise nos países capitalistas medem-se pelo aumento da inflação, pelo crescimento das percentagens do desemprego, pela estagnação na produção, mas também no domínio das lutas dos trabalhadores, no quadro das dificuldades políticas. A Europa capitalista e os Estados Unidos apresentam hoje sintomas sobejos de crise nesses domínios.

57 mil trabalhadores da Ford britânica, há vários dias em greve, decidiram não reatar negociações com o patronato enquanto o governo não levantar as restrições à contratação colectiva, que restringem os aumentos salariais a 5%, tentando

limitar os efeitos da crise à custa dos trabalhadores.

Nos EUA, os ferroviários paralisaram mais de dois terços dos caminhos de ferro do país, o que tem amplas repercussões noutros sectores, também imobilizados pela paralisação nos transportes. Apesar da ameaça governamental de intervenção, os grevistas esperam alargar a paralisação a mais de 40 Estados.

Em França, com os ferroviários em greve, preparam-se paralizações no sector metalúrgico e na construção naval.

Paralelamente ao recrudescimento das lutas operárias, ressaltam dificuldades políticas. Paris volta a ser palco dos velhos

desentendimentos no seio da chamada maioria. Enquanto se somam as perdas dos partidos no governo, quer nas eleições parciais quer no próprio Parlamento, os gaullistas, uma vez mais, tentam demarcar-se da política oficial. Na Grã-Bretanha recrudescem as toleradas actividades neofascistas, provocando um amplo movimento unitário de protesto contra a actividade dos grupos fascistas e racistas, o que demonstra o claro repúdio das massas trabalhadoras e mas também a liberdade de acção de que gozaram os grupos nazis.

Em Itália renasce a velha polémica em redor da participação comunista no poder. Enquanto o presidente do Conselho, Giulio

Andreotti, admite a participação dos comunistas no governo na próxima legislatura, o presidente do Senado, Fanfani, antigo secretário da Democracia-Cristã, opõe-se a tal participação, tentando prolongar mais ainda uma situação que o voto popular sistematicamente vem condenando, apesar das manobras e «avisos» descarados da Casa Branca.

Entre a crise económica, os problemas políticos, as lutas das massas trabalhadoras, o capital lança todos os seus trunfos contra a consciencialização de massas, o ascenso de uma esquerda que mobiliza em numerosos países vastos sectores da população contra a política governamental: a política dos monopólios no poder.

Contra os interesses das massas populares

Por 68 votos a favor e um contra, o Senado norte-americano autorizou o emprego de 3 mil milhões de dólares no desenvolvimento de armas nucleares, recomendando a produção da bomba de neutrões para ser colocada ao longo das fronteiras da NATO com o Pacto de Varsóvia. Uma medida que mostra como o imperialismo não está inactivo na cena política internacional, mas que, simultaneamente, é como que um símbolo da oposição entre os interesses que lhe são próprios e os interesses e a vontade das massas populares, dos povos de todo o Mundo. O exemplo de uma política que se repete em todos os domínios e que lhe acarreta e acarretará inevitáveis derrotas.

De acordo com o relatório da Cruz Vermelha Internacional divulgado na capital do México, o balanço da brutal repressão desencadeada pelo regime de Somoza contra o povo da Nicarágua em luta — e que assumiu carácter de verdadeiro genocídio, com o bombardeamento de cidades como Estelí — é de cinco mil mortos e dez mil desaparecidos. Entretanto, a troca de umas pretensas cedências, como a aceitação da mediação de um grupo de países encarregados pelos EUA e a libertação de um reduzido punhado de presos políticos, a Casa Branca restabelece a ajuda económica — oito milhões de dólares —, ao governo de Somoza. Como denuncia a Frente Ampla de Oposição (FAO), os EUA estão a intervir directamente em defesa do regime enquanto tentam quebrar a ampla unidade da oposição atraindo para a órbita da demagogia sectores mais débeis, ligados aos interesses do capital. A resistência popular à brutalidade repressiva, a greve geral que se arrastou por 32 dias, preludiam entretanto a continuação da luta.

No Médio Oriente, onde a cimeira de Camp David se saldou num maior isolamento do Egipto, no caminho da traição dos seus dirigentes aos interesses dos povos árabes, outros frutos da política dos EUA na zona se voltam a manifestar com o recrudescimento dos combates no Líbano: as milícias direitistas, rechaçadas pelas tropas da Força Árabe de manutenção da Paz, prosseguem na senda da provocação armada.

«A Grã-Bretanha pediu sessões do Conselho de Segurança sobre a questão rodesiana e nomeou altos funcionários para fiscalizarem a transição para a independência. No entanto, não vale a pena perguntar quem está a permitir que sejam feitos abastecimentos de petróleo para manter a economia da Rodésia» — denunciou o delegado de Moçambique na ONU, pondo a claro as camufladas intenções neocolonialistas do capital em África. No Irão, o apoio às forças reacţionárias é directo; já na Namíbia segue caminhos mais complexos — o entretanto não impede que o movimento de libertação, no Zimbábue como na Namíbia, se reforce, que as vitórias militares da Frente de Libertação no Zimbábue sejam inculcáveis, que a luta no Irão prossiga — unindo amplos sectores da população — concretizando-se agora numa greve em Teerão, isto apesar da brutalidade repressiva.

A Europa reflecte também particularmente a contradição entre a política do capital e os interesses das massas populares. Na França preparam-se grandes jornadas de luta dos metalúrgicos e dos operários da construção naval. Na Grã-Bretanha prossegue a greve na Ford. Nos Estados Unidos, apesar das ameaças governamentais, os ferroviários continuam em greve.

Em política interna como em política externa o capital tem a mesma linha de orientação: oposta aos interesses das massas trabalhadoras em todo o Mundo.

PCP na Etiópia: solidariedade activa

A Etiópia — uma das mais jovens revoluções do Mundo, que o imperialismo, por todos os meios, tem tentado sufocar — continua, por isso mesmo, no centro das atenções. O que hoje se constrói num dos mais populosos países africanos diz respeito a todo o continente, é um exemplo do que é possível avançar por um caminho justo, com o empenhamento popular, com a perspectiva do socialismo, com a força da solidariedade internacional.

O PCP, através do camarada Rogério de Carvalho, membro do CC, esteve presente nas comemorações do 4.º aniversário da Revolução e na Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos Árabes e de África Contra o Imperialismo e a Reacção, realizada em Addis Abeba. Pedimos ao camarada Rogério de Carvalho que destacasse aspectos que ressaltaram nos dois importantes acontecimentos centrados na capital da Etiópia.

«Que importância — para a Revolução etíope — pode ter a realização da Conferência de Solidariedade em Addis Abeba?»

«É claro que tem muita importância. A Etiópia está a abrir o caminho do socialismo. É um país muito importante no continente. Pela sua população. Pelo exemplo que constituem os progressos que vão sendo alcançados. Pela sua posição estratégica, o que naturalmente cria dificuldades ao imperialismo. A realização da Conferência em Addis Abeba, constitui de facto um apoio — e um aviso — à reacção interna e externa. Uma prova clara de que as forças progressistas internacionais estão com a Revolução etíope — e que a sua solidariedade é activa. O reconhecimento, ao fim e ao cabo, de Addis Abeba como um centro de solidariedade internacional.

«O facto que mais nos impõe nas comemorações da Revolução é a grande mobilização popular. O desfile foi de cerca de cinco horas. Estavam presentes representações de toda a Etiópia, dos combatentes do



Revolução etíope: a participação de massas é uma constante

Breves notícias

● O julgamento dos dirigentes sindicais tunisinos — Após vários adiamentos, começa o julgamento de 30 dirigentes sindicais da Tunísia, que estão encarcerados desde o princípio do ano e entre os quais se encontra o secretário-geral da UGTT (a Central Sindical do país), Habib Hachour.

Estes sindicalistas foram presos na sequência de uma greve geral de 24 horas convocada pela UGTT contra o encarceramento de sindicatos e a prisão dos respectivos dirigentes e acompanhada com manifestações pacíficas, no passado mês de Janeiro.

A resposta do regime de Bourguiba caracterizou-se por uma extrema violência, esmagando a greve com repressão, centenas de prisões e a declaração do estado de emergência e o recolher obrigatório na capital. As vítimas assassinadas pela Polícia e Exército asenderam a uma centena. Vários sindicatos europeus decretaram um boicote de 24 horas a todos os navios tunisinos e os sindicatos italianos, apoiados pelo comunistas, socialistas e democratas-cristãos, declararam já a sua oposição à repressão que o anunciado julgamento significa. De facto, após todos estes meses de encarceramento, julgar os dirigentes sindicais pelas violências que o regime desencadeou e praticou em

Janeiro, assume força de escândalo.

● Em Angola os trabalhadores constroem o seu país — Na República Popular de Angola realizou-se recentemente, a III Conferência Nacional dos Trabalhadores Angolanos, na qual foi decidida a participação operária na gestão económica e na direcção da produção no país.

Tal resolução, que tomou em conta as experiências vividas pelas nações onde o socialismo é uma realidade, foi aprovada por unanimidade e assinala que essa participação é indispensável para se obterem êxitos na frente económica. Os veículos dessa participação serão as

assembleias de produção e serviços e os conselhos de direcção com representação operária.

● As cedências e desvios da China — Que os dirigentes de Pequim perderam há muito o pé do movimento comunista internacional e resvalaram para uma política que nada tem a ver com o marxismo-leninismo ou o internacionalismo proletário, já não é novidade para ninguém. Os exemplos ilustrativos dessa realidade multiplicaram-se de tal modo que é ocioso falar nesses quanto mais explícitos.

Todavia, e também há muito, vai mais longo o desarmamento de Pequim, pois os dirigentes chineses chegaram ao extremo

de combater, activa e directamente, não só o movimento comunista internacional como também por toda a movimentação pela paz, progresso ou independência nacional que desponta em qualquer ponto do globo, surgindo em contrapartida e sistematicamente ao lado dos maiores torcionários do nosso tempo.

A demonstrar essa chocante «militância» temos os contratos comerciais com o imperialismo, onde Pequim desembocou após laboriosas e efusivas negociações e onde, em suma, se prevê uma «cooperação» primordialmente centrada na indústria bélica.

É evidente que tal particularidade das negociações com o imperialismo não surge por acaso — de facto ela encaixa-se perfeitamente com a política belicista defendida pelos maistas em todo o lado, incluindo a ONU, e onde se propugna um recrudescimento da militarização do mundo... capitalista, para enfrentar os perigos da ameaça... soviética. Tudo muito linear e transparente. Como a verdade. E neste caso a verdade, verdadeiramente, está na traição dos dirigentes chineses, linear e transparente, ao movimento comunista mundial, às forças progressistas do mundo. Na aliança objectiva com o imperialismo.

A RDA foi criada há 29 anos

Hoje, com 17 milhões de habitantes e uma superfície de cerca de 108 mil quilómetros quadrados, a República Democrática Alemã figura entre os 10 primeiros países industrializados do Mundo, com uma agricultura altamente desenvolvida.

Este desenvolvimento é consequência do que aconteceu há 29 anos atrás, precisamente em 7 de Outubro de 1949, data em que nasce o primeiro Estado de trabalhadores na história do povo alemão, na então zona de ocupação soviética.

Em comparação com o ano de fundação da RDA, em 1980, o rendimento nacional será oito vezes superior. Entre 1970 e 1980 a produção industrial aumentará de 184 por cento. Realiza-se um grande programa de construção de

habitações, de que são exemplos os números alcançados entre 1971 e 1977 — construídas ou modernizadas 922 mil casas, melhorando as condições de habitação para mais de três milhões de pessoas.

No momento em que se comemora o 29.º aniversário da fundação da RDA, bom será recordar que estes êxitos foram alcançados em condições à partida muito difíceis: destruições provocadas pela guerra, falta de matérias-primas, tentativas de sabotagem económica por parte da reacção que se esforçava por impedir o desenvolvimento das relações internacionais da RDA. Mas os trabalhadores conseguiram vencer as graves dificuldades levantadas e, nessa tarefa, contaram com a solidariedade e ajuda fraternal dos países socialistas, sobretudo, da União Soviética.

Os primeiros dirigentes da República que então nasceu foram destacados antifascistas e democratas, como o seu primeiro Presidente, o comunista Wilhem Pieck, ou o primeiro Presidente do Conselho de Ministros, antigo dirigente do Partido Social Democrata, Otto Grotewohl, que, juntamente com outros conhecidos democratas, formaram o primeiro Governo.

Hoje também se encontram na direcção da RDA dignos representantes dos cinco partidos políticos e organizações de massas, muitos dos quais lutaram toda a sua vida contra a ditadura e o fascismo, como, por exemplo, o Secretário-Geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha e Presidente do Conselho de Estado, Erich Honecker, que permaneceu 12 anos nas cadeias nazis. Ou o ministro da Defesa, Heinz Hoffmann, que lutou nas Brigadas Internacionais.

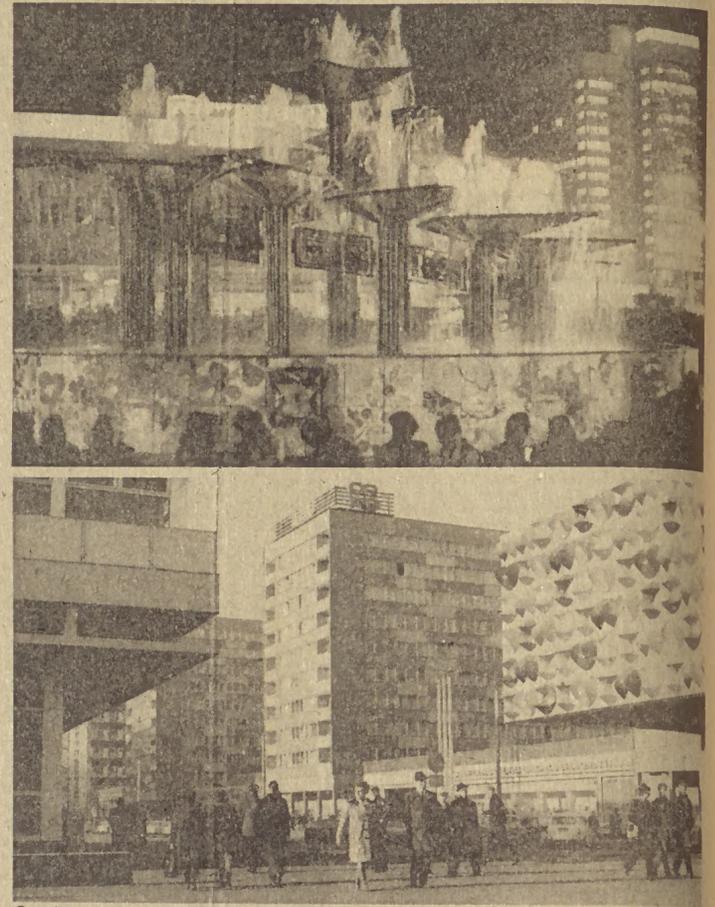
Também hoje se verifica que os autênticos representantes do povo, eleitos em eleições livres e democráticas para os diversos organismos representativos, reflectem a estrutura da população — operários, camponeses, empregados, cientistas, artistas. E isto até aos escalões mais elevados do Estado.

Ao lado dos velhos antifascistas encontram-se hoje os jovens, que já não conhecem a guerra, a miséria, que não sabem se não em teoria o que significa o desemprego, a fome e a exploração.

É importante sublinhar que, através das reformas democráticas, como a reforma agrária, a reforma do ensino, a reforma da justiça, a expropriação dos monopólios responsáveis pela Segunda Guerra Mundial, e colocando em todos os órgãos de Estado os verdadeiros representantes do Povo, foi possível garantir a liquidação de todos os vestígios do fascismo — tal como estava previsto nos Acordos de Postdam — e o desenvolvimento de um Estado antifascista democrático.

A República Democrática Alemã participa activamente na vida internacional. É membro da ONU desde 1973. Mantém relações diplomáticas com 124 países do Mundo. A política externa da RDA, como parte integrante da Comunidade dos Estados Socialistas, é a política da paz, do desarmamento, da coexistência pacífica, do desarmamento, do entendimento entre os povos. Foi neste sentido que a RDA deu a sua contribuição para os Acordos de Helsínquia e defende firmemente todos os seus princípios.

Os resultados de quase 30 anos de existência da RDA provam que a construção de uma sociedade socialista, que põe fim a uma situação onde poucos têm muito e muitos têm pouco, é possível e até necessário para resolver os grandes problemas da Humanidade.



Dois imagens da nova RDA: em cima, o ambiente nocturno na Alexanderplatz, no centro de Berlim. Em baixo, um pormenor da "baixa" da cidade de Leipzig



Crianças de um jardim-escola de Dresden visitam uma cooperativa dos arredores. As grandes máquinas agrícolas interessam-nas especialmente, e os trabalhadores têm que responder a dezenas de perguntas da miudagem. Na RDA, a escola está ligada à vida, e as crianças são educadas no respeito e no contacto com o trabalho



Em cima, dois generais: Geisel e Figueiredo. O primeiro, presidente do Brasil, assegura que o seu continuador será o segundo homem de confiança dos grandes monopólios. Uma maneira de interpretar «a evolução na continuidade» da autoria de Marcelo Caetano, que habita aquelas paragens. Na gravura da esquerda um aspecto da visita do camarada Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, à Covina quando, em 1976, veio a Portugal que reencontrara a liberdade, liberdade essa que tarda, no Brasil, desde 1964 (como a gravura da direita documenta), data em que se verificou o golpe militar fascista

Luís Carlos Prestes e a situação no Brasil:

«DESENVOLVER NAS ELEIÇÕES A ACÇÃO POLÍTICA DAS MASSAS»

O camarada Luís Carlos Prestes concedeu em Agosto a "Voz Operária", órgão central do Partido Comunista Brasileiro, uma importante entrevista na qual analisa a actual situação no país e define a posição dos comunistas brasileiros. Dessa entrevista transcrevemos em seguida partes substanciais.

● As "reformas" de Geisel

Decorreram mais de 14 anos desde o golpe militar de 1964. Este golpe instaurou no Brasil uma ditadura militar reaccionária que, frente à resistência, oposição e luta dos trabalhadores, tomou sucessivas medidas fascizantes, como, por exemplo, o chamado Acto Institucional n.º 5, que levou o país ao regime mais autoritário já registado na nossa História, ao regime militar-fascista, de completo arbítrio da ditadura dos monopólios e dos generais. Pois bem, nestes 14 anos nenhum problema fundamental da nação foi resolvido, pelo contrário, todos se agravaram. É disto que resulta a situação de descontentamento generalizado, em que quase todos os sectores da população se manifestam e, na sua maioria, lutam contra a ditadura, contra o arbítrio do governo de Geisel.

sendo sempre adiado. E agora tomou-se inadivável. Vivemos em 1978, um ano eleitoral. Foi como consequência das causas que apontei e, principalmente, sob a pressão das massas, que ele enviou ao Congresso mais um "pacote de reformas". E não é por acaso que este novo "pacote", que lembra o reaccionarismo do "pacote de Abril", esteja já a ser chamado como o "embrulho de Junho". Por um lado, revela o imobilismo da ditadura e por outro as características de uma manobra política. Através dela pretende o sr. Geisel, com o monopólio que tem da utilização da Rádio e da TV, enganar as grandes massas populares que votaram nas eleições parlamentares de 15 de Novembro próximo. Daí decorre a enorme importância que tem para o Partido Comunista Brasileiro fazer chegar à população a sua opinião sobre o projecto de "reformas" apresentado pelo actual ditador. Trata-se, na nossa opinião, de dar uma nova forma ao Acto Institucional n.º 5 que, na sua

essência, é mantido sob o nome de "estado de emergência". Um dispositivo que o ditador poderia impor à nação, a partir de 1 de Janeiro próximo, com a simples e aparente consulta a um "Conselho Constitucional" cujos membros são nomeados, directa ou indirectamente, pelo próprio ditador, e a que ele mesmo

● Objectivos de luta

O que a opinião pública reclama é a imediata substituição do arbítrio e do autoritarismo por um regime democrático capaz de abrir caminho, através da ampla discussão e da actividade política das grandes massas populares em torno dos grandes problemas nacionais, para a convocação de uma Assembleia Constituinte, na qual o povo possa, livre e democraticamente, decidir dos destinos da nação.

Esta a tendência predominante no momento actual do Brasil. A ditadura, porém, ainda dispõe de força e de recursos para tentar enganar as grandes massas, e, por isso, ainda pode tomar a iniciativa de atacar e manobrar. Para lhe

● O movimento grevista

Foi em 1974 que a classe operária, utilizando o voto como arma de protesto, conseguiu revelar o nível de consciência política que já alcançara, derrotando os candidatos da ARENA. O actual movimento grevista mostra que esse nível de consciência continua a elevar-se, em particular nos sectores mais dinâmicos da economia brasileira. Com a greve, iniciada justamente pelos metalúrgicos da Grande S. Paulo, está a ser conquistada na prática o direito à greve e foi obtido o pagamento pelos patrões dos dias de greve — conquista muito difícil de alcançar, mesmo antes de 1964. Este movimento não foi e não é uma luta isolada. Decorreu articulado com o movimento geral das massas trabalhadoras contra a ditadura e pelas liberdades democráticas. E, como os

● A Frente Nacional de Redemocratização

Vejo na proposta de criação da Frente Nacional de Redemocratização um acontecimento do maior significado político porque revela a ampliação, na prática, do campo das forças políticas e sociais que já reclamam, não reformas para conservar o fascismo mas para, efectivamente, substituí-lo por um regime em que estejam abolidos o arbítrio e o totalitarismo, por um regime em que predomine a democracia, quer dizer, em que sejam respeitados os

preside. O "embrulho de Junho" é, pois, no seu conjunto, uma proposta anacrónica, porque o que o povo brasileiro reclama agora não são reformas deste tipo, mas a substituição imediata do arbítrio e do totalitarismo por um regime de liberdades e os direitos fundamentais do homem.

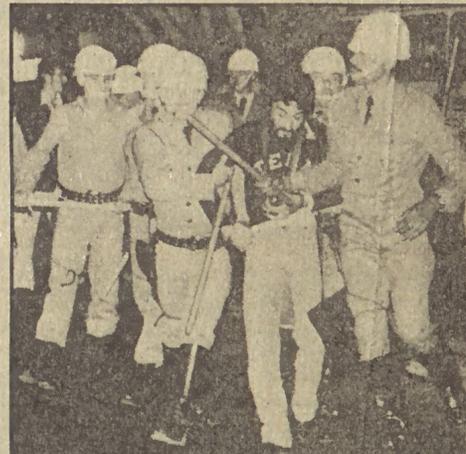
que hoje tomam posição contra o governo querem a efectiva democratização do país. Para que a Frente Nacional de Redemocratização se tome uma força consequente na luta pela democratização do país é indispensável que conte com a participação da classe operária, dos camponeses e demais camadas progressistas da população. É por isso que os comunistas, que são uma força unitária por excelência, que sempre lutaram e lutam pelas liberdades democráticas e a constituição de uma frente antiditatorial, chamam agora todos os democratas, principalmente a classe operária e demais trabalhadores, a participarem nessa frente. Os comunistas apelam a todos para que se organizem no local de trabalho, nos bairros das grandes

grevistas, graças à unidade e à força do movimento, conseguiram transformar o mero abono em efectivo aumento salarial, na verdade golpearam a política salarial da ditadura e mostraram que já têm condições para derrotar esta política. Por tudo isto já se pode afirmar que as greves em curso trouxeram uma modificação qualitativa na situação, onde a classe operária começa a aparecer como a principal força política na luta pela conquista das liberdades democráticas no nosso País. Trata-se de um acontecimento do maior significado político porque, efectivamente, a classe operária tem a posição mais consequente na luta contra o fascismo e o predomínio dos monopólios nacionais e estrangeiros, em particular os norte-americanos.

● As próximas eleições

O nosso Partido conhece todas as restrições criadas pelo actual regime para que as eleições deixem de reflectir a vontade do nosso povo. Além das anteriores, o chamado "pacote de Abril" introduziu modificações profundas, nele aparecendo claramente a arbitrariedade desse regime para impedir que as eleições possam traduzir a vontade do povo. Mas, apesar disto, somos da opinião que cabe ao povo saber

Executiva do Comité Central do nosso Partido, publicada no número de Maio último da Voz Operária, à participação na campanha eleitoral e a que cada um vote no candidato da sua escolha visando, sempre, derrotar nas eleições parlamentares para o Congresso e as Assembleias Estaduais, os candidatos da ARENA. A derrota da ARENA significará um novo e sério golpe contra a tirania. Quanto à eleição do Presidente da República é dos Governos estaduais, pensamos que é válido e útil apresentar candidaturas contra os candidatos monarquicamente designados pelo sr. Geisel. A campanha eleitoral em tomo de nomes populares que lutem pelas liberdades democráticas e desmascarem a demagogia da ditadura, que denunciem os seus



A repressão, no Brasil, não é «conversa fiada». A gravura representa um aspecto da repressão que é feita aos olhos de todos. A outra, a que é feita no segredo das celas ou dos gabinetes dos inspetores da polícia política, nem por isso deixa de ser do conhecimento da opinião pública, que a condena

● A situação do PCB

O PCB, que é um partido da classe operária e revolucionária, já tem 56 anos de vida política, toda ela dedicada à luta pela completa independência nacional, pelas liberdades democráticas, à luta pelas reivindicações da classe operária e demais forças progressistas do nosso país. Apesar dos poucos anos que tivemos de actividade legal — em que o nosso Partido foi reconhecido e registado como partido político — jamais deixamos de actuar entre as massas. A própria repressão sistemática exercida contra nós pela ditadura é como uma prova de que o PCB representa uma parcela considerável da população do país, principalmente da sua classe operária. Nestas condições não haverá regime democrático no Brasil se o PCB nele não participar aberta e livremente. Não devemos esquecer que foi agitando a bandeira de uma suposta ameaça comunista que se realizou o golpe militar de 1964, o qual atingiu todas as forças democráticas, inclusive os católicos e a sua Igreja. E isto que já compreendem os representantes de outras forças sociais e políticas. Há, ainda, os que começam a compreendê-lo. Toma-se cada dia mais evidente que a ilegalidade do PCB mutila a democracia e constitui, na verdade, uma ameaça a todos os democratas, já que constitui a negação de um dos mais importantes direitos do cidadão — o de representação política de todas as correntes de opinião existentes numa sociedade dividida em classes, através de partidos da livre escolha de cada um. Ainda agora, até mesmo grandes empresários, que lutam pela participação nas decisões estatais através da acção em partido de sua livre escolha, compreendem que os traba-

crimes e a corrupção que reinam nos círculos do governo, será de grande utilidade para a maior mobilização eleitoral com vista às eleições de 15 de Novembro. A previsão que podemos fazer sobre os resultados prováveis das eleições directas é a de que os candidatos da ARENA serão amplamente derrotados nos grandes centros urbanos, particularmente onde se concentram trabalhadores, e poderão ser derrotados com margem significativa a favor do MDB, tanto no caso da Câmara Federal como no de numerosas assembleias estaduais. A conquista da maioria para o MDB na Câmara Federal e em assembleias estaduais constitui um novo passo em frente no caminho da derrota do fascismo no nosso país.

● As próximas eleições

lhadores também devem gozar do mesmo direito, inclusive aqueles organizados no Partido Comunista. Isto é tanto mais racional e indispensável para todos os patriotas que lutam pelas liberdades democráticas, porque o nosso Partido, que jamais deixou de ser fiel ao internacionalismo proletário, que é solidário com todos os povos que lutam pela paz e pelo progresso, é, justamente por isso, aquele que mais consequentemente defende os interesses nacionais, é um partido nacional que elabora independentemente a sua orientação, com base na análise da situação concreta. Ao mesmo tempo em que não concorda com a exportação da revolução, o nosso Partido combate intransigentemente a intervenção do imperialismo nos assuntos internos do nosso país. Somos nós, os comunistas brasileiros, os únicos responsáveis pela orientação do nosso Partido. Hoje, no movimento comunista não existe um centro dirigente nem nenhum partido guia, como tem sido afirmado e realçado em todas as reuniões dos comunistas do mundo inteiro, e como foi mais uma vez na reunião de 1975, em Havana, de todos os Partidos Comunistas e Operários da América Latina. A ilegalidade do nosso partido reflecte o carácter reaccionário e fascista do actual regime. De qualquer forma, mais dia menos dia, como já aconteceu em 1945, a legalidade do PCB será conquistada pela classe operária e demais forças progressistas e democráticas, em primeiro lugar aquelas que aspiram a libertação da opressão imperialista, do latifúndio e da exploração capitalista, que lutam pela democracia com vista a construir a sociedade socialista e o comunismo no nosso país.